

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DO SENAC MARINGÁ:  
um estudo sobre Educação Profissional no Norte do Paraná  
(1955-1982)**

**AMANDA MARCONI**

**MARINGÁ  
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DO SENAC MARINGÁ:  
um estudo sobre Educação Profissional no Norte do Paraná  
(1955-1982)**

Dissertação apresentada por AMANDA MARCONI ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:  
Profa. Dra. ANALETE REGINA  
SCHELBAUER

Coorientadora:  
Profa. Dra. SIMONE BURIOLI IVASHITA

**MARINGÁ  
2017**

Destinado para a ficha catalográfica  
retira agora para a defesa  
rasgue essa impressão – não precisa

AMANDA MARCONI

**SENAC MARINGÁ:  
um estudo sobre Educação Profissional no Norte do Paraná  
(1955-1982)**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer (Orientadora) –  
UEM

Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG

Prof. Dra. Ednéia Regina Rossi – UEM

Profa. Dra. Rosa Lydia Teixeira Correia (Suplente) –  
PUCPR

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (Suplente) –  
UEM

Maringá, 20 de abril de 2017.

Dedico este trabalho aos meus amados pais que não mediram esforços para que eu atravessasse todas as tempestades que se apresentaram pelo caminho e pudesse ver neste encerramento de ciclo um lindo arco íris.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, meu tudo, Aquele que foi meu melhor amigo e fiel companheiro durante todo o período do mestrado; deu-me forças nos momentos de angústias e alívio suave nas horas de ansiedade para que eu conseguisse concluir este trabalho;

Aos meus pais e à minha irmã, que acreditaram em minha competência e, sobretudo, não permitiram que eu parasse no meio do caminho quando as forças pareceram se acabar;

À minha orientadora Analete Regina Schelbauer, pelos ensinamentos, orientações no processo de escrita e principalmente pelo carinho e compreensão de sempre;

À minha coorientadora Simone Burioli Ivashita, sua presença foi extremamente importante no meu percurso, você se tornou minha referência na academia;

Agradeço a professora Maria Isabel, Ednéia e Maria Cristina pela rica contribuição que deram ao meu texto de qualificação e por aceitarem o convite para compor minha banca.

À Diretoria do Senac Paraná, por permitir meu desenvolvimento acadêmico e profissional;

Minha eterna gratidão ao amigo e também gestor Antônio Carlos Aroca, que não mediu esforços para que eu investisse nesse projeto e conseguisse conciliar o trabalho com os estudos – árdua missão!

Aos amigos do Senac Maringá por todo companheirismo e incentivo.

A equipe do Senac Paranavaí que foram compreensíveis e comprometidos com o trabalho da unidade mesmo quando a minha ausência foi necessária.

Agradeço Adreia Pring gerente de documentação do Departamento Nacional do Senac e Maria Rosa Davin bibliotecária da Unidade de Educação Profissional de Curitiba que me socorreram prontamente, quando já com o tempo escasso, faltavam fontes para concluir a análise.

Aos amigos pessoais, do trabalho, do mestrado e grupo de estudos, que sempre me incentivaram. Em especial a alguns que fizeram grande diferença nesse período: a competente Gisele Pasquine Fernandes, que desde a preparação para seleção sonhou comigo esse sonho, a querida Djeine Daniel, que durante o ciclo se intitulou minha “orientadora de estudos”, fazendo com que eu me compromettesse diariamente com a produção.

Aos amigos Bárbara Novicki, Nubia e Laís Cabau, Janaina e Jhonatan Santos, Taís Maziero, Lorena Fiorotto, Gustavo Risso, Daniele Vale, Kelly Hane Moreira Andrade, Vanessa Viana e Maria Laura França que compartilharam comigo todas as experiências, risos e choros que se fizeram presentes nessa trajetória. Quem tem amigos tem tudo!

Agradeço a todos que contribuíram ou permitiram, de alguma forma, para que eu concluísse esse ciclo.

Quem come do fruto do conhecimento é  
sempre expulso de algum paraíso.

(Melaine Klein).

MARCONI, Amanda. **SENAC MARINGÁ: um estudo sobre a Educação Profissional do Norte do Paraná**. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Analete Regina Schelbauer. Maringá, PR, 2017.

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo investigar e analisar as relações do trabalho com a educação profissionalizante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), bem como compreendê-lo inserido em seu contexto histórico. Para isto, abordamos o processo histórico de criação, institucionalização e consolidação do Senac na cidade de Maringá, Paraná, entrelaçando, juntamente com a história da instituição, os rumos tomados pela Educação Profissional no estado paranaense e no país no período entre 1955 a 1982. A finalidade é entender quais as motivações que possibilitaram seu percurso. A hipótese é de que as motivações para todo o desenvolvimento do Senac no município foram fomentadas pelo fortalecimento, crescimento e rumos tomados pelo comércio maringaense que, conforme demandava mão de obra qualificada e especializada para suprir suas demandas, fomentou a atuação da instituição nessa cidade. O olhar para a História da Instituição baseou-se no materialismo histórico, partindo das categorias totalidade e trabalho. Metodologicamente, a pesquisa foi qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. As fontes pesquisadas foram encontradas nos arquivos da instituição estudada e, para compor a análise, foram utilizados: relatórios de gestão, ementas, jornais, fotos e leis. A divisão do trabalho foi proposta em três seções, quais sejam: A educação profissional no Brasil: um olhar histórico, O Senac Maringá: criação, institucionalização e consolidação de uma Educação Profissional, Organização Pedagógica no Senac de Maringá no período entre 1950 a 1982. Optou-se por estudar a História do Senac Maringá por acreditar que a pesquisa contribuiria para a história da educação maringaense e para história da educação profissional como um todo.

**Palavras-chave:** Educação. História das Instituições Escolares. Educação Profissional. Senac. Maringá.

MARCONI, Amanda Marconi. **SENAC MARINGÁ: a study on Vocational Education in Northern Paraná.** 167f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Analete Regina Schelbauer. Maringá, 2017.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to investigate and analyze the relations of work with the vocational education of the National Service of Commercial Learning (SENAC), as well as to understand it inserted in its historical context. In order to do this, we approach the historical process of creation, institutionalization and consolidation of Senac in the city of Maringá, Paraná, interweaving, along with the history of the institution, the directions taken by Professional Education in the state of Paraná and in the country between 1955 and 1982. The purpose is to understand the motivations that made your journey possible. The hypothesis is that the motivations for Senac's entire development in the municipality were fostered by the strengthening, growth and direction taken by Maringá's commerce, which, as it demanded skilled and specialized labor to supply its demands, fostered the institution's performance in that city. The look at the History of the Institution was based on historical materialism, starting from the categories totality and work. Methodologically, the research was qualitative, of bibliographical and documentary character. The sources searched were found in the archives of the studied institution and, to compose the analysis, were used: management reports, menus, newspapers, photos and laws. The division of labor was proposed in three sections, namely: Professional education in Brazil: a historical view, The Senac Maringá: creation, institutionalization and consolidation of a Professional Education, Pedagogical Organization in the Senate of Maringá in the period between 1950 and 1982. It was decided to study the History of Senac Maringá because he believed that the research would contribute to the history of Maringá's education and to the history of professional education as a whole.

**Key words:** Education. History of School Institutions. Professional Education. Senac. Maringá.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Primeiro Prédio do Senac no Paraná .....	66
<b>Figura 2:</b> Unidade móvel na década de 1950 .....	71
<b>Figura 3:</b> Empresa Pedagógica – Loja .....	73
<b>Figura 4:</b> Implantação da Universidade na Cidade de Maringá .....	82
<b>Figura 5:</b> Curso para Contabilistas – 1969 .....	86
<b>Figura 6:</b> Inauguração do minicentro do Senac em Maringá.....	88
<b>Figura 7:</b> Fachada da nova instalação do Senac em 1982 .....	90
<b>Figura 8:</b> Ementa curso de Datilografia em 1979 .....	119
<b>Figura 9:</b> Ementa do Curso de Relações Humanas no Trabalho em 1972 .....	120
<b>Figura 10:</b> Ementa do curso de Auxiliar de Escritório em 1979.....	121

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição de Bolsas - 1947 a 1950 .....	62
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição de Bolsas – 1951 a 1955 .....	62
<b>Gráfico 3:</b> Número de matrículas entre 1955 a 1982 .....	110

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Recomendações sobre formação profissional – 1ª metade do século XX.....	36
<b>Quadro 2:</b> Síntese do histórico da Educação Profissional no Brasil .....	39
<b>Quadro 3:</b> Conselho Consultivo do Senac Paraná em 1947 .....	67
<b>Quadro 4:</b> Principais cidades atendidas pela unidade móvel de Maringá na década de 1970 .....	87
<b>Quadro 5:</b> Relação de cursos do Senac Maringá em 1982.....	92
<b>Quadro 6:</b> Ementa do curso de Datilografia em 1964 .....	111
<b>Quadro 7:</b> Ementa do curso de Relações Humanas no Trabalho em 1964 .....	113
<b>Quadro 8:</b> Ementa do curso de Auxiliar de Escritório em 1964 .....	114
<b>Quadro 9:</b> Ementa do curso Programa de Administração de Empresa .....	114

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Bolsas de estudo concedidas pelo Senac de 1947 a 1955.....	61
<b>Tabela 2:</b> Legislações que permeiam o Senac desde a sua fundação.....	64
<b>Tabela 3:</b> Distribuição de bolsas no ano de 1950.....	69
<b>Tabela 4:</b> Criação dos minicentros no Paraná .....	74
<b>Tabela 5:</b> Arrecadação do Distrito de Maringá (1948-1951).....	76
<b>Tabela 6:</b> Nomenclaturas recebidas pelo Senac Maringá.....	84
<b>Tabela 7:</b> Número de alunos formados no Senac Maringá entre 1972 a 1982 .....	91
<b>Tabela 8:</b> Municípios atendidos pela Teleducação .....	98
<b>Tabela 9:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá – 1955 a 1970 .....	100
<b>Tabela 10:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1971 .....	101
<b>Tabela 11:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1972.....	101
<b>Tabela 12:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1973.....	102
<b>Tabela 13:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1974.....	103
<b>Tabela 14:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1975.....	104
<b>Tabela 15:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1976.....	104
<b>Tabela 16:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1977.....	105
<b>Tabela 17:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1978.....	106
<b>Tabela 18:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1979.....	107
<b>Tabela 19:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1980.....	108
<b>Tabela 20:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1981 .....	108
<b>Tabela 21:</b> Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1982.....	109
<b>Tabela 22:</b> Matrículas no Senac Maringá entre 1971 a 1982.....	117

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIM	– Associação Comercial e Empresarial de Maringá
BADEP	– Banco de Desenvolvimento do Paraná
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica
COCAMAR	– Cooperativa de Cafeicultores de Maringá
CODEMAR	– Companhia de Desenvolvimento de Maringá
CODEPAR	– Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
COPEL	– Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CFE	– Conselho Federal de Educação
CGU	– Controladoria Geral da União
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
CMNP	– Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNC	– Confederação Nacional do Comércio
FGTS	– Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
HISTEDBR	– História, Sociedade e Educação no Brasil
ICM	– Imposto de Circulação sobre Mercadoria
ISS	– Imposto de Serviço sobre qualquer natureza
IR	– Imposto de Renda
JK	– Juscelino Kubitschek
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
PPP	– Projeto Político Pedagógico
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAC/PR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	– Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	– Serviço Social do Comércio

SEST	– Serviço Social do Transporte
SESCOOP	– Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo
SESI	– Serviço Social da indústria
SCIELO	– International Political Science Abstracts
SBHE	– Sociedade Brasileira de História da Educação
TCU	– Tribunal de Contas da União
UEM	– Universidade Estadual de Maringá
UEP	– Unidade de Educação Profissional

## SUMÁRIO

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UMA INICIANTE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO .....	17
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM OLHAR HISTÓRICO ....</b>	<b>30</b>
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO.....	30
2.2 A EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL .....	34
2.3 HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL .....	40
2.4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PARANÁ (1955-1982).....	49
<b>3. O SENAC MARINGÁ: CRIAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>57</b>
3.1 A CRIAÇÃO DO SENAC NACIONAL .....	57
3.2 AS ATRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO SENAC .....	64
3.3 O SENAC NO PARANÁ COMO IMPULSIONADOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO.....	66
3.4 MARINGÁ: A CIDADE CANÇÃO .....	75
3.5 SENAC MARINGÁ COMO AGENTE FORMADOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	84
<b>4. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NO SENAC DE MARINGÁ NO PERÍODO ENTRE 1950 A 1982.....</b>	<b>94</b>
4.1 MODALIDADES DE ENSINO.....	94
4.2 TIPOS DE ENSINO .....	96
4.3 PRINCIPAIS CURSOS DA HISTÓRIA DO SENAC MARINGÁ ENTRE 1955- 1982.....	99

4.4 ANÁLISES DAS EMENTAS CURRICULAR DOS CURSOS DESTAQUES...	109
4.5 CURSOS DE DATILOGRAFIA, RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO E AUXILIAR DE ESCRITÓRIO: AVANÇOS ENTRE OS ANOS DE 1964 PARA 1982.....	115
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>147</b>

## ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UMA INICIANTE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Um dia me disseram, que as nuvens não eram de algodão [...] Um dia me disseram, que os ventos às vezes erram a direção [...] Mas nós somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter(ENGENHEIROS DO HAWAII, 1988).

Tomo a liberdade de, neste momento da dissertação, deixar o rigor científico e apresentar as minhas histórias e memórias na trajetória dessa vida que me fizeram percorrer e chegar até aqui. Transcrevo, inicialmente, o trecho de uma música que diz muito de mim enquanto estudante e profissional. Isto porque ela se inicia de uma forma, em uma cidade, e os “ventos” mudaram a direção, mas o importante é que, nessa caminhada, muitos sonhos se realizaram.

Iniciei meus estudos no Colégio São José na cidade de Jandaia do Sul (Paraná), colégio que meu pai também estudou. A fundação do colégio foi no dia 17 de fevereiro de 1963. Inicialmente, denominava-se Escola Paroquial, justamente por pertencer à paróquia da cidade, e, com a vinda das irmãs da Congregação Passionista do Brasil em 1968, passou a ser chamado de Instituto São José. A escola foi crescendo conforme a cidade foi se desenvolvendo. A comunidade incentivava e apoiava o trabalho do colégio, por entender que ali era oferecida uma formação intelectual, moral e religiosa para as crianças e jovens que iriam contribuir para com a sociedade.

No período de 1963 a 1968, na escola, havia somente o curso primário (que hoje corresponde ao ensino fundamental de 1º ao 5º ano). A partir de 1968 até o ano 1999, passou a ter o ginásio (atualmente, do 6º ao 9º ano) e, somente no ano 2000, passou a dar formação do Ensino Médio. Atualmente, funciona com o ensino fundamental e médio e é tida como uma das melhores escolas da cidade. No ensino fundamental, neste colégio, a minha disciplina favorita era história e acredito que aquele já era o vento, como iniciei este memorial, começando a soprar.

Como o Ensino Médio, no Colégio São José, iniciou-se apenas no ano 2000, meus pais optaram por uma outra cultura escolar para que eu continuasse meus estudos. Consideraram a oportunidade de me colocar em uma escola mais

tradicional em sua formação, com ênfase em outros conhecimentos e comportamentos ainda que católica.

Um novo momento acadêmico passei a viver. Novos ventos, nova cultura escolar. Comecei a estudar em um colégio com o mesmo nome do anterior, porém na cidade de Apucarana, distante 26 quilômetros de Jandaia do Sul. Para ir à escola, era preciso acordar bem cedo diariamente e pegar o ônibus escolar que levava os alunos de uma cidade para outra, já que a aula iniciava as 7h15 min. A rotina era cansativa para uma garota de quatorze anos, mas era necessária para garantir que eu tivesse uma boa formação. Meu pai também foi aluno deste colégio, frequentou-o em anos anteriores. Quando retomo minha história e noto que estudei nos colégios que meu pai também estudou, verifico a importância dada ao ensino e à tradição que minha família valoriza. Meu pai e minha mãe não mediram esforços para que eu estudasse nas melhores escolas que estavam ao alcance deles.

A história deste colégio mostra que ele nasceu do trabalho e da dedicação dos Padres Josefinos que, no ano de 1948, assumiram o trabalho pastoral na cidade de Apucarana. Esta congregação tem como carisma a educação da juventude e, por isto, desde que se instalaram na região tiveram a preocupação em criar uma escola para atender às necessidades educativas e formativas das crianças e dos adolescentes. A escola, então, começou a funcionar no ano de 1949 como uma pequena Escola Paroquial, atendendo a crianças e adolescentes da região. Com a demanda de novos alunos devido ao crescimento da cidade, em 1959, a escola passou a se chamar “Ginásio Dr. Joaquim de Castro” e, após algumas reestruturações, em 1973, foi denominado oficialmente “Colégio São José”. O colégio mantém suas atividades até hoje e é tido como referência em educação na sua região.

Foi no Colégio São José, da cidade de Apucarana, influenciada por um professor de Filosofia que, ao terminar o Ensino Médio, eu decidi ingressar na graduação de Psicologia.

Começar uma formação em Psicologia foi um novo ciclo iniciado na minha vida, porque, além de ser uma nova fase da minha formação, novos conhecimentos, foi também momento de novas amizades. Mas mais que isto, a mudança foi inclusive física, visto que eu precisei me mudar da casa dos meus pais e assumir responsabilidades de morar sozinha com apenas 17 anos.

Cursando Psicologia, a educação como ciência não fazia muito sentido para mim, até que, no 2º ano da faculdade, deparei-me com a disciplina Psicologia da Educação e iniciei os estudos de Psicologia e os processos de aprendizagem, começando a fazer leituras de estudiosos como Piaget, Vygotsky, Paulo Freire, Saviani, entre outros. A partir de então, meu interesse pela educação foi aumentando a cada dia. No 3º ano do curso, estudei sobre a Psicologia e a Educação Especial com um forte embasamento na teoria de Skinner. No 4º ano, com a disciplina O Psicólogo nas Instituições Escolares, aprendi sobre o dia a dia escolar, as responsabilidades e os deveres do psicólogo em uma instituição de ensino, a relação do psicólogo com os alunos, com os pais, com o corpo docente. Esta área da Psicologia se tornou, então, uma paixão. No 5º ano, tive a oportunidade de realizar um estágio extremamente gratificante em um colégio de educação infantil, ensino fundamental e médio, particular, na cidade de Maringá. Desta forma, o desejo de, quando formada, poder atuar como Psicóloga Escolar se tornara um sonho a ser realizado.

Parecia que tudo estava sendo bem encaminhado até eu me deparar com a realidade do mercado de trabalho para o psicólogo. Acredito que, a partir desse momento, descobri que “as nuvens não eram de algodão” e que, mesmo apaixonada pela educação, seria necessário atuar em uma área que fosse mais favorável e empregável. “Os ventos erraram a direção...” Comecei a trabalhar com a Psicologia Organizacional e do Trabalho, popularmente conhecido como “Psicologia Empresarial”.

Com três anos de formada, em 2013, atuando na mesma área desde o meu egresso da graduação, tive uma nova oportunidade de emprego, uma oportunidade de trabalho em uma instituição educacional. Após passar por um rigoroso processo seletivo, passei a trabalhar no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Considero que, neste momento, meu sonho de trabalhar na área da educação, em linguagem psicológica, tinha sido “reprimido”, ou seja, o desejo continuava no meu inconsciente, mas não se fazia mais presente no meu cotidiano.

No SENAC, como já mencionei, iniciei minhas atividades pela Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando diretamente na área administrativa. Porém, com o passar do tempo, comecei a enxergar possibilidades de atuar dentro da instituição na área educacional e pedagógica e uma luz, então, se acendeu,

mas, para conseguir alcançar o meu objetivo, percebi ser necessário estar mais capacitada. Assim, motivada pelo sonho e pelo desejo, decidi cursar o Mestrado em Educação, na Universidade Estadual de Maringá.

Sempre acreditei que desejo sem ação não se torna realidade, então, para que conseguisse fazer o mestrado teria que passar por algumas fases, iniciando pelo processo de seleção. Este momento para mim foi bem difícil e desafiador. Foi preciso dedicar horas, dias, meses de estudos, retomar muitas leituras e autores que tinham ficado para trás e que não faziam tanto sentido no contexto que eu estava vivendo até o momento. Preparei-me e fiz “os ventos soprarem na minha direção”.

As etapas vencidas do processo de seleção foram comemoradas como vitórias por mim e por todos que me incentivaram, uma a uma até sair o resultado final. Fui, enfim, aprovada como aluna regular no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá na linha História e Historiografia da Educação. Para mim, mais que uma conquista, um sonho que estaria sendo realizado. Um presente de Deus no ano de 2014.

Então, a frase da música fez totalmente sentido: “Nós somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter”. E, assim, um novo capítulo na minha vida começou.

Início do mestrado... tudo novo, universidade, professores, colegas, conteúdo. A expectativa era grande. As primeiras disciplinas foram História e Memória da Profissão Docente e Fundamentos da Pesquisa em História da Educação. Tive a grata satisfação de aprender muito com os excelentes professores doutores Analete Regina Schelbauer, Maria Cristina Gomes Machado, Ednéia Regina Rossi e Célio Juvenal Costa e, para justificar a importância deles para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, parafraseio Charles Chaplin:

Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.

Levarei para sempre os doutores do saber que passaram pela minha vida e contribuíram para minha formação como pesquisadora e como cidadã de visão

mais ampla e postura mais crítica diante dos fatos e leituras que se apresentam diante de mim. Ainda estou e considero que permanecerei sempre em construção, o trajeto até a conclusão da dissertação foi árduo, mas, como disse Rubem Alves em seu poema *A pipoca*: “As grandes transformações acontecem quando passamos pelo fogo. Quem não passa pelo fogo fica do mesmo jeito, a vida inteira”.

E, falando em transformações, nas disciplinas que cursei no mestrado, pude aprender sobre as transformações ocorridas na Educação enquanto campo científico e do saber ao longo de sua História. Aprendi sobre História, memória e história da educação, sobre considerações de fontes a serem utilizadas pela história da educação. Como se deu o processo histórico da formação de professores no Brasil, o desenvolvimento das escolas normais em todos os estados do país, a história e a identidade do curso de Pedagogia, o legado do século XIX para o magistério feminino e também a sua influência para a feminização do professorado no século XX.

Fazer história, estudar sobre a história das instituições escolares não é somente reproduzir o que está escrito nas fontes ou relatar acontecimentos. Saviani (2004) considera que é “[...] fazer uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão histórica institucional”.

Possibilitada pelo mestrado, iniciei minha trajetória como pesquisadora e, ao fim deste ciclo, notei o amadurecimento obtido diante da academia. Pude repensar minha atuação de investigadora diante das fontes e o posicionamento dentro da escrita. Neste processo, contei com a presença de pessoas e situações que foram fundamentais e que preciso referenciar: a minha coorientadora Simone Burioli Ivashita, todo o meu grupo de pesquisa e as amizades feitas durante a trajetória por compartilharmos dos mesmos objetivos e quereres.

O processo do mestrado não foi fácil! Conciliar uma jornada de 40 horas de trabalho, a função de filha, irmã, neta, amiga, mudança de cidade e os demais revezes da vida que se apresentaram ao longo do caminho, com as disciplinas, somadas a participações em congressos, pesquisas, leituras, análise das fontes e a escrita foi extremamente desafiador. Com certeza, há muito ainda a se estudar e a se desenvolver, prova do que disse anteriormente: continuo em processo de construção. O mestrado me deu a oportunidade tão desejada de atuar diretamente

com a educação, hoje, trabalho como gestora escolar da Instituição Senac Paranaíba/PR, mas considero que ele me trouxe muito mais... trouxe novos olhares, saberes, professores, amigos, eu diria que novos prazeres... e o que apresento a seguir é a consequência sistematizada em forma de dissertação de toda a experiência que tentei descrever aqui.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a história institucional do Senac de Maringá, Paraná, e contempla o desenvolvimento da Educação Profissional<sup>1</sup> do Norte do Paraná no período de 1955 a 1982. O ponto de partida para a discussão desta questão, foram os determinantes históricos da relação trabalho e educação, e a forma para sua efetivação se deu por meio de pesquisa sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)<sup>2</sup> na referida cidade paranaense.

A pesquisa situa-se no campo da História das Instituições Escolares, na linha História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Nosso objetivo é investigar e analisar as relações do trabalho com a educação profissionalizante do Senac, bem como compreendê-lo inserido em seu contexto histórico. A delimitação temporal vai de 1955, ano em que o Senac iniciou suas atividades em Maringá, e se estende até 1982, época de sua consolidação na cidade.

Nossa motivação para estudar esta temática primeiramente é histórica e pessoal. Histórica porque, no ano de 2016, o Senac comemorou 70 anos de existência no país e esta pesquisa tem o intuito de preservar as memórias desta instituição. Pessoal por termos trabalhado no Senac de Maringá e por acreditarmos que a instituição apresenta um impacto social relevante para a sociedade, o que a torna um interessante objeto de estudo. Além disso, consideramos que esta dissertação poderá contribuir ao tratar de uma parcela que até o presente momento não havia sido estudada na história da educação na cidade de Maringá, visto que

---

<sup>1</sup> A Educação Profissional integra a educação formal do Sistema Educacional Brasileiro, porém não está inserida na estrutura do Sistema Educacional Regular que compreende a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino superior) e a educação superior. Ver mais na Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

<sup>2</sup> O Senac oferta Educação Profissional. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 40, essa modalidade de ensino deverá ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Destacamos o art. 42 da referida Lei, que dispõe que as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996).

o desenvolvimento da instituição acompanha o crescimento da cidade que foi fundada em 1947.

Tendo em vista a importância da pesquisa acerca das instituições escolares e mais detidamente acerca do Senac em Maringá, a pergunta a ser respondida neste trabalho é: Quais as motivações para a criação, institucionalização e consolidação do Senac na cidade de Maringá, Paraná?

Neste sentido, para estudarmos a história dessa instituição, faz-se necessário conhecermos o processo de colonização e desenvolvimento do município maringaense e o contexto social, político e econômico em que o Senac foi gerado.

A importância de pesquisar a história de uma instituição escolar é ampla. Para Buffa (2002), a pesquisa acerca das instituições escolares é um jeito de estudar a história e a filosofia da educação brasileira, uma vez que as instituições que compõem os sistemas escolares estão impregnadas pelos valores de cada época.

A autora elenca categorias para um estudo deste tipo, quais sejam:

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade (BUFFA, 2002, p. 27).

Estas categorias, de acordo com Buffa (2002), possibilitam elaborar um retrato da escola com os agentes nela envolvidos, com os elementos de sua organização, cotidiano, ritos, cultura e seu sentido para a sociedade em que está inserida.

Algumas das categorias levantadas por Buffa (2002), tais como: a seleção dos conteúdos escolares, a legislação e as normas são utilizadas ao longo deste texto para estudarmos a história do Senac de Maringá, pois entendemos ser necessário contextualizar o tema em questão em seu tempo e espaço.

Segundo Caraçato (2014), a História das Instituições Escolares encontra-se em grande expansão e, a cada dia, tem conquistado novos adeptos; todavia, apesar da crescente produção de trabalhos nesse campo, verificamos lacunas no que tange à história das instituições escolares no município maringaense. Encontramos pesquisadores da história de Maringá que julgamos importante nomeá-los pela relevância de seus estudos devido às pesquisas referentes à cidade de Maringá: France Luz(1997) e Reginaldo Dias e Celene Tonella (1999). No entanto, na acepção de Caraçato (2014), há ainda lacunas para preencher e pesquisas a serem realizadas sobre o desenvolvimento educacional maringaense<sup>3</sup> pelo fato de a cidade possuir uma colonização recente e por ser novo o movimento de valorização da sua história. Diante disso, justificamos a relevância social desta dissertação, porque acreditamos que contribuirá com a história educacional maringaense e agregará valor à cultura da cidade.

Destacamos que a História das Instituições Escolares desponta como uma estratégia ao fazer História da Educação e, embora enfoque a singularidade do tema, no caso, a história do Senac Maringá, oferece conhecimentos sobre as relações sociais mais amplas, os sistemas educativos e acerca dos impactos das políticas educativas no âmbito institucional. Por isto, analisamos o contexto econômico e político do estado e da cidade em que o Senac foi criado bem como o desenvolvimento da Educação Profissional no período. Assim, olhamos para o objeto de estudo inserido na sua totalidade.

Quando iniciamos a pesquisa, foi necessário conhecer os tipos de fontes e definir quais utilizaríamos. Saviani (2006) afirma que a palavra fonte pode se referir a algo que brota espontânea e naturalmente e a algo construído artificialmente. As fontes constituem o ponto inicial da construção historiográfica, que é a reconstrução do objeto histórico estudado. As fontes só podem assim ser consideradas quando o pesquisador as usa de maneira crítica, utilizando os elementos para responder as questões levantadas diante da delimitação do problema de pesquisa.

---

<sup>3</sup> Sobre a História da Educação e as Instituições Escolares em Maringá, encontramos disponíveis no *site* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá as seguintes dissertações: Berloff (2014), Souza (2014), Martins (2013), Piola (2013), Lima (2011), Ivashita (2009), Torrezan (2009), Pasquini (2009), Rodrigues e Rossi (2009), Sestito (2009), Silva (2008), Hegeto (2007) e Oliveira (2006).

Dessa forma, o pesquisador deve levar em consideração que os documentos, por serem elaborados por sujeitos de épocas e grupos sociais distintos, estão permeados de elementos determinantes, sejam pelo cargo que ocuparam, sejam pela própria inserção social, por isto o pesquisador não pode esquecer o contexto em que os textos foram produzidos. Assim, para estudarmos a história de uma instituição, é imprescindível compreendermos o contexto em que ela estava inserida (RODRIGUES, 2010).

Salientamos que, na construção e desenvolvimento desta dissertação, elegemos a pesquisa qualitativa, de caráter documental e bibliográfico. Sendo assim, utilizamos como procedimento metodológico a identificação, análise e descrição de fontes documentais. Conforme Nunes (2006, p. 197), essas fontes “são materiais produzidos e utilizados na própria instituição escolar que se está estudando; são importantes fontes primárias”.

Como fontes documentais, utilizamos decretos, ementas, leis, acervo iconográfico (fotografias), jornais, documentos da própria instituição (relatórios anuais de gestão) e, como fonte bibliográfica, para embasar e dar subsídio teórico à pesquisa, pautamo-nos em autores que abordam os temas instituições escolares, educação profissional e a cidade de Maringá, no interior do Paraná. Para referenciar a temática educação e instituição escolar, citamos Demerval Saviani (2008). Para discutir sobre o tema educação profissional, estudamos referências de diversos teóricos deste assunto, dentre os quais Luiz Antônio Cunha (2014). Para contextualizarmos a pesquisa, citamos France Luz (1997) e Arthur Andrade (1979), pesquisadores do município maringaense, entre outros.

O caminho percorrido para a pesquisa da História da Instituição Senac foi longo e permeado de desafios. Iniciamos a trajetória com uma revisão de literatura com o propósito de identificar estudos relativos sobre o tema em questão. Segundo Nascimento (2006, p.130), a elaboração do estado do conhecimento é um dos passos mais importantes para “[...] diminuir as distâncias de uma pesquisa para outra, e pode ser trabalhado de diversas formas: com os dados obtidos dos registros das dissertações, teses e outras formas de publicações”.

Valendo-nos desta orientação, empreendemos uma pesquisa no portal de periódicos, banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); no International Political Science Abstracts

(SCIELO); nos anais de congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) no período de 2000 a 2013; nos anais de congressos do Grupo de Pesquisa de História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTED BR) nos anos de 1997, 2001, 2003, 2006, 2009 e 2012; no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e empreendemos pesquisas juntamente com uma bibliotecária da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Disponibilizamos as pesquisas encontradas com a palavra “Senac” no título e no corpo do texto dentro da área de Educação separadamente; no Quadro 1, encontram-se as teses e dissertações e, no Quadro 2, os artigos e/ou trabalhos em eventos da área, conforme o Apêndice A e B sequencialmente.

Conforme demonstramos nos apêndices A e B, na área de conhecimento “Educação”, encontramos trinta e um trabalhos que citavam o Senac como campo de atuação ou objeto de estudo. No Quadro 1, três são teses de doutorado, dezenove são dissertações de mestrado e, no Quadro 2, temos nove artigos. Encontramos apenas uma dissertação de mestrado que contemplou a História da Instituição Senac.

A dissertação referida foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, de autoria de Graciane Gomes Santana, orientada por Vera Lucia Abrão Borges. O título é *A reconstrução Histórica do Senac de Uberlândia – MG (1954-1974)*, defendida em 2007, cujo objetivo era reconstruir a gênese, a formação e a consolidação do Senac na cidade de Uberlândia, MG. O recorte temporal é de 1954, período em que a instituição iniciou sua atuação no município, até 1974, momento caracterizado por diversas mudanças, inclusive da sede própria<sup>4</sup>. Em sua dissertação, Santana (2007, p. 21) ressalta que, “[...] além de discutir uma instituição de ensino ainda não pesquisada”, a relevância de seu trabalho era contribuir para outras pesquisas sobre o tema, “especialmente sobre a instituição”, visto que encontramos pouco material sobre o tema.

Neste sentido, inferimos que há poucos escritos sobre a história da instituição Senac sob o viés histórico, o que propicia à nossa pesquisa um certo pioneirismo. Diante das pesquisas encontradas, procuramos descobrir documentos

---

<sup>4</sup> Fizemos contato com a autora da dissertação para troca de experiências e para sabermos como havia sido a trajetória de sua pesquisa na busca de fontes e documentos.

históricos na Biblioteca da UEM, no arquivo público da cidade de Maringá, no Núcleo de Educação, na Associação Comercial da cidade (ACIM) e na própria instituição Senac (na unidade de Maringá e na Administração Regional em Curitiba). Nesta investigação, encontramos as fontes que aqui citamos somente na própria instituição. Reiteramos que utilizamos fotografias, ementas, jornal da inauguração da unidade e relatórios da gestão para desvendar nosso campo de investigação neste trabalho.

O período de levantamento das fontes foi um dos mais angustiantes no percurso, porque, no início, esperávamos encontrar grande quantidade de material, fato que não ocorreu. Esta constatação fez com que alterássemos o recorte temporal, visto que a proposta inicial do projeto da dissertação era estudarmos o período de 1950 a 1970, o qual foi modificado para o período de 1955 a 1982. Assinalamos que encontrar e saber trabalhar com as fontes é fundamental e desafiador para que elas ganhem significado ao que está sendo estudado e não se tornem apenas uma ilustração do contexto histórico.

Para construir o relato das características da base material que vão constituir, em parte, o que se busca pesquisar, são importantes os documentos, as plantas arquitetônicas, as fotos e as imagens. E destacamos que eles precisam estar contextualizados, do contrário, pouco poderão auxiliar na configuração do todo.

Desse modo, para a construção da história de uma instituição educativa, é importante considerarmos seus arquivos, seus documentos institucionais e as pessoas envolvidas na cultura dessa escola. Peres (2005, p. 120) sustenta que “os arquivos escolares guardam uma documentação significativa para a história da escola, profissão docente, currículo e práticas pedagógicas”. Ao considerar os arquivos encontrados e tendo em vista o objetivo geral deste trabalho citado anteriormente, organizamos o presente trabalho, além da introdução, em três seções, assim separadas para fins didáticos, mas que formam um todo para compor a história dessa instituição.

Com a seção intitulada **A educação profissional no Brasil: um olhar histórico**, objetivamos analisar as transformações dos processos educativos e da qualificação profissional instituídos no Brasil e no estado do Paraná entre o período

de 1955 a 1982. Para tanto, foi primordial contextualizarmos os cenários no qual se deu o desenvolvimento da educação profissional.

Na seção, denominada **O Senac Maringá – criação, institucionalização e consolidação de uma educação profissional**, preocupamo-nos em compreender historicamente as implicações do Senac na sociedade de Maringá. Sobre este processo, explicitamos a construção, a fundação e o desenvolvimento da unidade Senac Maringá: as relações políticas, econômicas e educacionais que permearam sua trajetória.

Na última seção, nomeada **Organização Pedagógica no Senac de Maringá no período entre 1950 a 1982**, investigamos as relações entre as formas de organização da produção presente e as fases do desenvolvimento histórico da criação do Senac. Analisamos como se deu a organização pedagógica do Senac Maringá por meio dos relatórios de gestão, fotos, ementas e recortes de jornais do período em destaque.

Em cada seção, procuramos desenvolver objetivos que contribuíssem para o entendimento do processo de reconstrução histórica do Senac em Maringá e que trouxesse, como conclusão, a resposta para a pergunta inicial deste trabalho.

## 2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM OLHAR HISTÓRICO

Esta seção tem como objetivo analisar as transformações dos processos educativos e de qualificação profissional, instituídos no período histórico entre 1955 a 1982, delimitação proposta pela pesquisa. Para tanto, é necessário um esforço para refletir e contextualizar o objeto de investigação no âmbito da educação técnica profissional no Brasil. Desta forma, empreendemos uma trajetória desse ensino no país e no Estado do Paraná, porque, para compreendermos o nosso objeto de estudo, precisamos entender o contexto histórico geral do momento em que ele foi criado, visto que não se desenvolveu de forma isolada, centrado em si mesmo, mas inserido na totalidade da história da educação brasileira. Antes disso, porém, conceituamos o ensino profissional e suas decorrências legais de acordo com a legislação e a historiografia educacional.

### 2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Ao discorrermos sobre a história da educação, mais precisamente sobre a formação de jovens para o trabalho no Brasil (conhecida atualmente como Educação Profissional), tomamos o trabalho e a totalidade como categorias centrais. Posteriormente, estabeleceremos as devidas relações, já que, para que a categoria “totalidade” seja empregada como uma categoria dialética, é necessário, conforme Carvalho (2007), que sua constituição passe por procedimentos que alcancem o seu pleno e rico significado, no sentido de que o todo não pode passar de mera aparência se for utilizado sem trajeto filosófico de constituição. Segundo Carvalho (2007, p.181):

Numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações que perpassam e completam a transversalidade do todo.

Significa, portanto, que “tudo está em conexão com tudo e que o todo é mais que as partes” (SILVA; QUINTELLA, 2014, p.249). Acrescentam as autoras (p. 247): “a relação existente é que o pensamento marxiano parte da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade e, de acordo com este princípio, o trabalho é categoria fundante”. O conhecimento das partes ‘trabalho’, de acordo com Gallindo (2013), pressupõe passagem por um processo de formação escolar.

Saviani (2000) afirma que, na sociedade moderna, o saber é força produtiva e disto advém uma nova contradição para a estrutura educacional que se estabelece com a divisão de classes e a propriedade privada. Essa assertiva nos remete a Marx e Engels (1987), os quais observam que o trabalho e a educação caracterizam o homem não por fazerem, naturalmente, parte de sua essência, mas por integrarem as condições reais de produção de sua existência, já que é preciso transformar e ajustar a natureza às suas necessidades, sendo tal processo o que conhecemos por trabalho.

Neste sentido, citando Marx e Engels (1987), o trabalho é o caminho em que o ser humano, com sua própria atuação, dá impulso, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Confronta-se com a natureza como uma de suas forças, coloca em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 1994). E conclui: “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo o homem modifica sua própria natureza” (p. 202).

Para transformar a natureza, o homem precisa aprender. Saviani (2000) pontua que, quanto mais complexo for o processo de transformação da natureza, mais elaborado deverá ser o aprendizado. Portanto, “[...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem” (SAVIANI, 2000, p. 154). Explica o autor que trabalho e educação são atividades essencialmente humanas, visto que têm em si a mesma origem; no entanto, houve um rompimento na relação trabalho e educação originada pela propriedade privada e a mais-valia.

Campones (2012) acentua que, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho, ocorre a divisão social do trabalho, a qual reforça a divisão de classes sociais em classe dos proprietários e classe dos que possuem apenas a

sua força de trabalho para vender na sociedade capitalista, chamamos também de Mais Valia, essa relação que é calcada na exploração dos trabalhadores pelos que são proprietários e que detêm e controlam os meios de produção.

A esse respeito transcrevemos as palavras de Marx e Engels (1987, p. 7), os quais asseveram que:

Com a divisão do trabalho dá-se a distribuição desigual, tanto do trabalho quanto dos produtos. A divisão do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas: a primeira, em relação à atividade, a segunda, em relação ao produto da atividade, pois a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros.

No decorrer do tempo, a divisão social divide as ações do trabalho conforme suas peculiaridades. Assim, a qualificação do trabalhador acaba restrita à função por ele exercida, dispondo também de sua força de trabalho de forma fragmentada. Saviani (2000, p. 151) assinala que “a educação é funcional ao sistema capitalista não somente de maneira ideológica, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão de obra, isto é, da força de trabalho”.

O modo de produção capitalista é favorável ao surgimento da formação do trabalhador, visto este modelo produtivo requerer pouca habilidade na linha de produção, que precisa contar com um quadro de gerência e supervisão bem preparado. Esclarece (SCALETSKY, 1999), que foi a preocupação com o máximo de eficiência e rendimento do trabalhador em seu trabalho que levou Frederick Taylor (1856-1915) a realizar estudos sobre o tempo e gestos necessários à execução de cada tarefa própria da finalização de determinado produto. Seus estudos ficaram conhecidos como “taylorismo” e, nessa rotina do trabalho especializado, acentuava-se a distância entre o trabalho manual e o intelectual, entre o pensar e o fazer. Conseqüentemente, os modos de produção como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo influenciaram a concepção e o método da educação profissional, e esta, por seu turno, pode ser considerada uma ferramenta de instrução do trabalhador para os diferentes níveis de produção.

O taylorismo<sup>5</sup> é um sistema capitalista de produção que busca explorar o máximo de produtividade do trabalhador. Nesse modelo, a subjetividade do

---

<sup>5</sup> Taylorismo, Fordismo e toyotismo são expressões particulares de um mesmo fenômeno: o controle do processo de trabalho pela dinâmica da acumulação capitalista. Sobre o tema, ver mais

indivíduo é posta de lado em prol do incremento da intensidade no rendimento de seu trabalho. O fordismo é herdeiro do taylorismo, sistema de produção industrial americano, cuja principal característica foi a introdução da linha de montagem, objetivando a produção em série, anulando a subjetividade e a robotizando os trabalhadores. Por fim, o toyotismo foi pensado para superar o modelo americano e eliminar o desperdício da produção em massa convencional (SCALETSKY, 1999). Segundo o autor, este sistema de gestão consistiu em um aprimoramento das técnicas desenvolvidas por Taylor e Ford, uma vez que incorporava ao trabalho repetitivo o trabalho multifuncional, de modo a ampliar a exploração da força de trabalho e, concomitantemente, sistematizava as técnicas de apropriação da subjetividade.

Destacamos o modelo taylorista, porque a educação profissional se baseia nele para oferecer um ensino focado em especializar a mão de obra do homem trabalhador para o processo produtivo. Esse modelo influenciou os moldes da educação profissional feita em todo o mundo, inclusive no Brasil. Gomes (2013) aponta que, no Brasil, a educação profissional tem ocorrido por meio de distintos planos de formação, os quais vão desde os cursos de aperfeiçoamento, básicos, técnicos (de habilitação), tecnológicos (equivalentes à graduação) até os de pós-graduação. Tais cursos são oferecidos em escolas especializadas, tanto públicas como privadas, e possuem metodologias de ensino próprias baseadas no taylorismo.

Gomes (2013) pontua que as escolas, ao adotarem uma concepção metodológica voltada para os interesses do capital, seguindo a cada década um novo padrão dos modos de produção (justamente por conta das demandas do capital) e racionalização do trabalho, optam por métodos que enfatizam o saber técnico e sua metodologia de ensino é baseada em seu discurso de trabalhador multifuncional, flexível e adaptado às células de produção. Para a autora, o modelo adotado na educação profissional de tais instituições baseia-se no taylorismo/fordismo e toda a lógica de separação entre concepção/execução estava presente no ensino. A maioria dos trabalhadores era “treinada” para

---

em: PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

determinadas funções, e a qualificação oferecida era aligeirada para que o trabalhador soubesse executar somente aquele labor.

Segundo Moraes (2001, p.169), “[...] diversas foram as instituições educacionais ou disciplinadoras organizadas pelas classes dominantes e dirigidas aos trabalhadores, filhos de trabalhadores, nacionais e imigrantes”. Percebe-se uma preocupação em doutrinar a classe trabalhadora nos afazeres operacionais.

Assim, podemos verificar que a educação profissional, baseada no modelo de produção taylorista, segue dotada do racionalismo técnico presente em toda a sua metodologia. Nela, há preocupação com a seleção do conteúdo, direcionada a formar mão de obra produtiva e qualificada para o trabalho conforme os interesses econômicos e as leis capitalistas do local em que se encontram inseridas.

## 2.2 A EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Neste item da seção, contextualizamos a criação, as transformações e as ideias que se concretizaram a favor da educação profissional no Brasil e no estado do Paraná entre 1955 a 1982.

Aroca (2015) define educação profissional como um processo permanente de aquisição ou ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à execução de tarefas e operações comuns a um conjunto de ocupações afins. Sua definição denota enfoque sobre o indivíduo e abrange atividades de educação sistemática ou assistemática.

Machado (1982) afirma que o ensino técnico está mais voltado para a aplicação prática dos princípios do que para sua teorização. Na educação profissional e no ensino técnico, há aquisição de conhecimentos mais práticos do que teóricos, propiciando uma adesão maior do mercado de trabalho.

De acordo com o documento da Organização Internacional do Trabalho (BRASIL, 2009), o surgimento da educação profissional teve influência de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, no final da Primeira Grande Guerra, na Conferência da Paz, a qual ocorreu primeiramente em Paris e depois em Versalhes. A OIT foi fundada sob o

princípio de que a paz social e permanente só poderia existir com justiça social. Trata-se de uma agência do Sistema das Nações Unidas, a única com uma estrutura tripartite, ou seja, com a participação de governos, organizações de empregadores e organizações de trabalhadores. Sua responsabilidade é a elaboração e a aplicação de normas internacionais do trabalho, conhecidas como convenções e recomendações, que tiveram importante papel na definição das legislações trabalhistas dos seus países membros e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas durante boa parte do século XX. Dessa forma, quando ratificadas por decisão soberana de um país, tornam-se parte do seu ordenamento jurídico. A OIT é ordenadora das relações do trabalho no Brasil, membro desde sua primeira reunião, em 1919 (BRASIL, 2009).

Não é novidade a importância do papel desempenhado pelos organismos internacionais – não só de financiamento, mas de cooperação técnica – na definição de políticas nacionais e regionais, de cunho tanto econômico como social. Entre essas políticas, as relativas às áreas de educação, em geral, e de formação profissional, em particular, são reconhecidamente influenciadas pelas recomendações desses organismos. Dessa maneira, o internacionalismo operário foi um fio condutor para o desenvolvimento de uma série de instâncias nacionais similares para a auto formação do trabalhador (AROCA, 2015). Isto reforça a influência das organizações internacionais em ditar e estipular normas que reforçam a sociedade de classes e a manutenção do capital, inclusive na educação, enquanto estimuladoras e proporcionadoras de formação de mão de obra para o trabalho.

A OIT exprime sua preocupação com a formação profissional pela regulamentação e organização do ensino técnico e profissional enquanto elemento constitutivo fundamental das relações de trabalho. Essa formação sofreu uma influência visível na definição de propostas empresariais em vários países da América Latina, entre eles o Brasil; a preocupação com a formação se cristalizou em uma série de recomendações (AROCA, 2015).

A recomendação sobre a formação profissional, sob o número 57 da OIT, de 1939, estabelecia que os trabalhadores de um ou outro sexo deveriam ter o mesmo direito de acesso a todas as instituições de ensino técnico e profissional (BRASIL, 2009). Entretanto nenhuma dessas disposições encontrava-se nas convenções da época, inclusive no que tange aos princípios de igualdade de remuneração para um

trabalho de valor igual. Somente em 1951 tais situações foram previstas e adotadas em convenções (BRASIL, 2009). Em ordem cronológica, durante a primeira metade do século XX, foram várias as recomendações que versaram sobre a formação profissional. Reproduzimos, no Quadro 1, uma série de recomendações sobre a formação profissional postuladas na primeira metade do século XX.

**Quadro 1:** Recomendações sobre formação profissional – 1ª metade do século XX

Ano	Recomendação
1937	Recomendação 1937 Recomendação n.º 56: sobre o ensino profissional para a indústria da construção.
1939	Recomendação n.º 57: sobre a formação profissional.
1939	Recomendação n.º 60: sobre aprendizagem.
1949	Recomendação n.º 87: sobre orientação profissional.
1950	Recomendação n.º 88: sobre formações profissionais dos adultos, incluindo os inválidos.

**Fonte:** Brasil (2009).

Os caminhos da educação profissional no Brasil foram baseados nas recomendações estabelecidas pela OIT e que foram decisivas para o desenvolvimento de um sistema de educação profissional criado pela classe empresarial com foco no desenvolvimento do trabalhador brasileiro. Na construção desse caminho, foi importante a participação do governo e da sociedade, representada pelos sindicatos de empregadores (AROCA, 2015). Ainda para este autor, os empregadores, organizados e representados pelos seus sindicatos, têm apresentado suas demandas e o governo regulamenta e supervisiona o processo desde então.

No Brasil, tendo a OIT como elemento base estrutural, tivemos a origem do ensino industrial e comercial que resultou no ensino técnico profissional. O ensino

industrial foi organizado pelo Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que definia as bases da organização e do regime do ensino industrial destinado à preparação profissional dos trabalhadores das atividades artesanais, dos trabalhadores dos transportes, da pesca, das comunicações e da indústria e dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino industrial deveria atender aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra. Deveria estimular o trabalhador, que, interessado em se manter empregado, buscava uma formação e sua preparação profissional, servindo aos interesses da nação capitalista, promovendo continuamente a mobilização dos construtores de sua economia e cultura (BRASIL, 1942b).

O Decreto-Lei nº 6.141 de 1943, que regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Comercial, evidencia que este ensino foi criado para formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio, assim como às funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. Esse ensino objetivava propiciar aos candidatos no exercício das mais simples atividades no comércio e na administração: uma preparação profissional e aperfeiçoamento de seus conhecimentos e capacidades técnicas. Assim, reforçava a divisão de classes do sistema capitalista, em que a preparação para a execução dos trabalhos operacionais voltava-se para a massa trabalhadora e não para a elite pensante e formadora de opinião (BRASIL, 1943b).

O artigo 6 do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, faz uma importante divisão do ensino em ciclos, ordens e seções. O documento pontua que o ensino industrial deveria ser lecionado em dois ciclos, o primeiro com as seguintes ordens: ensino industrial básico<sup>6</sup>, ensino de mestría, ensino artesanal e aprendizagem. Já o segundo ciclo compreenderia as ordens: ensino técnico e ensino pedagógico (BRASIL, 1942b). Já o ensino comercial, no Decreto-Lei nº 6.141, que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Comercial, previa dois ciclos para esta modalidade de ensino, sendo o 1º somente o ciclo comercial básico e o 2º ciclo referia-se aos denominados cursos técnicos comerciais (BRASIL, 1943b).

---

<sup>6</sup> Mais informações relativas às definições de ensino industrial básico, ensino de mestría, ensino artesanal, aprendizagem, ensino técnico e ensino pedagógico estão contidas no Decreto-Lei nº 4.073 (BRASIL, 1942b).

Quanto ao ensino industrial e comercial, somente estabelecimentos específicos poderiam ministrá-los. O Decreto-Lei nº 4.073 relata os tipos de estabelecimentos que poderiam proporcionar o ensino industrial:

[...] escolas técnicas, quando destinadas a ensinar um ou mais cursos técnicos; escolas industriais, se o objetivo fosse ministrar um ou mais cursos industriais; escolas artesanais, se destinassem a ministrar um ou mais cursos artesanais; e as escolas de aprendizagem, quando tivessem por finalidade ofertar um ou mais cursos de aprendizagem (BRASIL, 1942b).

O Decreto-Lei nº 6.141, por sua vez, estabelece que somente dois tipos de estabelecimentos poderiam ofertar o ensino comercial: as escolas comerciais e as escolas técnicas do comércio (BRASIL, 1943b).

Os Decretos-Lei nº 4.073 e nº 6.141, anteriormente citados, regulamentam o ensino industrial e o comercial. Eles fazem parte das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”. De acordo com Saviani (2008), as Reformas de Capanema de 1942 e 1943 ocasionaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e das leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial, ou seja, tais Reformas também são responsáveis pela criação dos decretos-leis que deram origem ao Senai e ao Senac. A partir dessas legislações, a educação técnica profissional foi evoluindo e se enraizando no Brasil.

Com a finalidade de ampliar nosso entendimento e observarmos o panorama histórico da evolução da Educação Profissional brasileira, no Quadro 2 apresentamos o referido processo histórico.

**Quadro 2:** Síntese do histórico da Educação Profissional no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do Senai (S pioneiro). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Sescoop) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae).

Fonte: Wittaczik (2008 – adaptado pela autora).

Diante do quadro exposto, vemos que a trajetória da educação profissional no Brasil, desde o início, aproximou-se do trabalho e das necessidades da indústria, posteriormente do comércio, portanto, o ensino oferecido tinha como foco o racionalismo técnico, voltado para a eficiência de produtividade do trabalhador. Para suprir a demanda por este tipo de educação que era ofertada em escolas específicas, deu origem à criação do Sistema S, formado por nove instituições, sendo uma delas o Senac, nosso objeto de estudo. Aprofundaremos tal processo na próxima seção.

## 2.3 HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Com o fito de aprofundarmos a compreensão do histórico da educação profissional no Brasil, é necessário retomarmos sua trajetória no país.

Na década de 1940, com a promulgação e aprovação das Leis Orgânicas do Ensino, também chamadas de Reforma Capanema, extinguiram-se os cursos complementares criados pela Reforma Francisco Campos em 1932. Segundo Saviani (2008), apesar de reformas parciais, como a Reforma Capanema, a estrutura educacional foi reorganizada e as reformas foram estabelecidas mediante oito Decretos-Leis, quais sejam:

- a) Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Senai (BRASIL, 1942a);
- b) Decreto-Lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1942, que criou a Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942b);
- c) Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1942d);
- d) Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial (BRASIL, 1943b);
- e) Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário (BRASIL, 1946e);
- f) Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946a);
- g) Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o Senac (BRASIL, 1946b);
- h) Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946d).

A Reforma Capanema, conforme Saviani (2008), promoveu uma série de mudanças no ensino. Em relação à educação profissional, foi subdividida em industrial, comercial e agrícola, além do normal. Este autor pondera que “[...] o caráter da Reforma era centralista, burocratizado, e dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras do meio de produção, do ensino

profissional, direcionado ao povo, conduzido à execução do trabalho” (SAVIANI, 2008, p. 269), concedendo ao ramo secundário o acesso a qualquer carreira de nível superior. Ele a caracteriza como corporativista, visto que vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social.

Santos (2000) acrescenta que a Reforma elevou a educação profissional ao grau de ensino médio e estabeleceu uma dicotomia para esse nível de ensino: o ensino secundário com a finalidade de formar uma sólida cultura geral e o ensino profissional para formar trabalhadores. Cunha (1977), por seu turno, reforça que o ensino médio profissional encontraria sua essência na necessidade de combater a frustração dos seus concluintes que não conseguissem ou não quisessem ingressar em cursos superiores.

A Reforma Capanema vigorou por 20 anos, e Cunha (1977) especifica que a organização do ensino técnico industrial, como um sistema, foi propiciada por diversos fatores, como: a) a conjuntura econômica da Segunda Guerra Mundial, devido à expansão da produção industrial dela resultante, da necessidade de emprego racional dos recursos humanos disponíveis e de substituição das importações de técnicos; b) a política centralizadora do Estado Novo, pela tendência do uso de critérios uniformes de organização e progressão do ensino, para que a escola fosse utilizada como instrumento de controle social; e, c) a necessidade de formação de professores para os cursos de aprendizagem que estavam sendo planejados desde 1937, quando a Constituição tornava obrigatória a sua manutenção pelas empresas industriais.

Machado (1982) sustenta que a Reforma Capanema consolidou a estrutura elitista do ensino brasileiro e institucionalizou duas organizações paralelas, com objetivos, aparelhagem e domínios próprios. O ensino secundário, destinado a preparar as individualidades condutoras, e o ensino profissional, direcionado para formar mão de obra qualificada para as necessidades do sistema produtivo.

Nesse contexto, o ensino industrial assumiu um relevante papel na formação da mão de obra, sobretudo na industrialização do país. Ante tal importância e sem recursos públicos para promover a expansão do ensino técnico-industrial, o governo “[...] transfere sua responsabilidade pela formação profissional das classes menos favorecidas ao setor privado” (NASCIMENTO, 2011, p. 24). Com esta

decisão, a partir de 1942, a Confederação Nacional das Indústrias passa a patrocinar esse ensino.

Em 1942, ocorre a criação do Senai pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, como assinalamos, e o Senac pelos Decretos-Lei nº 8.621 e nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, instituições de educação profissional organizadas e geridas pelos organismos patronais. A criação dessas instituições foi considerada pela sociedade como uma importante ação integrada à Reforma, propiciando às instituições sustentáculo e o seguimento da mesma linha de pensamento, evidenciando a relevância atribuída naquele momento histórico do país para a mão de obra especializada.

Gomes (2013) destaca que a criação dessas duas instituições, Senai e Senac, foi para atender à demanda de qualificação para o trabalho em todos os níveis de profissionalização, cujo o intuito era capacitar, de forma rápida, um número maior de pessoas para os setores de produção imediatos, porém essa política não foi suficiente para amenizar os problemas educacionais do país.

Romanelli (1984) afirma que, ao criar um sistema de ensino profissionalizante, o governo não cuidou em manter um sistema único de escola, predominando o sistema dual, em que as classes médias-alta procuravam os ensinos secundário e superior enquanto as camadas inferiores recorriam às escolas de nível primário e profissional. Este “descuido” evidencia a presença de uma dualidade no ensino brasileiro e o Senac, com o seu tipo de ensino, contribui para tal.

Ainda em 1942, o Decreto nº 4.127 transformou as Escolas de Aprendizagem e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer formação profissional em nível equivalente ao secundário. A partir desse ano, começou o processo de inserção do ensino industrial à estrutura do ensino do Brasil, porque, aos alunos formados nos cursos técnicos, foi permitido o ingresso no ensino superior em área equivalente à de sua formação (BRASIL, 2009).

Na década de 1950, a educação passou a ser considerada pelo governo como importante fator de impulso ao desenvolvimento, atribuindo à educação o papel de aceleradora do desenvolvimento. Destacamos que o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) propiciou o aprofundamento entre o Estado e a economia (BRASIL, 2009). A indústria automobilística é apontada como o grande ícone da

consolidação da indústria nacional, “[...] e o plano de metas do governo JK prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura, e contempla o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos” (BRASIL, 2009, p. 4).

O objetivo fundamental dos investimentos era a formação de profissionais alinhados e preparados para as metas de desenvolvimento do país. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias, com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganharam autonomia didática e de gestão, aumentando a formação de técnicos, mão de obra extremamente importante diante do cenário crescente da industrialização, colaborando com a aceleração desse processo (BRASIL, 2009).

Pontuamos que, nas décadas de 1930 a 1950, houve um desenvolvimento do ensino primário e secundário que ainda não havia acontecido no Brasil. As escolas primárias, em número, dobraram e as secundárias quase que quadruplicaram entre 1936 e 1951. Esse crescimento não ocorreu de forma homogênea, porque foi concentrado nas localidades urbanas dos estados mais desenvolvidos (AZEVEDO, 1971).

Nesse contexto, Cintra (2005) informa que o ensino profissional tomou impulso, considerando suas diferentes modalidades: comercial, técnico-industrial, doméstica e artística. Em 1933, havia 133 instituições de ensino técnico industrial; no ano de 1945, esse número saltou para 1368. Já o número de alunos, que era de aproximadamente 5 mil em 1933, passou de 65 mil. Educar para o trabalho, desse modo, passa a ser, desde então, uma política educacional de destaque.

Otranto (2008) salienta que a Reforma Capanema perdurou até a publicação da Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, aprovada em 1961. A nova Lei trouxe mudanças importantes para a educação profissional, ainda que, naquele momento, a dualidade na modalidade de ensino não tenha sido superada, porque a oferta de educação profissional no nível do antigo ginásio e as necessidades que as classes trabalhadoras tinham de trabalhar dificultavam a continuidade dos estudos no nível do 2º. ciclo do ensino médio (chamado também de nível colegial).

Kuenzer (2007) assinala que a diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, decorrentes do desenvolvimento crescente dos ramos secundário e terciário, levaram ao reconhecimento da legitimidade de outros

saberes que não apenas os acadêmicos. Registra a autora que, pela primeira vez, a legislação educacional brasileira reconhecia a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos para fins de sequência nos estudos.

Vale ressaltar que, desde 1948, tramitava no país a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em um percurso de 13 anos que se estende até 1961, data da sua promulgação. Santos (2000) pondera que, quando a Lei foi aprovada, já se encontrava ultrapassada e desgastada; reunia em sua estrutura dois sistemas, passando a coexistir dois ramos diferenciados do ensino médio. Kuenzer (1997, p. 14) aponta que “[...] os ramos de ensino eram propedêuticos, representados pelo científico-clássico, e profissionalizante, com os cursos normais (magistério), industriais, comerciais e agrícolas”.

Em 1971, no período do regime militar<sup>7</sup>, houve uma grande reforma no ensino propiciada pela promulgação da Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, com o objetivo de regularizar o ensino de nível médio como profissionalizante e para todos. A esse respeito, Escott (2012, p. 5) esclarece:

Essas mudanças implementadas pela referida Lei concentraram-se na educação de grau primário e de grau médio, mais especificamente nos cursos que até então se denominavam primário, ginasial e colegial, os quais passam a ser denominados de 1º grau e 2º grau, sendo que o 1º grau agrupou o primário e o ginasial e o 2º grau absorveu o colegial. Destaca-se como aspecto relevante, e, ao mesmo tempo, polêmico, o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização.

Cunha (2014) evidencia que, na Lei nº 5.692/71, denominada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, foram incorporados o ensino normal, o secundário, o técnico comercial, o ensino agrotécnico e o técnico industrial. As escolas deveriam oferecer somente cursos profissionais, chamados de profissionalizantes, responsáveis por formar técnicos para as mais diferentes

---

<sup>7</sup> A ditadura militar no Brasil ocorreu entre os anos de 1964 a 1985, foi um período onde o comando do país ficou sob o governo de militares. No que afeta a Educação Brasileira, segundo Borges (2005), no segundo momento da ditadura, se iniciou uma política educacional voltada para iniciativa privada e para a formação profissional requisitada pelo setor produtivo.

atividades econômicas. Não haveria mais espaço para os cursos exclusivamente propedêuticos, como, por exemplo, o antigo colegial (clássico e científico).

Essa Lei propunha a preparação qualificada em nível de 2º grau para um suposto mercado de trabalho que absorveria a mão de obra, estando a educação a serviço da economia. A Lei nº 5.692/71 promoveu mudanças significativas ao implantar um único sistema de ensino, substituindo os antigos propedêutico e profissionalizante. O currículo pleno do ensino de 1º e 2º graus passou a ser composto de uma parte de educação geral e outra de formação especial, enfatizando a profissionalização.

Na década de 1970, a fase do governo tecnocrata e a preocupação com a internacionalização da economia brasileira acarretaram uma tendência tecnicista à educação. Como citamos, a Lei nº 5.692/71 – LDB – propõe a ampliação nos anos de estudo para o primeiro e o segundo graus, sendo a profissionalização integrada, na tentativa de eliminar o dualismo educacional até então existente. Desta forma, torna-se obrigatória para o segundo grau a qualificação profissional, cujo objetivo era seu caráter terminal, em que grande contingente de alunos pudesse sair do sistema escolar mais cedo e ingressar o quanto antes no mercado de trabalho. Gomes (2013) propala que esse movimento também diminuiria a procura pelo ensino superior, portanto, como a maioria das pessoas que chegavam ao ensino médio eram barradas nesse nível, a educação continuava excludente.

Após a promulgação da Lei nº 5.692/71, foram criados Pareceres com o objetivo de detalhar como seria a qualificação para o trabalho no ensino de 2.º grau. A Lei deixou para o vocabulário técnico do Parecer o entendimento das recomendações e normas de cada tipologia para a formação profissional. O parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 45/72 traz o glossário das habilitações, exposto abaixo para facilitar o entendimento das nomenclaturas que compõem a “qualificação para o trabalho”, que consideramos importante ressaltar:

- Iniciação para o trabalho: Atividades desenvolvidas pelos educandos no ensino de 1.º grau, na escola e na comunidade, com o fim de orientá-los no sentido de conhecerem os diversos campos de trabalho existentes na localidade, na região e no país, os diversos sistemas de produção e prestação de serviços, a aplicação de materiais e instrumentos e a prática inicial na execução de tarefas que envolvam os aspectos de

criatividade, utilidade, organização, experimentação de técnicas básicas e avaliação da qualidade.

- Aprendizagem: Processo pelo qual os jovens, com idade entre 14 e 18 anos, em complementação da escolaridade regular, adquirem, em centros de formação profissional ou numa combinação de atividades na empresa e na escola, a prática metódica de execução das tarefas típicas de determinada ocupação e os conhecimentos necessários para desempenhá-la com eficiência. Oferecida em ensino não formal, constituído em legislação específica, que visa à formação de jovens na qualidade de aprendizes (Lei do aprendiz);
- Qualificação profissional: Condição resultante da aprendizagem ou de cursos adequados à formação profissional de adultos, caracterizada pela comprovação efetiva de que o trabalhador está realmente capacitado para o exercício completo de uma ocupação bem definida na força de trabalho. Desta forma, a aprendizagem e os cursos de formação profissional de adultos constituem o processo e o método; a qualificação profissional é a resultante. Oferecida pelo ensino não formal por meio de cursos de profissionalização sem preocupação com o ensino básico geral;
- Habilitação profissional: Condição resultante de um processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou de uma ocupação técnica, cujo desempenho exija, além de outros requisitos, escolaridade completa ao nível de 2º grau ou superior. Oferecida pelo ensino formal na unificação do 2º grau à profissionalização;
- Aperfeiçoamento e especialização: oferecidos pelo ensino não formal, referem-se a cursos de atualização;
- Treinamento: cursos diversos oferecidos ao trabalhador pela empresa no próprio local de trabalho (BRASIL, 1972).

De acordo com o Parecer 45/1972, há uma hierarquia de títulos dados à qualificação para o trabalho, os quais citamos consecutivamente: iniciação para o trabalho; aprendizagem; qualificação profissional e habilitação profissional.

As especificidades do Parecer, citado acima, demonstram que a Lei nº 5.692/71 propôs mudanças no ensino com o intuito de aliar a educação básica à profissionalização e de tentar estender o ensino profissionalizante para o ensino médio. É possível inferirmos que havia um contexto econômico e social influenciando e direcionando as políticas educacionais e um interesse do governo em atender às demandas do mercado.

Detalhando sobre o contexto em que essa Lei se desenvolve, destacamos o crescente desempenho industrial, marcado pela internacionalização do capital que o país vivia. Barros (2011) assevera que teve início um forte interesse do governo militar em suprir as demandas de mão de obra no mercado de trabalho por meio da

formação técnico-profissionalizante. Em todo currículo do segundo grau, passam a se formar técnicos, visto que, nesse período, havia urgência de suprir as demandas do mercado. Portanto, nessa década, aumentou expressivamente o número de escolas, cursos técnicos e matrículas em escolas do governo e da iniciativa privada.

Na concepção de Cunha (1989), a educação profissional passou a ter grande importância no período da ditadura militar<sup>8</sup>, por ser entendida como uma maneira de resolver problemas estruturais graves como o desemprego. Este deixaria de ser um problema estrutural e complexo da economia e se transformaria em uma carência; o subemprego deixaria de existir, eliminando mais uma barreira à igualdade de oportunidades no país.

Canali (2009) ressalta que, nas décadas de 1960 e 1970, era valorizada a mão de obra formada nas Escolas Técnicas Federais, que era absorvida pelas grandes empresas privadas ou estatais quase em sua totalidade, em decorrência do alto padrão de ensino ali oferecido. Nesse quadro, assevera o autor que a demanda por matrículas nos cursos oferecidos teve um acréscimo de 1.000% entre 1963 a 1973. Esse aumento também foi percebido no Senac em Maringá e demonstraremos nas próximas seções. Muitas opções de técnicos foram colocadas à disposição do mercado de trabalho até este atingir a saturação na recessão econômica na década seguinte, 1980.

No ano de 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). A mudança trouxe a essas escolas mais uma responsabilidade: formar tecnólogos e engenheiros de operação, processo que se estendeu a outras instituições anos mais tarde (BRASIL, 2009).

Frisamos que, nessa época, as redes públicas já se encontravam envolvidas com a educação profissional em nível federal, estadual, municipal e no Distrito Federal, assim como a rede privada. Previtali (2013, p. 214) apontam como estavam estruturadas essas redes:

---

<sup>8</sup> Segundo Sabbi (2014), a burguesia estava associada ao poder militar e a Lei nº 5.692/1971, ao estabelecer uma mesma estrutura de ensino médio para todos, contrariava os interesses dessa classe que era a favor da educação profissional de nível médio, mas não para seus filhos. Por isto, a Lei perdura somente até 1982 quando é criada a Lei nº 7.044/1982, extinguindo a obrigatoriedade da profissionalização.

1. A Rede Pública Federal:
  - Os centros federais de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas;
  - As escolas técnicas federais;
  - As escolas agrotécnicas federais;
  - As escolas e os colégios técnicos vinculados a instituições federais.
2. As Redes Públicas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios:
  - Suas unidades de formação profissional;
  - Os centros de educação tecnológica e suas unidades descentralizadas;
  - As escolas técnicas vinculadas às instituições estaduais de ensino superior.
3. A Rede Privada:
  - O Sistema S, que inclui: SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAR, SENAT, SEST, SEBRAE e SESCOOP;
  - As escolas técnicas e faculdades de tecnologia;
  - As escolas e centros de formação profissional, mantidos por sindicatos de trabalhadores;
  - As escolas e fundações mantidas por grupos empresariais;
  - As escolas vinculadas às organizações não governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional.

Percebemos que há um espaço para a formação profissional, apesar de, na história da educação brasileira, sempre ter havido um descompasso entre o ensino profissional e a escola formal. Corroborando, Gomes (2013) destaca que a tentativa da Lei nº 5.692/71 de integrar a formação profissional e a educação propedêutica não diminuiu a distância entre essas categorias.

Em 1982, com a Lei nº 7.044/82, se extingue no nível formal a escola única de profissionalização obrigatória e a tentativa de se criar uma escola unitária que aproximasse o mundo do trabalho ao mundo da escola para todos (BRASIL, 1982). A Lei nº 5.692/71 tentou uma integração entre esses dois mundos, entretanto, conforme Nosella (1998), eles não se integraram, havendo a continuidade do sistema dual e excludente, visto que, desde as Leis Orgânicas de Capanema, passando pela LDB de 1961, essa foi a única lei que tentou relacionar a educação de elite (focada no preparo para o vestibular e o ensino superior) à educação popular (de caráter terminal e tecnicista).

A tentativa da educação com objetivos sociais, políticos e pedagógicos na formação de sujeitos plenos e capacitados para o trabalho não ocorreu como se esperava e ficou restrita à tentativa de se suprir as necessidades específicas

imediatas do mercado de trabalho. Assim sendo, apesar de a educação buscar uma aproximação entre o mundo do trabalho com a sala de aula, nos anos 1980, do ensino médio, a preparação imediata e exclusiva para o mercado de trabalho foi descartada.

Na década de 1980, os debates se intensificaram em diferentes grupos, sob diversas correntes de pensamento educacional, para que acontecessem mudanças na educação brasileira, em especial para uma nova estrutura ao ensino de 2º grau e à educação profissional, aspectos que podemos depreender no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1988, aprovada no ano de 1996.

Finalizamos, assim, a descrição do momento histórico da educação profissional no Brasil até a década de 1980, nosso referencial temporal de estudo abordado neste trabalho.

#### 2.4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PARANÁ (1955-1982)

O processo educacional de um estado ou região não ocorre desvinculado do contexto nacional, político e econômico em que se insere. Fatores como industrialização, urbanização, a Era Vargas, Revolução de 1930 certamente influenciaram a história da educação brasileira, assim como a educação no Estado do Paraná.

Trindade e Andreazza (2001) destacam que, no norte do Paraná, o contato cada vez maior com a cafeicultura paulista e a expansão das ferrovias entre os dois estados deram origem à corrida do café, por volta da década de 1930, e caracterizaram o povoamento de um território que seria chamado de Norte Novo. Em virtude da atividade cafeeira entre o período de 1940 a 1960, a participação do Paraná aumentou de 7% para 52% nessa atividade, possibilitando ao Estado um grande acúmulo de capitais para a indústria e a agricultura. Entre 1930 e 1950, foram criadas, na região norte paranaense, cidades como Londrina, Rolândia, Araçongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Umuarama.

Para desbravar frentes pioneiras no Estado, pequenos proprietários, médios e grandes empresários, bem como pessoas dispostas ao trabalho de

desbravamento, plantio e construções das cidades foram atraídos e, com isso, a “[...] população que, em 1920, era de 685.000, atingiu 1.236.000, em 1940, e 2.115.000, em 1950” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 99).

Com o aumento populacional, a cobrança por educação começou a aumentar, uma vez que, ante o desenvolvimento das forças produtivas, passa-se a enxergar que a reorganização das relações de produção e a instrução eram condições necessárias para acesso a melhores colocações no mercado de trabalho em transformação.

A importância da agricultura paranaense para o desenvolvimento econômico do Estado era tamanha que, por muito tempo, foi considerado um celeiro de alimentos. A industrialização passou por algumas dificuldades devido à falta de infraestrutura, mas tentou acompanhar o desenvolvimento nacional e, no que diz respeito à educação profissional, o Relatório da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR, 1966) informa que o Paraná acompanhou a evolução do ensino industrial brasileiro, por meio de estabelecimentos federais, estaduais e particulares que ministravam ensino técnico e profissional.

No ano de 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, começa no Paraná, assim como no Brasil, uma resposta à economia que buscava mão de obra qualificada para o trabalho; inicia-se, então, a organização de um sistema educacional profissional para a indústria. Ainda nesse ano, foi instituída, na capital do estado, a Escola Técnica de Curitiba, que, segundo o Relatório Codepar (1966), substituiu a antiga Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, criada em 1909 como estabelecimento federal. Nascimento (2007) revela que, ainda nesse ano, foi instalado no Paraná o Curso Técnico de Química Industrial, no Instituto Politécnico Estadual, que, no primeiro ano de vigência, contou com 71 matrículas.

A década de 1940 registra o início da configuração e o desenvolvimento do ensino profissionalizante no Estado. Nesse período, o governador do Paraná era Moysés Lupion. Na Assembléia Legislativa, Lupion pontuava sua preocupação com a educação e cultura da sociedade paranaense, e destacava que era preciso considerar, em um sistema escolar, a educação ordinária e a emendativa<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver mais sobre educação ordinária e emendativa na mensagem de governo de 1948 de Moysés Lupion disponível no Arquivo Público do Paraná.

Em relação à educação profissional, asseverava que o trabalho a ser realizado consiste, primeiramente, em se obter um plano orgânico de instituições do Estado para a educação profissional articulado ao sistema da União, que principie com a educação vocacional, e propicie às unidades desse conjunto uma estrutura vigente com os conhecimentos atuais sobre a matéria (PARANÁ, 1948).

Apesar da preocupação demonstrada por Lupion a respeito da formação profissional, as escolas públicas paranaenses não demonstravam interesse por tal ensino, que ficava relegado à responsabilidade das escolas ferroviárias, as escolas do Senai, Senac, a Escola Técnica de Curitiba e o Técnico de Química Industrial.

Sobre esta questão, Kuenzer (1997, p. 14) frisa que a educação profissional:

Está marcada pela separação em duas vertentes distintas para atender à demanda bem definida da divisão social e técnica do trabalho organizado e gerido pelo paradigma taylorista / fordista como resposta ao crescente desenvolvimento industrial, se complementa com a criação dos sistemas SENAI, em 1942, e SENAC, em 1946, pela iniciativa privada, como forma de atender às demandas de mão-de-obra qualificada. É neste período, também, que as escolas de aprendizes artífices transformam-se em Escolas Técnicas Federais, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942.

Não há como discorrermos sobre a educação profissional no Paraná entre as décadas de 1940 e 1950 se não abordarmos a criação do Senai e sua atuação no Estado, visto que esta instituição influenciou e trouxe impactos diretos e relevantes no desenvolvimento desse tipo de educação no Paraná. Segundo Dominschek (2008), o Senai vem para suprir as demandas da expansão industrial brasileira, que necessitava de uma mínima formação para o proletariado, a qual deveria ser realizada de modo eficaz e rápido. Weinstein (2000) atesta que essa instituição era inovadora em sua estrutura e em seu caráter ao mesmo tempo público e privado, mas encontrava uma grande descrença entre os industriais. Apesar desse ceticismo, pondera o autor que a imagem da instituição se fortaleceu e se firmou por transformar jovens menos capazes em operários competentes, passando a conquistar relativamente a confiança dos industriais.

Dominschek (2008), pesquisando no jornal “O Escudo”, de outubro de 1950, reproduz o relato de um aluno do Senai de Curitiba, Ademar Cunha, que afirmara:

O Senai é uma escola a qual os alunos devem muito do seu aperfeiçoamento. É nela que entram os que desconhecem uma profissão, saindo, após a aprendizagem, oficiais. Aqui, nesta grande escola, só não aprende quem não quer. Há muitos que não a merecem e, no entanto, aqui estão, no lugar de muitos que seriam melhores. É por meio dos mestres, que Curitiba, o Paraná, o Brasil, cada vez mais vão possuindo mecânicos, marceneiros, eletricitas, soldadores, afiadores, gráficos, pedreiros – gente especializada, homens úteis em todos os ramos. Estudemos com arrojo e coragem não só nas oficinas, mas na teoria também. Salve o SENAI, uma das melhores escolas do Paraná (DOMINSCHEK, 2008, p. 33).

Mesmo com a presença do Senai, com a criação do Senac, a primeira escola técnica do comércio ser mantida com recursos públicos em 1951 e, com a alteração da Escola Técnica de Curitiba em 1959, passando a ser Escola Técnica Federal do Paraná, a economia paranaense entre as décadas de 1940 a 1950 continuava fortemente agrícola e a industrialização não havia tomado grandes proporções. A esse respeito, Trindade e Andrezza (2001, p. 98) sublinham que,

[...]apesar do sucesso da agricultura cafeeira, a industrialização paranaense ocupava, à época, uma posição diminuta no contexto nacional – 3,06% do total, em 1950 –, mesmo tendo apresentado um crescimento interno de 850% em relação à década de 1940. A torrefação e a moagem do café ocupavam ainda 53% da transformação dos produtos alimentares que era a grande atividade industrial no Paraná.

Somente na década de 1960 a industrialização no Paraná se torna mais expressiva, intensificando a procura por mão de obra qualificada. Nessa época, o panorama industrial paranaense se altera, já que as ações do governo estadual convergem para o setor secundário<sup>10</sup>.

Oliveira (2001) destaca que o sucesso do Paraná como exportador de café gerava alguns processos inquietantes para a elite paranaense; o principal deles envolvia as conexões econômicas, que não eram mantidas pelo Estado do Paraná, mas sim pela cafeicultura paulista. Dessa forma, a elite não só queria os produtos industrializados de consumo necessários em São Paulo, como exportava o seu café pelo Porto de Santos. A tais procedimentos, seriam atribuídas duas consequências graves para a classe dominante política do Paraná: a evasão de divisas e o possível

---

<sup>10</sup> Setor primário está relacionado à agricultura, secundário à indústria e o terciário ao comércio e serviços.

rompimento da unidade do território do Estado. Este último temor, na visão de Campones (2012), sempre esteve presente na história política dessa unidade da federação, remontando à criação da província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853, passando pela experiência do Contestado, em 1911, e pela separação temporária do Sudoeste, sob a forma do Território Federal do Iguazu (1937-1946).

Dominschek (2008) avança que a criação de organismos como a Codepar, depois transformado em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e, juntamente com estas iniciativas, um plano rodoviário que complementasse o tripé que a indústria tanto se queixava foram os estímulos propulsores para a infraestrutura que a industrialização do estado necessitava para a sua consolidação.

A partir de 1963, Chain (1991) relata que foi iniciada a concretude do setor secundário, e o panorama industrial do estado se altera, visto que as ações do governo paranaense estavam direcionadas para a estimulação da indústria como fator propulsor do desenvolvimento da economia do estado. Fausto (2013) aponta que, à época, o governo promoveu diversas medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização, e esse cenário industrial despertou um olhar maior para o ensino médio técnico e profissional.

No Relatório da Secretaria de Educação e Cultura (PARANÁ, 1962), consta que, na década de 1960, havia necessidade de alinhamento entre o ensino oferecido pelas escolas e as demandas de desenvolvimento do Paraná e do próprio Brasil, uma vez que existia uma demanda de preparar a população para o trabalho. Por essa razão, Nascimento (2007, p. 226) pontua que “[...] o governo estadual iniciava a construção de ginásios industriais no Paraná que deveriam conter oficinas para a realização das aulas práticas na área industrial”. Afora isso, Lupion, em seu discurso de 1957 a Assembléia Legislativa paranaense, referindo-se ao ensino técnico no Paraná, assim se expressa: “[...] estadualizamos as Escolas Técnicas do Comércio de Cornélio Procópio de Bandeirantes e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná” e cita a criação das seis escolas Técnicas de Comércio.

Um dado curioso apontado por Nascimento (2007) é que, em 1962, havia 404 instituições no Estado do Paraná que ofereciam o ensino médio; destas, 186

ofertavam ensino secundário; 59, ensino comercial e somente dois estabelecimentos ofereciam o ensino industrial, as demais outros tipos de ensino tais como ensino agrícola, etc. Vemos, assim, que, mesmo com a necessidade de formação de mão de obra em nível técnico, o ensino secundário ainda era o mais procurado.

Nascimento (2007) relata que, entre 1960 e 1964, os cursos mais procurados pela população paranaense eram aqueles cujo fim era a formação para o comércio. O Plano de Educação do Paraná (1968)<sup>11</sup>, embora não disponha de dados relativos à matrícula de alunos desses cursos, revela a predominância dos cursos de datilografia (29,7%), pressupondo que, na capital paranaense, o mercado de trabalho oferecia maiores oportunidades de absorção de mão de obra no setor terciário.

A formação voltada para o comércio era a mais procurada na década de 1960 pelo fato de a mão de obra ser mais absorvida, mas, em se tratando especificadamente de cursos técnicos, não podemos deixar de pontuar que, nessa época, essa modalidade, de modo geral, sofria com o alto índice de evasão, justamente porque esse tipo de formação não era captado pelo mercado. O Plano de Educação (PARANÁ, 1968) aponta que muitos dos que se formavam em cursos técnicos procuravam, posteriormente, o ensino superior devido à falta de valorização dos profissionais oriundos de formações técnicas.

Segundo Frigotto (2002), é entre a década de 1968 a 1973, período conhecido como “milagre econômico”, que a formação profissional ganhou destaque no campo da prática educativa, passando a responder às condições gerais da produção capitalista.

Na década de 1970, a educação paranaense encontrava-se consoante à política educacional nacional. Mesmo que a centralidade dos esforços se voltasse para a educação básica, no contexto da era da industrialização brasileira, a configuração do ensino profissional no Brasil começou a tomar forma e a se delinear historicamente, tornando-se importante para o desenvolvimento econômico do país. Ainda nessa década, mais exatamente em 1971, enfatizamos novamente que o

---

<sup>11</sup>Os planos de educação são documentos, com força de lei, que estabelecem metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance em um município, estado ou país no período de dez anos. Principal instrumento da política pública educacional (BRASIL, 2017).

Decreto-Lei nº 5.692 institui a profissionalização compulsória e o Parecer nº 853/71 do Conselho Federal de Educação definiu que o 2º grau deveria ser profissionalizante, passando a ser compulsório o ensino profissional no ensino médio. A união do ensino de 1º e 2º graus objetivava proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo consciente da cidadania (BRASIL, 1971a).

Na acepção de Romanelli (1984), o governo almejava selecionar os mais capazes para a universidade, dar ocupação aos menos capazes e, concomitantemente, conter a demanda de educação superior. Para a autora, a “[...] reorganização do ensino médio visava a desviar a demanda social de educação superior e lançar na força de trabalho boa parcela do contingente que procurava esse nível de ensino” (ROMANELLI, 1984, p. 235). A Lei nº 5.692/71, aparentemente, apresentava-se correta em seu objetivo, porém a formação do ensino profissional apenas se tornou possível nas escolas que definiram o seu ensino focado no ramo profissional, as integrantes da rede federal de educação tecnológica.

Frigotto (2002) assevera que o surto de expansão industrial no Brasil no período entre os anos 1970 a 1990 trouxe força para os cursos técnicos industriais. Segundo o autor, o governo, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, investiu no aumento das escolas técnicas, e as reformas educacionais tiveram inspiração na teoria do capital humano, em uma educação capacitada a produzir o desenvolvimento da nação e a ascensão social dos indivíduos.

No período de 1973 e 1974, o governo paranaense envidou esforços para a implantação e prática da Lei nº 5.692/71, mas não teve êxito por não haver estrutura física e humana para sua implementação imediata (NASCIMENTO, 2007). A autora ainda aponta que o Plano de Educação do Paraná foi idealizado e implantado de 1973 a 1976, cujas metas eram a efetivação de um sistema educacional eficiente e a correção de suas deficiências; aumento da produtividade; a reordenação da rede escolar e uma nova proposta de currículo, adequando-o às novas imposições socioeconômica e cultural e o incremento da produtividade do sistema.

A educação do Paraná, nessas décadas, como pontuamos, seguia os padrões estabelecidos para a educação nacional, fosse profissionalizante ou para

a formação cognitiva, procurando atender ao capital e ao trabalho, em uma gestão educacional articulada ao movimento produtivo. Nas palavras de Trevizan (1982, p. 138), “uma das finalidades da qualificação é de tomar a força de trabalho mais eficiente e eficaz [...], sendo preciso que se aprenda para converter aptidões e talentos em capacidade produtiva”.

Para atender às demandas educacionais da grande massa, a educação profissional, até a primeira década de 1980, foi estimulada como forma de inserção no mercado de trabalho diante do cenário de expansão e desenvolvimento encontrado no estado e no país.

Nosso objetivo, nesta seção, foi analisar as transformações dos processos educativos e da qualificação profissional instituídos no Brasil e no Estado do Paraná até a década de 1980. Na sequência, discorreremos acerca da educação profissional na cidade de Maringá, Paraná, por meio de nosso objeto de estudo, a instituição Senac.

### **3. O SENAC MARINGÁ: CRIAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Nesta seção, objetivamos compreender historicamente as implicações do Senac na sociedade de Maringá por meio da apresentação de uma linha histórica acerca da criação, institucionalização e consolidação da instituição no município entre o período de 1955 a 1982. Assim, tratamos da inserção deste objeto no tempo e no espaço em que foi implantado e suas relações com os contextos estadual e nacional.

Ao pesquisarmos sobre o histórico do Senac, verificamos que há poucos registros sobre a sua história. Portanto, respaldamos a escritura desta seção em Decretos-Lei, dissertações de mestrado, obras publicadas pelo próprio Senac e publicações de jornais da época em que a instituição foi criada.

#### **3.1 A CRIAÇÃO DO SENAC NACIONAL**

O Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, é uma entidade que integra o 'Sistema S'. De acordo com Manfredi (2002), o Sistema S configura-se como uma rede de educação profissional paraestatal. A terminologia "paraestatal" refere-se à instituição de pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, criada por lei e atuando sem submissão à Administração Pública, para promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais que arcam com sua manutenção mediante contribuições compulsórias<sup>12</sup> organizadas e gerenciadas pelos órgãos sindicais de representação empresarial.

---

<sup>12</sup> A contribuição compulsória é uma verba repassada pelo governo federal ao Sistema S, que advém do imposto retido na fonte da folha de pagamento da pessoa que trabalha no comércio, indústria, agricultura, transporte, direcionada para o sistema correspondente. Ex: Trabalhadores do comércio recolhem na sua folha de pagamento para o "S" do comércio que é o Senac, quem trabalha na indústria recolhe para o "S" da indústria que é o Senai. Portanto, por meio do imposto oriundo da folha de pagamento o governo federal repassa o recurso ao Sistema S que é

O Sistema S, criado pelo governo federal na década de 1940 por meio de leis e decretos, delega às instituições que o compõe a obrigação de ministrarem, em cooperação com o Estado, a aprendizagem de ofícios, cursos e formações para o trabalho dentro das normas estabelecidas pelo sistema nacional de ensino.

Segundo Manfredi (2002), atualmente, o grupo que constitui o Sistema S, que inclui o Senac e outras oito instituições – Sesc, Senai, Sesi, Senar, Senat, Sest, Sebrae e SESCOOP, foi criado no fim do período ditatorial do governo Vargas. Segundo Fausto (2013), o Brasil viveu, nesse momento, um período de adaptações às mudanças nos âmbitos nacional e internacional. Internamente, a década de 1940 marcou as grandes realizações do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, tais como o incentivo à industrialização em substituição à política de importações e a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Os estudos e as negociações para a criação do Senac e do Senai foram realizados nesse período e foram fruto da influência da Constituição de 1937 (como citamos anteriormente) e da política de incentivo ao crescimento da indústria e do comércio. Para Fausto (2013), o interesse do governo Vargas em promover a indústria refletia-se diretamente na educação, e, embora o ministro Capanema havia promovido uma reforma no ensino secundário, sua maior preocupação consistia em organizar o ensino industrial com o objetivo principal de capacitar o menor operário.

Empenhamos que, na década de 40 do século XX, em âmbito global, ocorreu a Segunda Guerra Mundial, que teve seu fim no ano de 1945 e foi considerada o maior conflito bélico da história mundial. Após seu término, emergiram duas superpotências que mediram forças no século seguinte, com posições ideológicas e econômicas opostas. Nesse cenário, houve grande movimentação entre os representantes dos empresários brasileiros para promover a integração social e o incremento dos setores produtivos nacionais. Conforme Furini (2007), em maio de 1945, os empresários do comércio reuniram-se na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, para um exame minucioso dos problemas da economia nacional na

---

fiscalizado pelo Poder Público por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio da Controladoria Geral da União (CGU). (SESC/BR,20016).

*Conferência das Classes Produtoras do Brasil*. Um dos resultados mais importantes dessa Conferência foi a divulgação do documento *Carta da Paz Social*, que recomendava ao governo federal, dentre outras, medidas para atenuar a complexidade crescente das funções especializadas na área mercantil e sugeria a intensificação e o aperfeiçoamento do ensino médio e superior do comércio, além do estímulo à criação de escolas.

Essa carta selou o que daria origem ao Senac e ao Serviço Social do Comércio (Sesc)<sup>13</sup>. Essas instituições promovem ações que ajudam o desenvolvimento do setor terciário do País e da sociedade, sendo o Senac focado em educação profissional e o Sesc em saúde, cultura, esporte e lazer. Segundo o Relatório de Gestão Senac (PARANÁ, 1951), a *Carta da Paz Social* é um documento que retrata o espírito superior das classes patronais do Brasil, indo ao encontro dos reais objetivos de ordem social, aproximando empregadores e empregados, capital e trabalho.

Destacamos que, na década de 1940, havia necessidade de entidades regulamentadoras e articuladoras dos interesses do comércio para o desenvolvimento do país. Assim, em 1945, foi fundada a Confederação Nacional do Comércio (CNC), reconhecida pelo Decreto Federal nº 20.068, de 30 de novembro de 1945 (BRASIL, 1945), entidade representativa nacional dos direitos e interesses do comércio brasileiro, que, posteriormente, criaria o Senac. Um dos objetivos basilares da CNC é a defesa da livre-iniciativa, o fomento à economia formal e a legitimidade da representação empresarial. Esta entidade se encontra no topo da pirâmide sindical patronal brasileira do segmento pelo qual ela responde, ou seja, o comércio. A CNC representa um dos principais setores da economia do Brasil. A característica da sua atuação é a defesa dos interesses do comércio,

---

<sup>13</sup>O Senac e o Sesc são organizados e administrados pelo mesmo órgão, a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), órgão máximo de representação sindical patronal de setores fundamentais para a economia brasileira. Os recursos utilizados para a manutenção do SESC e do SENAC vêm do recolhimento compulsório sobre a folha de pagamento das empresas, conforme definido pelo Decreto-Lei nº 9.853/1946, SESC e Decreto-Lei nº 8.621/1946, SENAC: 1,5% para o SESC e 1% para o SENAC. Recolhidos via Receita Federal, os recursos constituem “dinheiro carimbado”, necessários ao custeio de ações de interesse público por isso requerem auditorias do poder público (SESC/BR, 2016).

fortalecimento e favorecimento do desenvolvimento econômico e social do Brasil, bem como administrar o sistema CNC-SESC-SENAC.

Em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra baixou os Decretos-Lei nº8.621 e nº 8.622, que autorizavam a CNC instalar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem comercial para trabalhadores menores, entre 14 e 18 anos, bem como cursos de continuação e especialização para comerciários adultos. Dessa forma, de acordo com Santana (2007, p. 46), estava “[...] delegada à CNC a responsabilidade de estruturar e administrar, em âmbito nacional, escolas de aprendizagem comercial para funcionários e interessados em conquistar emprego no comércio”. Criava-se, assim, o Senac.

Como já citado, o Senac foi criado em 10 de janeiro de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Decreto-Lei nº 8.621 (BRASIL, 1946b). Sua finalidade direciona-se para a qualificação profissional de adultos e formação de jovens aprendizes, sediado na capital federal (Rio de Janeiro) e descentralizado por meio de Conselhos Regionais e Departamentos Regionais em cada um dos estados da União.

Consideramos relevante destacar que o Senac passa a desenvolver, nos anos subsequentes, um trabalho inovador no país: oferecer, em grande proporção, educação profissional determinada a formar e preparar trabalhadores para o comércio. Entre essas inovações, destacamos as empresas pedagógicas (ou empresas-escola) na década de 1960. Seu trunfo é a possibilidade de os alunos vivenciarem o trabalho em ambiente próprio, em empresas como os hotéis-escola, restaurantes-escola e confeitarias-escola.

A atuação do Senac se dava em âmbito nacional. Na Tabela 1, podemos visualizar o início da sua inserção nos estados brasileiros e a adesão da sociedade entre os anos de 1947 a 1955 por meio do quadro de concessão de bolsas de estudos.

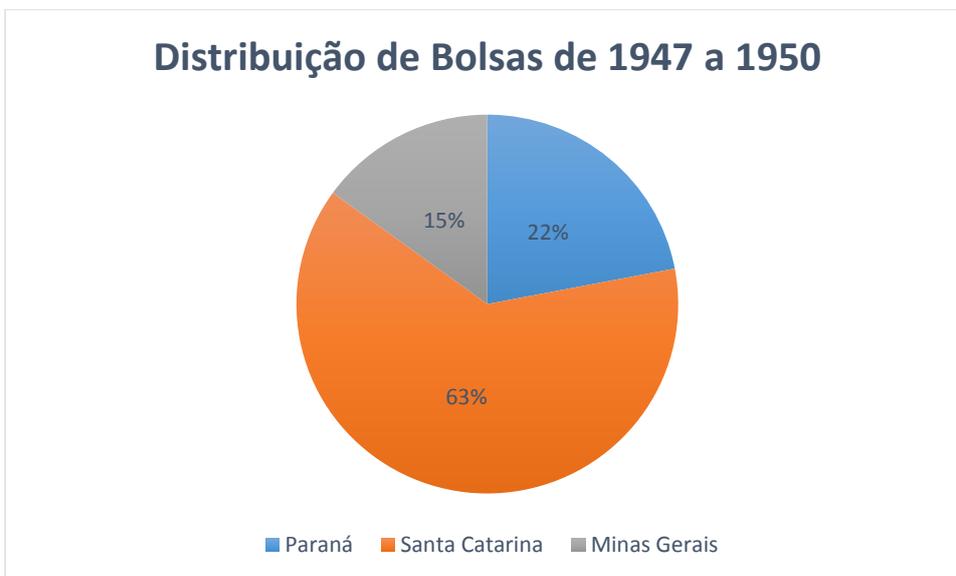
**Tabela 1:** Bolsas de estudo concedidas pelo Senac de 1947 a 1955

Órgãos Regionais	Anos									
	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	Total
Alagoas	---	8	46	---	11	54	28	79	35	<b>261</b>
Amazonas	---	137	245	216	273	189	206	333	190	<b>1789</b>
Bahia	---	89	165	86	152	163	149	185	187	<b>1176</b>
Ceará	---	---	168	86	94	64	115	124	25	<b>676</b>
Distrito Federal	---	---	---	100	---	126	---	---	---	<b>226</b>
Espírito Santo	---	---	83	55	160	151	---	128	324	<b>901</b>
Goiás	100	85	155	143	171	223	229	228	71	<b>1405</b>
Maranhão	200	200	200	140	164	181	184	354	---	<b>1623</b>
Mato Grosso	50	50	56	65	48	25	---	---	84	<b>378</b>
Minas Gerais	---	---	20	215	758	1105	1186	1487	1070	<b>5841</b>
Pará	300	166	265	200	134	180	208	350	178	<b>1981</b>
Paraíba	---	10	---	26	73	51	120	362	118	<b>760</b>
Paraná	200	---	100	34	25	86	124	158	161	<b>888</b>
Pernambuco	---	46	72	82	65	66	93	142	99	<b>665</b>
Piauí	121	122	126	97	87	104	174	137	126	<b>1094</b>
Rio de Janeiro	133	---	165	85	205	289	356	339	356	<b>1928</b>
Rio Grande do Norte	---	10	---	---	21	100	161	238	257	<b>787</b>
Rio Grande do Sul	194	218	285	191	195	76	116	115	84	<b>1474</b>
Santa Catarina	300	302	218	147	188	138	206	258	272	<b>2029</b>
São Paulo	182	---	---	---	28	56	387	341	248	<b>1242</b>
Sergipe	---	---	---	9	20	46	30	19	24	<b>148</b>
<b>Total</b>	<b>1780</b>	<b>1443</b>	<b>2369</b>	<b>1977</b>	<b>2872</b>	<b>3473</b>	<b>4072</b>	<b>5377</b>	<b>3909</b>	<b>27272</b>

Fonte: SENAC/ BR(2006–adaptado pela autora).

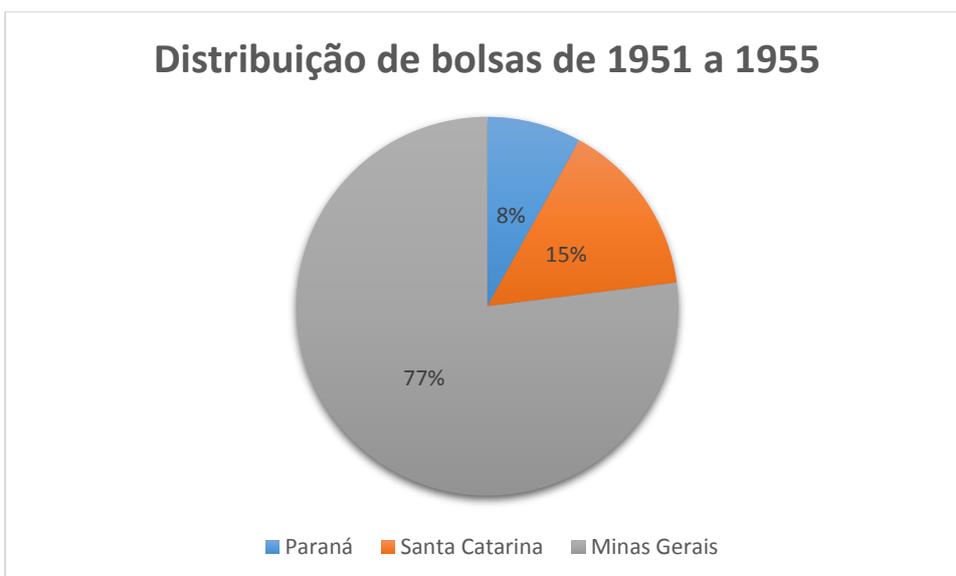
É possível observar na tabela acima que o estado que mais distribuiu bolsas de estudo foi Minas Gerais, seguido por Santa Catarina nos anos de 1947 a 1955.

Realizamos um comparativo entre os dois estados que mais distribuíram bolsas em comparação com Paraná e observamos que, após o ano de 1951, o estado de Minas Gerais superou o crescimento de Santa Catarina conforme os gráficos abaixo.

**Gráfico 1:** Distribuição de Bolsas - 1947 a 1950

**Fonte:** Relatório de Gestão - elaborado pela autora (SENAC/PR,1950).

Este gráfico demonstra que a distribuição de bolsas entre os três estados foi desigual nesse período, sendo que Santa Catarina recebeu 63% delas e os estados de Minas Gerais e Paraná os 37% restantes. Fizemos um comparativo entre os anos de 1951 a 1955 que pode ser visto no gráfico 2.

**Gráfico 2:** Distribuição de Bolsas – 1951 a 1955

**Fonte:** Relatório de Gestão - elaborado pela autora (SENAC/PR,1955).

O que notamos pelo gráfico é que a partir do ano de 1951, Minas Gerais dá um salto significativo e passa a ter 77% (equivalente a 5606) das bolsas distribuídas, e apenas 23% ficam para os estados de Santa Catarina (1062 bolsas) e o Paraná (554 bolsas).

Acreditamos que o aumento das bolsas na década de 1950 é justificável pelo fato de ter sido um momento de grande desenvolvimento econômico, de preocupações com a industrialização e a comercialização. Nas palavras de Santana (2007, p. 71), “[...] na política, em 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder. Seu governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico”.

O desenvolvimento e o crescimento do Senac, como aponta a Tabela 1, está alinhado com o crescimento econômico e político do país, assim como sofre com as recessões que ele enfrenta. Seu sistema educacional, direcionado pelas leis educacionais nacionais, segue o que é contemplado como necessário e adequado à educação profissional.

Segundo o *site* do Senac<sup>14</sup>(2017), desde sua fundação, a missão do Senac é educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo. No ano de 2016, a instituição completou 70 anos e, em todo esse período, formou milhares de brasileiros dentro do ensino profissionalizante.

Referente ao seu compromisso com a educação e a forma de atuação, desde a data de sua criação, a instituição esteve normatizada por uma série de legislações: Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946c). Após 20 anos da sua criação, em 5 de dezembro de 1967, por meio do Decreto n.61.843 foi aprovado o Regulamento do Senac (BRASIL, 1967), complementado por alterações instituídas em março de 2006, através do Decreto nº 5.728 (BRASIL, 2006). Detalharemos, na próxima seção, o que está regulamentado sobre a atuação da instituição.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.senac.com.br>>.

### 3.2 AS ATRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO SENAC

Nesta seção, detalharemos as legislações que têm regido o Senac, desde a sua fundação no país, e determinado qual objetivo deveria cumprir na sociedade. A fim de sistematizar as normatizações que regeram a instituição desde a fundação, organizamos a Tabela 2.

**Tabela 2:** Legislações que permeiam o Senac desde a sua fundação

Legislação	Data	Tratativa
Decreto-Lei nº 8.621	janeiro de 1946	Criação do Senac em janeiro de 1946.
Decreto-Lei nº 8.622	janeiro de 1946	Dispõe sobre a atuação da instituição na aprendizagem comercial.
Decreto nº 61.843	dezembro de 1967	Aprova o regulamento do Senac.
Decreto nº 5.728	março de 2006	Complementa alterações no regulamento do Senac.

**Fonte:** elaborada pela autora pautado nas Legislações (2017).

Constam acima as legislações que permearam o Senac desde sua criação. No ato de criação do Senac pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), em 10 de janeiro de 1946 pelo Decreto-Lei nº 8.621, também foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.622, que dispõe sobre a sua atuação. Segundo este Decreto, o Senac ofertaria aprendizagem e formação profissional com as seguintes características:

- a) Estudo das disciplinas essenciais à preparação geral do empregado no comércio e, bem assim, as práticas educativas que puderem ser ministradas;
- b) Estudos das disciplinas técnicas relativas ao setor do ramo de comércio escolhido;
- c) Prática das operações comuns ao referido setor (BRASIL, 1946c).

Com o passar do tempo, influenciado pelo desenvolvimento econômico, político e social do país, pelo incentivo à industrialização, ao crescimento e fomento do comércio, o Senac passou a oferecer educação profissional em larga escala, destinada à preparação e à formação de mão de obra de trabalhadores para o comércio. Nesse cenário, é aprovado o Regulamento do Senac em 05 de dezembro

de 1967 por meio do Decreto nº 61.843. São estabelecidos os objetivos da sua atuação, dispostos no seu artigo 1º (BRASIL, 1967). São eles:

- a) Realizar, em escolas ou centros instalados e mantidos pela Instituição, ou sob a forma de cooperação, a aprendizagem comercial à qual estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos do dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) Orientar, na execução da aprendizagem metódica, as empresas às quais a lei concede essa prerrogativa;
- c) Organizar e manter cursos práticos ou de qualificação para o comerciário adulto;
- d) Promover a divulgação de novos métodos e técnicas de comercialização, assistindo, por esse meio, aos empregados na elaboração e execução de programas de treinamento de pessoal dos diversos níveis de qualificação;
- e) Assistir, na medida de suas disponibilidades técnicas e financeiras, às empresas comerciais, no recrutamento, seleção e enquadramento de seu pessoal;
- f) Colaborar na obra de difusão e de aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino superior imediato que com ele se relacionar diretamente.

Em síntese, a atuação do Senac consiste em atender à empresa comercial e ao trabalhador do comércio, com mão de obra qualificada para trabalhar nesse ofício, seja ofertando formação ao jovem aprendiz, seja proporcionando cursos rápidos ou de longa duração realizados na própria instituição ou em instituição parceira com os cursos em cooperação<sup>15</sup>.

O primeiro regulamento do Senac foi instituído em 1967 e, após esse período, sofrerá alterações somente no ano de 2006 por meio do Decreto nº 5.728. As principais mudanças contidas na atualização do regulamento referem-se à estrutura da direção e gestão da instituição (BRASIL, 2006).

Achamos pertinente, neste item, contextualizar as atribuições desta instituição conforme o que se encontra regulamentado a fim de compreendermos os fins da sua atuação no país desde o período da sua criação. Fomos estimulados

---

<sup>15</sup> Cursos em cooperação são os cursos do Senac ofertados em instituições parceiras. No início, os acordos em cooperação eram firmados com escolas de comércio, na maioria particulares, que ofereciam a infraestrutura necessária para o funcionamento dos cursos, como aparelhamento escolar, corpo docente e direção dos cursos. O Senac era responsável pelos programas, orientação pedagógica, apoio financeiro e fiscalização do processo, “à medida que o projeto de expansão do Senac vai ganhando forma, expandindo-se e sendo implantado ensino próprio por todo o país, entra em declínio esse tipo de parceria em meados das décadas de 1960 a 1970”. (SENAC/BR, 2006, p. 14).

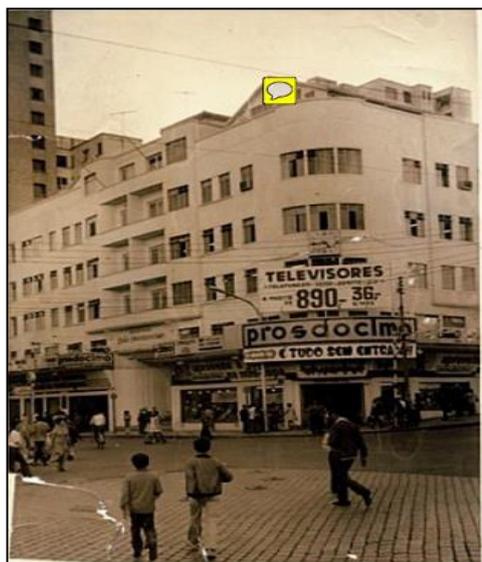
por Aroca (2015) quando assinala que, ao longo desses anos de existência, o Senac perfez o caminho de atividades dedicadas à área de comércio de bens, serviços e turismo, construindo gerações que se valeram de seus cursos de treinamento, de atualização e de especialização.

### 3.3 O SENAC NO PARANÁ COMO IMPULSIONADOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO

Em 7 de julho de 1947, às 20 horas, o termômetro marcava 9 graus. Nas ruas, mulheres elegantemente vestidas – característica da mulher curitibana – e homens de paletó e gravata caminhavam pela cidade tranquila. No recinto, os homens vestidos a rigor escutavam os palestrantes. O frio de Curitiba contrastava com os discursos plenos de calor e entusiasmo pronunciados no salão nobre da Associação Comercial do Paraná (PARANÁ, 1947apud FURINI, 2007, p. 15).

No Paraná, o primeiro Senac foi fundado na capital, no dia 7 de julho de 1947, com o fito de suprir a demanda de mão de obra qualificada pelos municípios paranaenses em consonância com os preceitos da Lei Orgânica vigente. Nesse dia, o ato solene de criação do Senac Paraná foi realizado na sede da Associação Comercial do Paraná, Curitiba-Paraná. A primeira Delegacia Estadual, como era chamada a atual Direção Regional, foi instalada em seguida no Edifício João Prosdócimo, na Praça Tiradentes (BOLETIM, 2015).

**Figura 1:** Primeiro Prédio do Senac no Paraná



Fonte: Senac/BR (2016).

Na figura acima, consta o primeiro prédio do Senac Paraná que ficava na praça Tiradentes, no centro da cidade de Curitiba; à época, um importante núcleo de comércio. Segundo Milan (2008), nessa praça, estava localizado o prédio que teve grande importância econômica para o comércio paranaense, porque foi sede da primeira loja de departamentos do Estado, a extinta rede Prosdócimo.

No dia da inauguração do Senac Paraná, estavam presentes autoridades civis e militares e Manoel Francisco Lopes Meirelles, enviado especial da Administração Nacional do Senac, que abriu a sessão. Na primeira Ata, podemos ler que: “Em seguida, logo ao findar sua oração, solicitando que a seleta assistência permanecesse de pé, declarou o Sr. Doutor João Daudt d’Oliveira, presidente do Conselho Nacional do Senac, instalada oficialmente a delegacia” (PARANÁ, 1947, p.9, apud FURINI, 2007,p.13). Nessa noite, foi escolhido o primeiro conselho consultivo, organizado no Quadro 3.

**Quadro 3:** Conselho Consultivo do Senac Paraná em 1947

<b>CARGO</b>	<b>NOME DO CONSELHEIRO</b>
<b>Presidente</b>	Anacleto Theogenes Carli
<b>1ºVice-Presidente</b>	Arnaldo Azevedo
<b>2º Vice-Presidente</b>	Camilo Stellfeld
<b>3º Vice-Presidente</b>	Carlos Stenberg Valle
<b>1º Secretário</b>	Hasdrubal Bellegard
<b>1º Orador</b>	Rubens Requião
<b>2º Orador</b>	Lauro Eduardo Werneck
<b>Membro</b>	Epaminondas Santos
<b>Membro</b>	Antonio Fruet
<b>Membro</b>	Francisco Johnscher

Fonte: Furini (2007, p. 15).

Anacleto Theogenes Carli, Arnaldo Azevedo, Camilo Stellfeld e Carlos Stenberg Valle eram quatro presidentes de sindicatos patronais do comércio que participaram da criação da Federação do Comércio do Estado do Paraná, entidade de grau superior, entre as suas atribuições, passaram a administrar as instituições Senac e Sesc.

Em relação às atividades do Senac, de acordo com Santana (2007, p. 62), “[...] os cursos oferecidos eram práticos e breves, o que denota uma necessidade em se ter, em curto prazo, mão de obra especializada para exercer as funções necessárias para o comércio local em expansão” (SANTANA, 2007, p. 62).

Os primeiros cursos oferecidos pelo Senac PR, na cidade de Curitiba, em julho de 1947, foram Prático de Escritório, que formou oito alunos, e Prático de Comércio (balconista), 24 alunos. No mesmo ano, foram distribuídas 90 bolsas aos melhores alunos das escolas técnicas (cursos em cooperação) e na unidade do Senac do Estado, sendo 31 bolsas de estudos para a cidade de Curitiba e as restantes distribuídas entre as cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, Irati, Jacarezinho, Londrina e Castro (BOLETIM, 2015). Ao observarmos a distribuição de bolsas de estudos nessas cidades, constatamos que, embora a primeira unidade criada no Paraná tenha sido a de Curitiba, no mesmo ano, a instituição passou a atender diversas cidades do interior do Estado.

Ao analisarmos as características dos cursos oferecidos pelo Senac PR, podemos inferir que eram cursos que enfatizavam mais a prática do que a teoria. Sobre isto, Saviani (2000), ao analisar sobre a relação trabalho educação, entende que tem predominado nesse processo princípios defendidos por Adam Smith, o qual concebia que os trabalhadores deveriam receber uma instrução, todavia deveria ser em doses “homeopáticas”. Neste sentido, os trabalhadores deveriam dominar um conhecimento mínimo, que lhes permitisse a eficiência no processo produtivo.

Em janeiro de 1950, a Delegacia Executiva Estadual foi transformada em Departamento Regional do Senac<sup>16</sup> e os “[...]anos que se seguiram foram caracterizados pelo trabalho árduo para implantar serviços atendendo as necessidades da comunidade e dos comerciários” (FURINI, 2007, p. 22).

Conforme o Relatório de Gestão do Senac Paraná de 1950, em quatro anos de existência, ofereceu cursos e mantinha parceria de cooperação com os seguintes estabelecimentos na cidade de Curitiba: Escola Técnica de Comércio de

---

<sup>16</sup> Nos estados onde há Federação do Comércio pode ser instalado um Departamento Regional onde a instituição ganha maior autonomia em sua atuação, já “onde não há Federação do Comércio, é instalada a Delegacia Executiva Estadual onde o responsável direto pela instituição é o Departamento Nacional do Senac” (SENAC/BR, 2006, p.14).

Plácido e Silva para o curso Prático de Escritório; Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná para os cursos Prático de Escritório e Datilografia; Escola Técnica de Comércio São José, também para Prático de Escritório; e Associação de Ensino Novo Ateneu. Havia parcerias nos municípios de Paranaguá, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Irati, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jacarezinho, Cambora, Cornélio Procópio e Londrina, em sua maioria cursos de Prático de Escritório, Balconista e Datilografia (SENAC/PR, 1950).

Segundo o Relatório de Gestão do Senac (SENAC/PR, 1950), nesse ano, houve um considerável aumento no tocante aos cursos em funcionamento, visto que o aumento progressivo atingiu não somente a capital, como o interior, abrangendo as cidades de Palmeira, Ponta Grossa, Irati, Jacarezinho, Cornélio Procópio e Apucarana. Consta no Relatório:

Já apresentam compensadores os esforços por nós dispendidos, pois com satisfação, vamos colhendo os frutos sazonados desse trabalho de recuperação do homem, do comerciário de nossa terra, fazendo com que prossigamos, sem esmorecimento, a magnífica obra de assistência educacional por meio da educação profissional pelo estado do Paraná (SENAC/PR, 1950).

Com o intuito de expandir e fortalecer a educação para os comerciários e seus dependentes, o Senac estabeleceu como normativa em seu regulamento da época, a obrigatoriedade de distribuição de bolsas de estudos. Em 1950, a distribuição ocorreu em consonância com a sinopse apontada pelo Relatório de Gestão de 1950, a qual apresentamos na Tabela 3.

**Tabela 3:** Distribuição de bolsas no ano de 1950

Cidade	Curso Técnico em Contabilidade	Curso Comercial Básico	Curso de Ciências Econômicas
Curitiba	X	X	X
Irati	X		
Ponta Grossa	X		
Jacarezinho	X		
Londrina	X		
Rio Negro	X	X	

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1950).

Percebemos que, das bolsas distribuídas entre as cidades, todas contemplaram o curso Técnico em Contabilidade, possibilitando inferir que, na época, era um curso de alta demanda.

Ainda que no ano de 1950 tenha havido distribuição de bolsas de estudos e um aumento das atividades, era recorrente o problema da evasão dos alunos dos cursos. O Relatório de Gestão (SENAC/PR, 1950) pontua que esta se originava de diferentes fatores, dentre os quais a insuficiência de preparo para acompanhamento da turma, localização do estabelecimento de ensino distante do centro e elevado número de localidades insuficientes ou pessimamente servidas de luz, o que dificultava o comparecimento dos alunos.

O Relatório de Gestão do ano seguinte (SENAC/PR,1951) aponta que a instituição teve 747 alunos matriculados, dos quais 360 foram aprovados, 61 reprovados e 326 desistentes dos cursos de Praticagem em Serviços de Escritório e Especialização para Contabilistas, ambos ministrados no Escritório Modelo ou Escritório Escola, ambiente pedagógico para a realização da prática. A desistência é explicada por diversos fatores: alunos que procuraram o curso em razão da gratuidade e depois desistiram; alunos que, depois de terem aprendido o que julgavam suficiente, desistiam do curso em sua fase final, alegando que o certificado de habilitação não lhes traria um direito imperativo de preferência obrigatória por parte do empregador.

Dentre as iniciativas da década de 1950, consta a criação das primeiras unidades móveis–kombis, camionetas, vagões ferroviários e até balsas – que, segundo o Senac (SENAC/BR, 2006, p.57), objetivavam levar curso de educação profissional para os municípios onde não havia unidade do Senac.

**Figura 2:** Unidade móvel na década de 1950



**Fonte:** Senac/BR (2016).

Na Figura 2, apresentamos uma unidade móvel que era um automóvel típico da época, uma Kombi, capaz de transportar cargas e pessoas. Podemos inferir a existência de uma preocupação do Senac em chegar a regiões mais distantes para suprir a crescente demanda de qualificação de mão de obra para o setor terciário. Bacicheti (1982) explica que o atendimento nessa modalidade móvel era realizado por meio de equipes técnicas volantes com o apoio de material e equipamentos especializados, promovendo iniciação, qualificação, aperfeiçoamento ou preparação intensiva de mão de obra para o pessoal já empregado ou candidato a emprego.

A década de 1960 foi marcada por muitas mudanças na sociedade, e o Senac acompanhou essas tendências e características sociais e, para isto precisou atender às necessidades do mercado. As influências internacionais dos hippies e da Woodstock, a explosão do grupo de rock Beatles, assim como a presença da televisão transformaram a forma popular de prazer. Paralelamente, no Brasil, o Festival de Música Popular Brasileira que lançou ídolos como Elis Regina, Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda, a TV Record que iniciou o programa musical da tão famosa Jovem Guarda fizeram com que o feminismo ficasse em alta e, por isso, no dia 28 de abril de 1960, para acompanhar as tendências da época, o Senac lançou o curso de Cabeleireiro, um dos cursos de maior sucesso e repercussão.

Segundo Furini (2007, p. 30), “[...] iniciava-se um curso que daria certo e formaria milhares de bons profissionais!”

É importante mencionarmos uma característica peculiar que o Senac traz desde a sua fundação: a criação das empresas pedagógicas ou empresas-escola. Referem-se a ambientes pedagógicos próximo ao ambiente real de trabalho, um local propício para prática dos cursos, por simularem um empreendimento com todas as suas funcionalidades. As empresas que o Senac possui, distribuídas em suas unidades ao longo dos estados, são: confeitarias e cafés-escola, salões de beleza, salões de estética, supermercado, lojas de roupa e restaurante-escola. De acordo com o Jornal o Diário (1982, p.7):

Elas são equipadas com as mais avançadas tecnologias do seu tempo, oferecendo aos alunos sob a orientação dos instrutores especializados na área a oportunidade de enriquecer o aprendizado com a vivência prática da profissão. Marcam um setor importante dentro do Senac, e a exemplo de qualquer empresa comercial, funcionam com atendimento ao público, porém buscam não só a rentabilidade dos investimentos, mas em especial, a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Os alunos, após um período de fundamentação em sala de aula, integram as diversas áreas de atividade comercial, orientados por instrutores e gerentes.

Das empresas escolas, o primeiro restaurante-escola do Senac no país foi instalado em Curitiba, em 1962, nas dependências do Club do Comércio, no sexto andar do prédio da Associação Comercial do Paraná, na Rua XV de Novembro. O restaurante ficou sob análise e em fase experimental durante seis anos e somente no dia 24 de abril de 1968 foi inaugurado oficialmente com o nome de Restaurante-Escola Fritz Johnscher, em homenagem ao pioneiro da hotelaria e da gastronomia no Paraná (BOLETIM, 2015).

Sobre a importância da prática utilizada nos cursos, encontramos respaldo no Relatório de 1964, citado por Furini (2007, p. 40), no que diz respeito à “loja-escola”:

A loja atua como um verdadeiro posto de venda, utilizando impressos fiscais fornecidos pelas empresas proprietárias de mercadoria, que arcam com os ônus fiscais decorrentes das operações realizadas. O movimento deve ser de tal ordem que permita as oportunidades de venda que a programação de aprendizagem pressupõe, mas não precisa atingir os níveis de uma

organização comercial preocupada com o legítimo resultado do lucro. As pequenas comissões sobre as vendas não são atribuídas com objetivo “lucro”, mas destinadas a gratificações aos funcionários e aos alunos estagiários (FURINI, 2007, p. 40).

A loja escola, conforme podemos observar na Figura 3, propiciava aos alunos do Senac uma vivência a respeito das rotinas do comércio.

**Figura 3:** Empresa Pedagógica – Loja



Fonte: Senac/BR (2016).

Na Figura 3, notamos o ambiente de treinamento, que é o de uma empresa comercial, também chamada de empresa pedagógica. Percebemos que é um espaço para que a prática do curso seja exercida, há pessoas treinando o atendimento como em uma loja de móveis e eletrodomésticos. Segundo Bacicheti (1982, p.14):

As empresas pedagógicas são lugares em que se prepara mão de obra especializada para os diferentes postos de trabalho em nível de iniciação, qualificação, habilitação, aperfeiçoamento e treinamento, e o objetivo principal é o atendimento direto ao público, proporcionando aos treinandos condições reais de trabalho.

Nesse período, enquanto na capital paranaense construía-se o projeto do novo edifício da Administração Regional do Senac na rua André de Barros, no interior, os cursos se multiplicavam e cidades como Londrina, Foz do Iguaçu, Apucarana, Cornélio Procópio, Paranaguá, Prudentópolis, Maringá, Toledo,

Umuarama, Palotina, Irati, Nova Esperança, Pato Branco, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Cambé, Cascavel, Jacarezinho, Paranavaí, Rio Negro, União da Vitória, Campo Mourão e Palmas eram atendidas pelas unidades móveis e por parcerias realizadas entre Senac e entidades da cidade. Essas cidades, de alguma forma, portanto, já conheciam a instituição.

Na década de 1970, o Senac completou 25 anos de existência, uma época marcada por investimentos nas empresas pedagógicas e por um grande período de expansão que vem ao encontro do incentivo dado pela LDB 5692 à Educação Profissional no país. Esse crescimento também foi impulsionado pela implantação de minicentros, conforme demonstramos na Tabela 4.

**Tabela 4:** Criação dos minicentros no Paraná

Ano de Criação dos Minicentros	Local
1972	Londrina
1973	Maringá Ponta Grossa Guarapuava
1974	Apucarana Pato Branco Irati Umuarama
1976	Cascavel
1978	Campo Mourão

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1978).

Pela tabela, percebe-se que a criação de minicentros aconteceu no decorrer de poucos anos, provavelmente devido ao aumento da demanda de cursos para formação de mão de obra na região. Destacamos que a criação de minicentros ocorreu após os municípios terem recebido o Senac como modalidade de Cursos em Cooperação. Em Maringá, o Senac iniciou suas atividades em 1955 em parceria com o Ginásio Estadual de Maringá e, em 1973, teve a criação do seu minicentro. No ano de 1977, os minicentros das cidades de Apucarana, Cascavel e Maringá foram transformados em Centros de Formação Profissional, espaços físicos de porte maior e com uma estrutura mais completa para atender às necessidades do Senac (SENAC/PR, 1977).

Bacicheti (1982) assinala que os minicentros, iniciativa pioneira do Senac, tiveram evolução rápida e, em 1974, aqueles situados nas cidades com produção

mais expressivas e que apresentavam maior número de cursos ofertados, quantidade de carga horária expressiva, foram ampliados para centros de desenvolvimento profissional.

De acordo com Furini (2007), na década de 1970, o Senac Paraná semeou seu ideal em diversas cidades do interior do Estado, chamando a atenção pela dedicação, esforço e qualidade do ensino. A proposta de crescer externa e internamente manteve-se por décadas. Graças ao projeto de expansão, o Senac chegou até Maringá, uma cidade do interior que vinha crescendo e se destacando comercial e economicamente. No próximo item, detalharemos o contexto e o processo para que o Senac passasse a estar presente em terras maringenses.

### 3.4 MARINGÁ: A CIDADE CANÇÃO

*As outras nascem antes, tornando-se conhecidas depois. Singular que és, escolheste o caminho inverso. Ainda não nascida, elevou-te à fama o poeta ao cantar a dor presente da distante amada. Sem saber, traçava o teu destino, atrelando-o à canção, à poesia, ao amor. Prenunciava a sedução que exerces, na saudade de quem de ti afasta. Nascestes cabocla. Menina da roça, não te envergonhou a humilde origem. Mas, desde então, persegue o ideal de grandeza [...] (ROBLES, 1997,p.9apud Robles, 2007, p. 221).*

Oficialmente, o distrito de Maringá é registrado no dia 10 de maio de 1947. A cidade originou-se do processo de colonização do Norte do Paraná, sob a influência do capital inglês, por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná. Havia um estímulo para a criação de núcleos urbanos e para a criação agrícola sob impulso da economia cafeeira. Mais tarde, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, a companhia inglesa vendeu sua parte para a companhia paulista Terras Norte do Paraná, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Dias e Tonella (1999) afirmam que Maringá, em sua gênese, possui um crescimento socioeconômico que impressiona, fazendo com que, nos anos 1950, os holofotes da CMNP se direcionem para esta cidade, que, durante essa década, se consolidaria como região próspera e organizada. Segundo Silva e Gomes (2016, p. 56),

[...] os índices de ocupação urbana na década de 50, ilustravam que o distrito de Maringá crescia a passos largos. E com quase 40 mil moradores espalhados pelas zonas urbana e rural. Essa movimentação no campo e na cidade apresentou as potencialidades econômicas ainda do distrito de Maringá.

Havia interesse da CMNP que a cidade fosse habitada o mais rápido possível devido, sobretudo, à sua conformação geográfica e aos interesses maiores da companhia (ANDRADE, 1979). Portanto, os investimentos por parte da CMNP foram decisivos para o processo de franca expansão econômica.

Pelo fato de Maringá superar e muito as exigências legais para ser elevada à categoria de município, considerando que, apenas em número de construções civis, a década de 1950 fechou com 1200 obras entre comerciais e residenciais, e esse número chegaria a duas mil unidades no ano seguinte, e que, nessa época, já possuía cerca de 6.000 eleitores, aliado ao potencial econômico revelador, que pode ser observado na Tabela 5, a seguir, Maringá consegue se emancipar da cidade de Mandaguari, da qual era distrito e, em 1951 passa a ser município. Foi então convocada a primeira eleição, que elegeu prefeito para a primeira gestão de Maringá, no período de 1952 a 1956, Inocente Villanova Júnior (SANCHES, 2002).

Esse prefeito propiciou o desenvolvimento da cidade ao investir na construção de escolas, estradas, aberturas de ruas, praças e tudo o mais que era necessário para manter o município de Maringá em uma ordem constante de progresso, a ponto de ser considerada uma das mais progressistas cidades do Brasil (ANDRADE, 1979).

Podemos verificar o crescimento da cidade maringaense por meio da sua crescente arrecadação conforme a Tabela 5.

**Tabela 5:** Arrecadação do Distrito de Maringá (1948-1951)

Ano	Municipal	Estadual
1948	Cr\$900.000,00	Cr\$2.512.678,50
1949	Cr\$1.500.000,00	Cr\$4.200.316,40
1950	Cr\$2.516.485,70	Cr\$9.667.118,00
1951		Cr\$20.576.713,80

Fonte: Luz (1997, p. 107).

A Tabela 5 demonstra a crescente arrecadação da cidade em apenas três anos consecutivos, o que justificava tornar-se município. Podemos inferir que, à época, a preocupação dos que chegavam à cidade era produzir e explorar o território fértil que existia. Andrade (1979, p. 94) relata que:

[...] a vida social do incipiente lugarejo não existiria por assim dizer, pois o lema predominante era trabalhar, trabalhar e trabalhar. Os comerciantes abriam as portas de suas casas bem cedinho e as fechavam por volta de dez horas da noite. Dentro de sua faina diária, cada morador procurava trabalhar o mais que pudesse para ajudar a vila a crescer e se tornar uma grande cidade.

A cidade foi planejada desde o seu início, quando a CMNP encomendou ao urbanista Jorge de Macedo Vieira o planejamento do traçado de Maringá. Explica Rodrigues (2005, p. 72):

Em Maringá, o Executivo e o Legislativo municipais governam a partir de planejamento global e de longo prazo. Inicialmente, através do “Código de Posturas” que implementou as ações planejadas, juntamente com o plano original da empresa fundadora para o crescimento urbano e, na seqüência, todo o processo de desenvolvimento maringaense passou a ser dirigido pelas disposições definidas em planos diretores para a cidade que têm sido postos em prática desde 1968.

O planejamento e a execução de Maringá, Paraná, foram diferenciais que proporcionaram à cidade avanço em rápido tempo, que atraía muitos migrantes e imigrantes. Nas palavras de Luz (1997, p. 52), “[...] foram constatados ao todo 31 nacionalidades a compor esse grupo, entre eles japoneses, italianos, portugueses e espanhóis” (LUZ, 1997, p. 52).

Havia também preocupação com o desenvolvimento da escolaridade da população e com a educação escolar, uma vez que a educação era tida como papel fundamental para o desenvolvimento dos povos e para a melhoria de vida da população (ANDRADE, 1979). Portanto, em março de 1946, teve início o ensino em terras maringaenses e a professora Dirce de Aguiar, primeira diretora de uma instituição de ensino de Maringá, juntamente com outras docentes, ministraram aulas a 48 crianças em uma sala com 18 carteiras e uma pequena mesa. Ao final

desse ano, quase 100 crianças estavam matriculadas e mais uma sala havia sido construída graças ao apoio das famílias radicadas na cidade (CARAÇATO, 2014).

Mas a cidade não ficou restrita apenas a essa escola e professoras. Com o inusitado movimento de pessoas que aportavam diariamente na “cidade canção”<sup>17</sup>, foi necessário construir mais estabelecimentos de ensino que pudessem atender às crianças em idade escolar e aqueles que necessitavam de um grau maior de instrução.

Segundo Caraçato (2014, p. 49),

[...] em 1949, para atender as crianças que moravam na parte nova da cidade e que precisavam ser escolarizadas, a CMNP construiu o Grupo Escolar do Maringá Novo, mais tarde denominado Grupo Escolar “Dr. Osvaldo Cruz”. Posteriormente, foram criados outros grupos escolares na zona central e nos bairros.

Na década de 1950, com o intuito de estimular a educação, foram instituídos vários estabelecimentos de ensino, como o Ginásio Maringá, o Ginásio Estadual e o Ginásio Santa Cruz, Escola Normal Amaral Fontoura e a Escola Normal Regional Eduardo Claparède<sup>18</sup> (LUZ, 1997). Como citamos anteriormente, em 1955, com a necessidade de desenvolver a educação profissional na cidade e atender a demandas locais, o Senac iniciou suas atividades em Maringá.

Segundo Silva e Gomes (2016, p. 107),

[...] no fim da década de 1950, a cidade de Maringá já era uma região de destaque. Sua população havia crescido aproximadamente 270% e já superava os cem mil habitantes, sendo 47.592 instalados em zona urbana e 56.539 em zona rural. Percebe-se uma elevação significativa de escolha da cidade em detrimento do campo, se comparado com a década anterior.

A melhoria da infraestrutura maringaense propiciou elevação da qualidade e expectativa de vida dos que viviam na cidade e, nos anos de 1950, a taxa de mortalidade que estava entre 20 a 29 anos passou para 40 anos no período de

---

<sup>17</sup> A cidade de Maringá teve seu nome extraído de uma canção muito famosa na época, intitulada *Maringá*, de autoria do Compositor Joubert de Carvalho, daí advindo o nome da “Cidade Canção” (MARINGÁ, 2017).

<sup>18</sup> Como pesquisas sobre a Escola Normal no período entre 1946 a 1970, consideramos importante destacar o trabalho de Hervatine (2011) e Hegeto (2007).

1955-1960 (SILVA; GOMES, 2016). Com o aumento da perspectiva de vida, foi natural o aumento pela procura de emprego e educação. O desenvolvimento do comércio em constante crescimento favoreceu a presença do Senac em Maringá, considerando que seu objetivo final é qualificar o comerciante para o mercado de trabalho.

Acerca do setor terciário na cidade de Maringá, Luz (1997, p. 45) relata que:

Em 1955 eles totalizavam 352. Esse número foi sempre crescente até 1957, quando atingiu 569 estabelecimentos. Em 1958 apresentou uma pequena diminuição, voltando a aumentar em seguida; em 1960 eles somavam 535. [...] produtos alimentícios, bebidas e estimulantes (incluindo o fumo) representavam 32,7% do total em 1953 e 33,8% em 1960. Os principais eram as casas de “secos e molhados”, associadas quase sempre à venda de mercadorias diversas.

Por fim, citando Luz (1997), a década de 1950 encerrou seu ciclo com Maringá contabilizando seis associações de classe e quatro sindicatos. O município demonstrava maturidade para superar os obstáculos impostos pelos embates políticos e, mesmo com todas as situações adversas, conseguiu alcançar grande crescimento econômico. Esse fato mostra que o desenvolvimento econômico só se efetiva quando o desenvolvimento social cresce na mesma proporção, porque é a riqueza de todos que eleva o padrão sócio-econômico-cultural de uma região, de um Estado ou de um país (ANDRADE, 1979).

Na gestão de João Paulino Vieira Filho, eleito para prefeito no início dos anos 1960, a cidade sofreu grande transformação e teve um período de progresso em sua história. Entre seus feitos, estão o asfaltamento das principais ruas da cidade, a urbanização do centro e das vilas, a implantação de novas escolas, o início da construção do Viaduto do Café, do Estádio Regional Willie Davids, a construção do aeroporto, a conclusão das obras da rodoviária municipal, a criação do serviço de lixo, da feira livre, da Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar), destinada ao abastecimento de água tratada à população, entre diversas várias outras obras (SANCHES, 2002). Ainda em seu mandato, em 1963, foi criada uma importante Cooperativa de Cafeicultores de Maringá – a Cocamar, formada por um grupo de 46 cafeicultores, reforçando o que era a base da economia da época. A partir de 1967, passaram a ser oferecidas aos empresários radicados na cidade

canção condições para investimento no empreendimento cafeeiro. Segundo Andrade (1979, p. 241) as condições eram:

- a) Como cidade pólo centralizadora de uma vasta região do norte do Paraná e a sua conseqüente influência sobre os municípios que circundam dentro do prisma econômico, social e cultural;
- b) Possuidora nesta oportunidade da marca expressiva de 36 milhões de cafeeiros que povoam a sua área o que corresponde a 12,8% dos cafezais em produção no Estado;
- c) A oportunidade sempre crescente de atender a demanda de mercado consumidor oferecendo mão-de-obra local a um preço que satisfaça as exigências dos empresários;
- d) A utilização do porto de Paranaguá como uma das opções de escoamento dos produtos já industrializados e como destino aos mercados, consumidores estrangeiros;
- e) Beneficiará, outrossim, através de suas exportações, a economia nacional e atenderá mais particularmente os interesses da comunidade paranaense.

O estímulo dado aos empresários propiciou o interesse de vários cidadãos que tentaram se desenvolver no ramo cafeeiro. Entre eles, podemos mencionar Silvio Barros, Ovídio Luiz Franzoni, Marcos Mauro Pena de Araújo Moreira, Francisco Antonio Maria de Paópolis, Oracy Mota de Bem, Jorge Sato, Francisco Sansone, Eduardo Luiz Sayão de Carvalho, Murilo Carlos de Araújo e Lázaro Servo (ANDRADE, 1979).

Na segunda metade da década de 1960, o café começou a abrir espaço para outras atividades econômicas. Maringá passou a comercializar produtos como milho, feijão, hortelã, soja, algodão, mamona, amendoim, arroz e girassol, ficando conhecida, em 1968, como o maior centro de exportação do milho do Paraná (SILVA; GOMES, 2016). Na acepção de Andrade (1979), diante da situação privilegiada da cidade, dirigiram-se para Maringá inúmeras indústrias de pequeno, médio e grande porte, gerando milhares de empregos e proporcionando melhores condições sociais para o município. A indústria demonstrava ser promissora, assim como o comércio varejista e atacadista.

Sobre esta questão, Silva e Gomes (2016, p. 161) sublinham que:

No ano de 1968, contabilizou-se mais de 3 mil estabelecimentos espalhados por todas as regiões, tendo maior destaque para os produtos de gênero alimentícios (656), seguido das lojas de vestuário (162), das oleaginosas e cereais (74), peças e acessórios

(63), ferragens e materiais de construção (60), farmácias (39), móveis e artigos domésticos (32), postos de combustíveis (30), veículos e máquinas agrícolas (21), livrarias e papelarias (16), adubos e inseticidas (9), cooperativas (5), supermercados (3) e outros (1.868). Desse total, 779 eram varejistas (25,61%); 131 atacadistas (4,3%); e 2.131 de composição mista (70,07%).

Para finalizar a década de 1960 e demonstrar a preocupação dos moradores da cidade com a educação e cultura, em 1969, foi instalada pelo governo estadual a Universidade Estadual de Maringá. Citamos Andrade (1979, p. 122), para quem, como tudo o que é grande começou pequeno:

Da pequenina semente lançada à terra roxa pela professora Dirce e suas companheiras e do suor e lágrimas regadas pelas primeiras mestras pôde Maringá em sua fulgurante caminhada concretizar um grande sonho de sua gente: a criação da Universidade Estadual de Maringá.

Silva e Gomes (2016, p.163) relatam que, em uma entrevista concedida por Horácio Racanello Filho ao historiador Arthur Andrade, ele afirma que:

A UEM veio modificar por completo o panorama cultural da cidade, permitindo o surgimento de quase que uma nova geração, profundamente preocupada com problemas culturais [...]. Inúmeras famílias, residentes na região, fixaram-se em Maringá para facilitar o desenvolvimento normal e natural do estudo de seus filhos. Com a fixação dessas novas famílias, o comércio evoluiu e houve também o surgimento de novas indústrias (SILVA; GOMES, 2016, p. 163).

A Figura 4 ilustra a implantação da Universidade Estadual de Maringá na Cidade de Maringá, na década de 1970.

**Figura 4:** Implantação da Universidade na Cidade de Maringá



**Fonte:** Silva e Gomes(2016).

Trata-se de uma foto da fachada da universidade (Figura 4), datada do início dos anos 1970, os carros estacionados eram típicos da época. A sua criação foi na zona urbana da cidade, ocupando uma área total de 206,39 hectares, sendo 15 mil metros quadrados de área construída em um total de 23 blocos (ANDRADE, 1979). A implantação da universidade auxiliou o desenvolvimento do comércio local na década que se iniciava.

A partir da década de 1970, a cidade de Maringá, Paraná, foi marcada por transformações significativas que resultaram na implantação de um parque industrial e na abertura de fronteiras para novos conjuntos habitacionais planejados para suprir a demanda de ocupação no meio urbano (VERCEZI, 2001). A cidade, que inicialmente teve seu crescimento de forma horizontal, parte sua marcha ascendente no sentido vertical e inaugura a fase para a construção do chamado “espigão”, ou seja, sua expansão começou a verificar-se para o alto e, conseqüentemente, começaram a surgir muitos edifícios comerciais e residenciais.

Com a geada de 1975 e o conseqüente revés econômico, o êxodo rural foi fortalecido e, para Silva e Gomes (2016, p. 194),

[...] mais do que nunca a industrialização, defendida pela ACIM e por muitos políticos, precisava ganhar força e ser acelerada por meio de diversas formas de incentivo. [...] em Maringá, esse processo foi bem-sucedido.

Estes autores complementam que foi desafiador industrializar a cidade que, tradicionalmente, possuía uma mentalidade agrícola fortemente baseada na cafeicultura. Entretanto, ao final de 1975, Maringá contava com um número considerável de indústrias que amenizaram a crise econômica em virtude da geada que havia ocorrido. Apesar da geada ter abalado a economia local, a força política da cidade tinha consciência da importância do ensino para a população maringaense, visto que, conforme Rodrigues e Rossi(2009, p. 34):“[...] a relação escolarização e desenvolvimento econômico tinha se tornado tão forte na época que a sociedade demonstrava o maior apreço a quem estava estudando”.

Desta forma, o quesito educação, na década de 1960, para uma cidade com seus 20 e poucos anos de existência, foi um dos setores de maior destaque:

No ensino público, somente no curso primário, contabilizou-se 39 estabelecimentos em zona urbana e mais 49 na zona rural, com um total de 20 mil alunos matriculados. O ensino secundário contava com 8,3 mil alunos divididos entre colégios estaduais e particulares: Gastão Vidigal, João XXIII, Brasília Itiberê, Instituto de Educação, Regina Mundi, Instituto Filadélfia, Ginásio São José, Marista, Santa Cruz e Santo Inácio. A recém-criada Universidade Estadual de Maringá já abrigava na época os cursos de Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Civil, Química, Administração, Geografia, História, Letras, Ciências e Matemática, com 107 professores e 1,2 mil acadêmicos. No ensino profissionalizante, estavam em operação o Ginásio Industrial do Senai, Escola de Enfermagem Carlos Chagas, as escolas de datilografia XV de Novembro, Rheimental, Universal, Olivetti, Pernambuco, D. Pedro II, Sincomar, Maringá e 1º de Maio, além das escolas de corte e costura Moderna, Sul América, São Paulo, SOS, Doméstica Maringá e Santa Terezinha. Na área cultural, 230 alunos estudavam música nas escolas Luzamor, Maringá, Carlos Gomes e Santa Cecília. As línguas tiveram grande destaque pela tradição nipônica e a Escola Mista São José e o Luzamor lecionavam o japonês, enquanto o Fisk, o inglês. Em 1972, a cidade já contabilizava quase 30 mil alunos no ensino básico, médio/secundário, profissionalizante e superior (REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA,1972, p. 30).

O grande desenvolvimento da educação entre as décadas de 1950 a 1970 foi motivado porque a vida em uma cidade como Maringá, que se desenvolvia a passos largos, exigia escolaridade, diferentemente da vida isolada do campo. Segundo Rodrigues e Rossi (2009, p. 36), o desejo dos cidadãos maringaenses de melhorar de vida e buscar escolarização “[...] não era apenas pelo aspecto

profissional e financeiro, mas também por uma melhor participação e inserção social, aliava motivos racionais e objetivos a outros mais subjetivos e psicológicos”.

Diante do contexto sócio histórico da cidade de Maringá, Paraná, podemos constatar que, desde o início, a educação recebeu incentivos por parte da população e dos políticos que se preocupavam, de acordo com Schaffratt (2011), em formar as pessoas para o “exercício da cidadania”, para o voto e o emprego. A preocupação com a formação para o emprego motivou o fortalecimento da educação técnico profissional e a notoriedade da instituição Senac por formar milhares de cidadãos maringaenses. Considerando tal relevância, abordamos a história dessa instituição no próximo item.

### 3.5 SENAC MARINGÁ COMO AGENTE FORMADOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Feliz será o dia em que puder afirmar que, em cada município ou vila, ao lado das escolas primárias indispensáveis, existe um curso de comércio, em que se preparam os homens necessários a movimentar a produção e incrementar a circulação de riqueza (João Daudt d'Oliveira, *apud* O Jornal, 1982, p.3).

Neste item, abordaremos como foi o processo de criação, institucionalização e consolidação do Senac em Maringá. Para tal, consideramos relevante explicar as nomenclaturas pelas quais o Senac passou durante o seu desenvolvimento até ser chamado de Unidade de Educação Profissional. A Tabela 6 traz as nomenclaturas que o Senac recebeu ao longo dos anos.

**Tabela 6:** Nomenclaturas recebidas pelo Senac Maringá

Ano	Terminologia	Característica
1955	Não havia unidade na cidade.	Senac inicia suas atividades em entidades parceiras.
1973	Criação do Minicentro	Sede alugada, estrutura com poucos funcionários, mas que já realizava

Ano	Terminologia	Característica
		número de atendimentos significativos para época.
1977	Centro de Formação Profissional	Aumento do número de funcionários, ampliação do portfólio de cursos e número de atendimentos.
1982	Centro de Desenvolvimento Profissional de Maringá	Sede própria com estrutura completa. Continha: Salas de aula convencionais, Empresas Pedagógicas e Biblioteca.
1984	Unidade de Educação Profissional	Mudança somente na terminologia de Centro de Desenvolvimento Profissional de Maringá para Unidade de Educação Profissional.

**Fonte:** Relatório de Gestão - elaborado pela autora (SENAC/PR, 1955 a 1982).

O Senac, em Maringá, começou a se fazer presente em 1955, com a realização de um curso de Prática de Comércio. De 1955 a 1959, apenas duas turmas, totalizando 54 matrículas, foram formadas. A década de 1960 foi marcada pela realização de 23 turmas, com 725 matrículas (JORNAL, 1982). Nesse período, o Senac era parceiro e funcionava nas instalações da Associação Comercial e Empresarial de Maringá – ACIM. Segue uma foto da época em que o Senac não possuía ambiente próprio e, por isso, estabelecia parceria com a ACIM para realizar seus cursos.

**Figura 5:** Curso para Contabilistas – 1969



**Fonte:** Silva e Gomes (2016).

A Figura 5 retrata a entrega de certificados para o curso de Aperfeiçoamento para Contabilistas. Havia uma preocupação mútua entre as instituições Senac e ACIM em tentar suprir com qualificação as demandas de mão de obra do mercado de trabalho de Maringá, que estava com a economia crescente.

Destacamos que o primeiro curso superior de ensino da cidade foi de Ciências Econômicas, criado em 1955 – embrião da UEM, reforçando que havia uma demanda de mercado para essa área e que as instituições de ensino, o Senac e a ACIM estavam buscando suprir.

Silva e Gomes (2016) revelam que, no final da década de 1960 e início da de 1970, os profissionais liberais já se apresentavam em número condizente com a expansão econômica local. O salto de matrículas no Senac de Maringá foi maior na década de 1970, com 786 turmas, totalizando 19.134 matrículas, especialmente nos cursos de Datilografia, Auxiliar de Escritório, Cabeleireiro, Manicuro e outros da área de vendas e saúde (JORNAL, 1982). Esse crescimento se deve ao convênio feito com a ACIM, visto que, em consonância com Silva e Gomes (2016), a parceria entre as duas instituições transformou a associação em um núcleo de ensino profissionalizante no ano de 1972.

Essa parceria se estendeu até 1973, quando o Senac se fixou oficial e provisoriamente em um prédio alugado, na Avenida Parigot de Souza, nº 554, como

um minicentro de formação profissional, que, em 1977, depois de ampliar seu portfólio de cursos e seu número de atendimento, passou a Centro de Formação Profissional (BACICHETI, 1982). Participaram da cerimônia de inauguração do minicentro o Presidente da Federação do Comércio Varejista João Kracik Neto, o Diretor Regional do Senac do Paraná, professor Pedro Teixeira Chaves, o prefeito municipal de Maringá, Silvio Magalhães Barros, a diretoria da ACIM e lideranças locais. A benção das instalações foi realizada pelo reitor da Catedral Nossa Senhora da Glória, padre Sidnei Luiz Zanettini.

Nessa data, a unidade contava com apenas quatro colaboradores. Após um ano de atividades nesse local, o número de funcionários havia triplicado, totalizando 12 funcionários, e destes, quatro instrutores da unidade móvel. O ensino na unidade móvel de Maringá marcou presença na década de 1970, atendendo 79 municípios próximos, considerados como região de abrangência. (BACICHETI,1982). No Quadro 4 citamos as principais cidades atendidas pela unidade móvel:

**Quadro 4:** Principais cidades atendidas pela unidade móvel de Maringá na década de 1970

<p>ÂNGULO - ASTORGA - ATALAIA - COLORADO - CRUZEIRO DO SUL - DOUTOR CAMARGO - FLORAÍ - FLORESTA - FLÓRIDA - IGUARAÇU - INAJÁ - ITAGUAJÉ - ITAMBÉ - IVATUBA - JARDIM OLINDA - LOBATO - MANDAGUAÇU - MARIALVA - MARINGÁ - MUNHOZ DE MELO - NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - NOVA ESPERANÇA - OURIZONA - PAIÇANDU - PARANACITY - PARANAPOEMA - PITANGUEIRAS - PRESIDENTE CASTELO BRANCO - SABÁUDIA - SANTA FÉ - SANTA INÊS - SANTO INÁCIO - SÃO JORGE DO IVAÍ - SARANDI - UNIFLOR</p>
--

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR,1970).

A inauguração do minicentro do Senac Maringá foi um momento marcante. A Figura 6 ilustra o momento solene do descerramento da fita simbólica pelas autoridades na sua inauguração na década de 1970.

**Figura 6:** Inauguração do minicentro do Senac em Maringá



**Fonte:** Arquivo de fotos do Senac Maringá (1973).

Na Figura 6, notamos a presença das autoridades e um grande número de pessoas da sociedade maringaense, demonstrando a importância e o espaço que a instituição vinha tomando no município. De 1972 a 1984, a direção do Senac Maringá foi responsabilidade do professor José Cardoso<sup>19</sup>. Em sua gestão, em 1977, a Prefeitura Municipal de Maringá fez a doação do terreno na Avenida Colombo, zona 07, para a construção da sede própria do Senac, dando apoio financeiro para a obra. A construção iniciou-se em 1979 e ficou pronta em 1982, sendo inaugurada precisamente em 29 de abril de 1982, passando a ser o Centro de Desenvolvimento Profissional de Maringá, assim considerado por ser sede própria da instituição. O Senac torna-se, então, mais conhecido e suas programações alcançam a população que se preocupava em se preparar para o mercado de trabalho. A imponência da construção chamou a atenção de moradores de Maringá e região, consolidando-se como instituição.

O Suntuoso prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC de Maringá, no valor de cento e vinte e seis

---

<sup>19</sup> “Português de nascimento, veio com seus pais e irmãos para o Brasil, em 1956, tendo trabalhado de balconista, entregador, office boy e faxineiro de Banco, escriturário, chefe de escritório, industrial e finalmente senaqueano, desde setembro de 1972”. Era também professor de Estudos de Problemas Brasileiros I e II na Universidade Estadual de Maringá(JORNAL, 1982, p.7).

milhões de cruzeiros e que vai beneficiar mais de um milhão e trezentas mil pessoas pertencentes à Região/3, é o mais sofisticado de todo o interior do Brasil. Para a inauguração desta importante realização senaqueana, estiveram presentes autoridades e convidados especiais entre os quais o Ministro do Trabalho, dr. Murilo Macedo; o governador do Estado, Ney Braga; o prefeito municipal, dr. João Paulino Vieira Filho; dr. George Christófolis, presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná; deputados federais e estaduais, e diversas outras personalidades de destaque nas mais diversas áreas (JORNAL, 1982, p. 1).

No discurso de inauguração da nova sede do Senac em Maringá, George Christófolis, presidente do Conselho Regional do Senac Paraná, justifica que a obra foi construída por várias razões, dentre as quais, porque se desejava que o trabalhador tivesse oportunidade de preparo e qualificação da sua mão de obra para que pudesse encontrar um bom emprego. Reproduzimos suas palavras contidas no Jornal O diário (1982, p. 6): “Destes alicerces se erguem sonhos de novas possibilidades para quem trabalha. Aqui estão plantadas perspectivas para quem deseja aprender. Aprender, estudar, capacitar-se profissionalmente e assim, participar com produtividade”. A justificativa para uma construção na cidade de Maringá de uma obra de 3.730 metros quadrados e um investimento de 126 milhões de cruzeiros consta no discurso de Christófolis, de 29 de abril de 1982, na inauguração:

Todos os paranaenses sabem que Maringá é epicentro de uma das mais ricas regiões do Estado. Todos nós sabemos, também que o Paraná assistiu, neste decênio, a profundas transformações sócio-econômicas. O estado é hoje predominantemente urbano, temos mais gente nas metrópoles do que nos campos. Sendo Maringá uma verdadeira “Capital” de região, impunha-se que o Senac com esta obra, fosse ao encontro dessa nova realidade humana. O comércio meus senhores – é o mais gerador de empregos nas áreas citadinas. É preciso então que se prepare mão-de-obra que há tantos anos estava sendo direcionada para a agricultura, desta forma, o Senac em Maringá buscará contribuir com a profissionalização a fim de contribuir para a plenitude do emprego da força de trabalho da cidade (JORNAL, 1982, p. 6).

Nesse discurso, é evidente a preocupação em capacitar a população para o comércio que estava se desenvolvendo e ser gerador de novos empregos.

A Figura 7 é da fachada da unidade do Senac, inaugurada em 29 de abril de 1982, que se situa na Av. Colombo, nº 6225.

**Figura 7:** Fachada da nova instalação do Senac em 1982



**Fonte:** Arquivo de fotos do Senac Maringá (1982).

As instalações da unidade chamaram atenção pela arquitetura, pelo tamanho, por ser na época a maior obra em seu gênero construída no interior do Brasil, mas, notavelmente, pela serventia em prol da dinamização do treinamento e profissionalização de mão de obra para setores diversos da cidade, especialmente o terciário. João Paulino Vieira Filho, o prefeito da época, relatou que: “A comunidade de Maringá e a Administração Municipal, sentem-se honradas em sediar a maior obra do Senac no interior do Brasil, completando uma grande estrutura para a formação profissional dos maringaenses” (JORNAL, 1982, p. 8).

A nova sede contava com as empresas pedagógicas restaurante, lanchonete, confeitaria e instituto de beleza-escola, que passaram a atender a clientela da cidade e dos municípios vizinhos. No período, “o Centro de Desenvolvimento Profissional de Maringá foi ampliado e, com ele, aumentou o número de funcionários, passando a ser de 69 pessoas para conseguir suprir o contingente atendido pelo Senac” (JORNAL, 1982, p. 5).

No início da década de 1980, o Senac de Maringá atendia a 90 municípios, assegurando a uma população calculada em mais de um milhão a possibilidade de

melhor formação profissional, além de atender à classe empresarial, do comércio e de serviços. O jornal *O diário*, de 29 de abril de 1982, revela que, “revendo os relatórios anuais desde o início das atividades do Senac em Maringá”, foram encontrados os seguintes dados sobre a formação de alunos que passaram pela instituição, os quais são apresentados na Tabela 7.

**Tabela 7:** Número de alunos formados no Senac Maringá entre 1972 a 1982

<b>Ano</b>	<b>Alunos formados</b>
<b>1972</b>	528
<b>1973</b>	774
<b>1974</b>	1.695
<b>1975</b>	1.914
<b>1976</b>	2.099
<b>1977</b>	2.063
<b>1978</b>	2.667
<b>1979</b>	2.967
<b>1980-1981</b>	6.965
<b>1982</b>	3.361

Fonte: Jornal *O diário* (1982, p. 5).

A Tabela 7 evidencia o aumento progressivo da formação de alunos no Senac de Maringá no decorrer dos anos. O número de pessoas é significativo, justificava a presença da instituição com sede própria e impactava a cidade, já que milhares de pessoas estavam tendo oportunidade de capacitação.

Com relação ao que era ofertado pelo Senac, foi organizada uma relação de cursos abertos ao público em geral, exposta no Quadro 5.

**Quadro 5:** Relação de cursos do Senac Maringá em 1982

Áreas de ensino	Cursos
Administração e Gerência	Administração Financeira, Administração de Material, Análise de Balanço, Auxiliar de Pessoal, Chefia e Liderança, Gerência de Pessoal, Introdução à Administração de Empresas, Organização Racional do Trabalho, Recrutamento e Seleção de Pessoal.
Armazenagem	Auxiliar de Almoxarife, Auxiliar de Armazenamento, Controle de Estoque, Repositor de Supermercado, Repositor de Mercadoria.
Escritório	Analista de Crédito, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Documentação e Arquivo, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Escritório e Loja, Auxiliar de Crédito e Cobrança, Datilografia em Máquina Elétrica, Datilógrafo, Escrituração Agrícola, Escriturário de Banco, Escrituração Fiscal, Auxiliar de Faturamento, Legislação do FGTS, ICM, ISS, IR, Introdução à Legislação Trabalhista, Introdução à Legislação Tributária, Legislação Previdenciária, Recepcionista Comercial, Secretário (a) auxiliar, Secretário (a) Executivo, Serviços de Contabilidade, Serviços de Escritório, Técnicas Contábeis, Aperfeiçoamento para Secretárias, Kardexista.
Venda	Gerência de Venda, Noções de Marketing, Vendedor Lojista, Operador de Caixa de Supermercado, Psicologia e Criatividade em Venda, Representante Comercial, Supervisão de Venda, Técnica de Venda, Vendedor Demonstrador, Vendedor de Materiais de Construção, Joias e Relógios, Tintas, etc., Vendedor Externo.
Comunicação	Correspondência Comercial, Correspondente Comercial, Introdução às Relações Públicas, Recepcionistas de Congressos e Eventos, Relações Humanas no Trabalho, Técnicas de Comunicação, Técnica Vocal, Telefonista.
Propaganda	Cartazista, Decoração de Vitrinas, Vitrinista, Desenhista de Propaganda, Desenho Básico, Fotógrafo, Manequim, Propaganda e Promoção de Venda, Técnica em Serigrafia, Técnica de Propaganda.
Higiene e Beleza	Atualização para Cabeleireiro, Atualização em Maquiagem, Auxiliar de Cabeleireiro, Cabeleireiro, Cabeleireiro para Homens, Corte e Penteados, Descoloração e Tintura, Limpeza de Pele, Manicuro, Maquiador, Técnica de Depilação, Tratamento de Couro Cabeludo, Esteticista Facial.
Hospitalidade	Atendente de Lanchonete, Auxiliar de Cozinha, Auxiliar de Garçom, Barman, Camareiro, Confeiteiro, Copeiro, Cozinheiro, Garçom, Lancheiro, Recepcionista de Hotel.
Manutenção, Conservação e Serventia	Prevenção de Incêndio em Área Comercial, Higiene e Segurança no Trabalho, Servente, Vigia, Zelador de Edifício, Porteiro de Edifício, Administrador de Condomínio.
Saúde	Atendente de Enfermagem em Centro Cirúrgico, Atendente de Enfermagem Cirúrgica, Atendente de Enfermagem em Ginecologia/Urologia, Atendente de Enfermagem Materno Infantil, Atendente de Enfermagem Médica, Atendente de Enfermagem em Obstetrícia, Atendente de Enfermagem em Pediatria, Atendente de Enfermagem em Pronto-Socorro, Atendente de Enfermagem, Básico de Atendente de Saúde, Copeiro Hospitalar, Instrumentador Cirúrgico, Limpeza Hospitalar, Relações Humanas na Área de Saúde.
Turismo	Elaboração de Roteiros Turísticos, Informações Turísticas.

Fonte: Jornal O diário (1982, p. 2).

Os cursos oferecidos pelo Senac de Maringá na década de 1980 abarcavam diversas áreas do conhecimento, os quais permitiam aos alunos um itinerário formativo, ou seja, possibilitavam que eles planejassem sua carreira em uma perspectiva de educação continuada. O objetivo do itinerário é o desenvolvimento processual das competências exigidas pelo mercado para o exercício de determinada profissão. Para tanto, os alunos escolhiam os caminhos que desejavam percorrer em sua trajetória profissional, de acordo com seu grau de escolaridade (SENAC/BR, 2016).

Em 1984, assumiu a direção da unidade operativa Bonifácio Suzuki, que permaneceu no cargo até agosto de 1985. Em seguida, assumiu Edwin Parascandalo, ficando à frente da Unidade de Educação Profissional (UEP) de Maringá de 01 de outubro de 1985 a 30 de junho de 2003. Após esse período, o Senac Maringá passou a ser dirigido por Antonio Carlos Aroca, que, até o presente momento de escritura desta dissertação, é gestor desta unidade.

Segundo Borges (2005, p. 8), o Senac, assim como o Sesc, Senai e Sesi, “[...] é um reduto de iniciativa privada que tem trazido inúmeros benefícios aos operários, comerciários e suas famílias, propiciando formação profissional a milhões de trabalhadores”. Dessa forma, considerando a importância da atuação dessa instituição para a sociedade brasileira, paranaense e maringaense, na próxima seção, tratamos da organização pedagógica e análise dos cursos oferecidos pelo Senac Maringá até o ano de 1982.

#### **4. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NO SENAC DE MARINGÁ NO PERÍODO ENTRE 1950 A 1982**

Nesta seção, investigamos as relações entre as formas de organização da produção presente e as fases do desenvolvimento histórico da criação do Senac. Analisamos como se deu a organização pedagógica do Senac Maringá e para isso, trabalhamos com fontes primárias, ementas e relatórios de gestão anual do Senac Paraná, encontrados no departamento de Administração Estratégica da instituição, localizado na Administração Regional – Curitiba/PR. Foram analisados 27 relatórios, do ano de 1955 ao ano de 1982, as ementas foram encontradas nos relatórios de Gestão bem como na biblioteca da unidade de Curitiba e no Departamento Nacional do Senac. Estas fontes foram imprescindíveis para a reconstrução da história do Senac Maringá.

Por meio da análise das fontes, foram abstraídas as seguintes temáticas que abordaremos nesta seção: as modalidades e os tipos de ensino oferecidos pelo Senac Maringá desde sua fundação, os principais cursos oferecidos e suas evoluções, as ementas dos cursos destaques no decorrer do período estudado e finalizamos abordando os avanços ocorridos nos cursos de Datilografia, Relações Humanas no Trabalho e Auxiliar de Escritório entre os anos de 1964 para 1982. Elegemos tais temáticas após atenta leitura e análise das fontes, ou seja, após termos pesquisado diversos materiais da instituição, definimos qual seria o olhar dado para a nossa fonte e o direcionamento da nossa pesquisa.

Esperamos atingir o objetivo desta seção, qual seja, de evidenciar as transformações pedagógicas pelas quais o Senac em Maringá passou no seu período de criação, institucionalização e consolidação. Salientamos que não temos a pretensão de esgotar o assunto, visto haver vários aspectos a serem explorados e considerando que esta pesquisa é a primeira a ser realizada não só na instituição na cidade de Maringá como no Estado do Paraná.

##### **4.1 MODALIDADES DE ENSINO**

Neste item, fazemos uma reconstrução histórica da organização pedagógica do Senac no período estudado. Segundo o livro denominado *Senac 60 anos*, publicado em comemoração à existência sexagenária desta instituição, as modalidades<sup>20</sup> de ensino ofertadas por ele em seu início no país, em 1946, e em sua instituição em Maringá, no ano de 1955, foram:

- Adaptação, para menores que eram candidatos a emprego no comércio;
- Aprendizagem, para menores de 14 a 18 anos, a praticantes do comércio, dividido em três modalidades: curso elementar, curso para praticantes e curso de preparação funcional;
- Continuação ou Práticos de Comércio, cujo público-alvo seriam comerciários adultos, divididos em três modalidades: curso fundamental, curso de habilitação e curso intensivo;
- Especialização, para ampliação de conhecimentos adquiridos noutros cursos (SENAC/BR, 2006, p. 15).

Na década de 1960, o Senac passou por diversas mudanças e sofreu influências da Lei nº. 4.024 de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Lei trouxe uma nova forma de pensar a educação profissional e, no que atinge ao Senac, influenciou na mudança de perfil da clientela, passando de menores para adultos. Conforme relatado em Senac/BR (2006,p.37):

Nesse período, também se verificou uma mudança no perfil do aluno do Senac. Desde sua criação, a Instituição teve como foco, em grande parte, o ensino dirigido aos menores aprendizes e assim se manteve nos anos seguintes. No entanto, na década de 1960, o público principal de sua ação educativo-profissional passou dos menores para os adultos, que, embora em número reduzido, sempre haviam sido atendidos nas atividades da Instituição. No fim da década, os adultos já ultrapassavam os menores no número de matrículas. Em 1967, por exemplo, o número de matrículas de adultos era 83,18%, e apenas 16,82% eram menores.

Quanto às modalidades de ensino, permaneceram as mesmas, as quais sofreram alteração somente no ano de 1973 (SENAC/BR, 2006).

---

<sup>20</sup> Usamos a terminologia “Modalidades de Ensino” pois foi a nomenclatura encontrada no Projeto Político Pedagógico do Senac/PR para as devidas classificações. Desta forma, para compor a seção seguimos o que foi encontrado na própria documentação da Instituição.

Na década de 1970, as mudanças trazidas pela LDB 5692/71 impactaram diretamente o modo do Senac realizar seu ensino, visto que essa lei instituiu o sistema de ensino brasileiro em cursos de primeiro e segundo graus e supletivo, e privilegiou um enfoque bastante profissionalizante. Segundo Senac/BR (2006), essa Lei

[...] instruíra que os cursos de aprendizagem deveriam ser ministrados em uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de primeiro grau; no segundo grau, cursos intensivos de qualificação profissional. Além disso, tanto os cursos de aprendizagem como os de qualificação possibilitariam o prosseguimento dos estudos caso incluíssem disciplinas e outras atividades curriculares que os tornassem equivalentes ao ensino regular.

Para se adequar à nova Lei, o Senac se empenhou em elaborar uma reformulação curricular, com o intuito de possibilitar a habilitação regular e a qualificação intensiva de sua clientela composta de adolescentes e sobretudo de adultos. Passou ainda a oferecer, em regime de complementaridade, formação profissional a alunos do sistema regular de ensino. Para atender aos novos rumos da educação nacional, a Instituição promoveu uma revisão de suas diretrizes gerais, aprovadas em 1973, oferecendo cursos nas seguintes modalidades:

- Aprendizagem: que são cursos em nível de primeiro grau;
- Qualificação, aperfeiçoamento e atualização: cursos em nível de primeiro e segundo graus;
- Habilitação: cursos em nível de segundo grau;
- Seminários: cursos de carga horária flexível, inferior a 15h, que possuem o objetivo de disseminar informações e conhecimentos;
- Programas de treinamento em empresas (SENAC/ BR,2006 p.20).

Essas modalidades se mantiveram até 2001 quando sofreram influências da LDB 9.394/96, ao propor que as instituições de ensino criassem seu próprio projeto político pedagógico (SENAC/BR, 2006). Para mudar seu modelo pedagógico e estar em conformidade com as exigências da legislação pertinente, o Senac, em 1999, fazia reuniões internas com o objetivo de desenhar novos princípios a serem adotados pelo Sistema Senac, preocupados com a formação de qualidade do aluno.

#### 4.2 TIPOS DE ENSINO

De acordo com o Relatório de Gestão de 1955, o Senac oferecia os cursos próprios na capital e os em cooperação no interior, essa foi a forma que encontrou para chegar até as diversas regiões do estado. Esses acordos que realizava para estabelecer cooperação com escolas e locais em que pudessem oferecer sua prática “[...] foram fundamentais, pois permitiram a multiplicação de cursos e de oportunidades para os comerciários em vários municípios brasileiros” (SENAC/BR, 2006, p. 15).

Embora discutimos sobre os cursos em cooperação anteriormente, entendemos ser importante acrescentar, com base no Relatório de Gestão 1962, que “os cursos em cooperação, eram das modalidades de aperfeiçoamento profissional e habilitação, ofertados pelo Senac em parceria com escolas e professores locais, mediante convênio com as Associações Comerciais das cidades assistidas” (SENAC/ PR. 1962). Em Maringá, essa situação durou até o momento em que o Minicentro se instalou na cidade e a instituição passou a ter local próprio para ofertar seus cursos.

O Senac Maringá, ao ofertar cursos próprios e valendo-se da unidade móvel, atendia cidades da região mais próximas da sua abrangência, como citamos anteriormente. Outra forma de educação que utilizava para levar seu ensino a diversos locais foi a “teleducação”, conforme o Relatório de Gestão de 1978(SENAC/PR, 1978,p.16):

[...] a região Sul inaugurou em Curitiba, no dia 15/07/1978, o Centro de Teleducação 4 – Cente/4. Seu objetivo principal é o ensino a distância, visando atingir, principalmente, as regiões onde a entidade não atua e aquelas impossibilitadas de participar de programações em outras modalidades. [...] A área de Educação abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o veículo utilizado é o Ensino por correspondência, passando já em 1979 também para o rádio.

O Relatório nos informa que, no segundo semestre de 1978, nesse tipo de ensino, os cursos que tiveram maior número de matrículas foram os de Arquivista e Correspondente e que, no Paraná, 113 municípios foram atingidos, sendo que a

cidade de Maringá ficou em destaque entre os 10 municípios mais representativos. Conforme podemos observar na Tabela 8.

**Tabela 8:** Municípios atendidos pela Teleducação

Município	Núcleo	Número de Matrículas
Curitiba	1	242
Ponta Grossa	2	145
Maringá	10	97
Londrina	11	89
Apucarana	13	84
Itambaracá	11	83
Assis Chateaubriand	7	79
Ribeirão Claro	12	78
Palotina	7	67
Marialva	10	66
Cascavel	7	61
Cornélio Procópio	11	60
Outro Municípios		1128
<b>Total</b>		<b>2279</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1978).

Concluimos que, sem dúvida, este tipo de ensino faz parte de capítulos da história da educação a distância que temos hoje no Brasil.

Segundo o Projeto Político Pedagógico/PR (PPP) (SENAC/PR, Administração Regional, 2007) com o passar do tempo, o Senac Maringá passou a oferecer cursos com as seguintes características de ensino:

**Presencial:** Cursos que acontecem dentro da unidade, nos quais a relação entre instrutor – aluno é direta.

**Semipresencial:** no qual o processo de ensino-aprendizagem acontece em duas fases, em uma delas existe a relação direta entre instrutor e aluno e, na outra, há momentos individualizados a distância e sem a presença do docente.

**À distância:** O Senac oferta a Educação a Distância por meio da metodologia EaD, em que o aprendizado se dá por meio de recursos alinhados de um acompanhamento didático-pedagógico contínuo da tutoria. Destacamos que esta metodologia é atual, não sendo a mesma teleducação discutida anteriormente, a qual existia no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

### 4.3 PRINCIPAIS CURSOS DA HISTÓRIA DO SENAC MARINGÁ ENTRE 1955-1982

Para construirmos o percurso histórico dos principais cursos oferecidos pelo Senac na cidade de Maringá, assim classificados devido à incidência no período até o ano da sua consolidação em 1982, analisamos os Relatórios de Gestão Anual do Senac Paraná, nos quais constam atividades gerais do ano referentes a suas atividades e atuação nas diversas localidades do estado. O nosso foco, ao analisar essa fonte, era pesquisar os conteúdos apresentados que citavam a cidade de Maringá.

Ao longo das análises, identificaram-se algumas inconsistências nos relatórios referentes às informações numéricas a respeito de quantidade de cursos, que, às vezes, constava de uma forma e, em páginas seguintes, de outra. Por exemplo, no Relatório de 1982, na página 84, registra-se que foram 3.468 matrículas neste ano e, posteriormente, o quadro da página 89 informa que houve 3.361, evidenciando disparidade nas informações. Ressaltamos que esta é a primeira pesquisa realizada sobre a História do Senac no Paraná e essas fontes não haviam sido analisadas em nenhum outro momento até o decorrer desta pesquisa, isso implica uma organização e comparação dos dados que não foi realizada (e nem confirmada) por nenhum outro trabalho.

Com a análise das fontes, conseguimos desenhar uma trajetória pedagógica desenvolvida pelo Senac na cidade de Maringá ao longo desses anos. Para melhor entendimento, dividimos por períodos o percurso apresentado a seguir. Na Tabela 9, colocamos os cursos que ocorreram pelo Senac em Maringá entre os anos de 1955 a 1970.

**Tabela 9:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá – 1955 a 1970

ANO	CURSO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
1955	Prática de Comércio (balconista)	Não consta
1956	Consta que o curso deixou de funcionar	0
1957	Não é citado no relatório	
1958	Não é citado no relatório	
1959	Prática de Comércio (balconista)	43
	Datilografia	Não consta
1960	Não teve curso nesse período por falta de alunos	0
1961	Aperfeiçoamento para Contabilistas	10
1962	Auxiliar de Escritório	33
1963	Aprendizagem na Hermes Macedo S.A	Não consta
	Datilografia	21
1964	Aprendizagem na Hermes Macedo S.A	Não consta
	Datilografia	28
	Liderança de Conferência	Não consta
	Legislação Fiscal - Imposto de Renda	Não consta
	Legislação Fiscal – IVC	Não consta
	Legislação Fiscal - Imposto de Consumo	Não consta
	Relações Humanas no Trabalho	Não consta
	Prática de Comércio (balconista)	Não consta
1965	Aprendizagem na Irmãos Fuganti S.A	Não consta
	Datilografia	24
	Auxiliar de Escritório	30
	Aprendizagem na Farmácia e Drogaria Confiança Ltda.	Não consta
1966	Aprendizagem na Hermes Macedo S.A	Não consta
	Reforma Tributária	Não consta
1967	Aprendizagem na Hermes Macedo S.A	Não consta
	Atualização em Legislação Trabalhista	20
	Relações Humanas no Comércio	92
	Prática de Comércio (balconista)	Não consta
1968	Aprendizagem na Polovi S.A Indústria e Comércio	Não consta
	Oficial de Farmácia	41
	Chefia e Liderança	41
	Técnica de Venda	32
	Imposto de Circulação de Mercadoria	25
	Prática de Comércio (balconista)	10
	Comunicações a Expressão do Pensamento	203
1969	Relações Humanas no Trabalho	88
	Aperfeiçoamento para Garçom	29
	Comunicações a Expressão do Pensamento	43
	Empacotamento Simples e Ornamental	18
	Organização e Métodos	30
	Aperfeiçoamento para Contabilista	21
	Técnica de Venda	51
	Técnica de Decisão Administrativa	32
	Seminário de Administração de Pessoal	48
Seminário de Legislação no Trabalho	24	
1970	Datilografia	Não consta
	Aperfeiçoamento para Atendente de Hospital	Não consta
	Atendente de Hospital	Não consta
	Auxiliar de Escritório	Não consta

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1955 a 1970).

Ao analisarmos esta tabela, visualizamos que o primeiro curso que o Senac ofertou na cidade de Maringá foi Prático de Comércio, curso que vai aparecendo ao longo dos anos até 1970. Em 1959, é citado o curso de Datilografia que juntamente com Auxiliar de Escritório serão ofertados sequencialmente por vários anos, o que nos leva a inferir que eram “carros- chefe” do portfólio de cursos do Senac nesse período.

Com o passar dos anos, o Senac foi se desenvolvendo e crescendo em diversidade e em quantidade de cursos ofertados, por isso, entre os anos de 1971 a 1974, apresentaremos os títulos dos cursos que foram oferecidos mais de uma vez.

**Tabela 10:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1971

CURSO	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE TURMAS
Datilografia	161	6
Auxiliar de Escritório	148	5
Relações Humanas no Trabalho	53	2
Relações Humanas Aplicadas à Técnica de Chefia	38	2
Relações Públicas	60	2
Técnica de Vendas	94	3
<b>TOTAL</b>	<b>554</b>	<b>20</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1971).

No ano de 1971, observamos que a organização do relatório estava com informações mais claras e precisas, possibilitando fazer o levantamento do número de matrículas e número de turmas ao longo desse ano. Notamos que houve um incremento no número títulos ofertados.

No ano de 1972, o Relatório trouxe como títulos reincidentes somente os cursos Técnica de Vendas, Datilografia e Auxiliar de Escritório

**Tabela 11:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1972

CURSO	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE TURMAS
Técnica de Vendas	75	3
Datilografia	80	5
Auxiliar de Escritório	70	2
<b>TOTAL</b>	<b>225</b>	<b>10</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1972)

Neste ano, constatamos que houve uma queda no número de turmas e matrículas pela metade em comparação ao ano de 1971. Inferimos que seja parte do processo de consolidação da instituição na cidade, visto que essa oscilação é inerente a um processo de maturidade. No ano de 1973, as matrículas já retomaram o crescimento conforme podemos observar na Tabela 12.

**Tabela 12:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1973

CURSO	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE TURMAS
Técnica de Vendas	91	3
Datilografia	175	9
Correspondente Comercial	53	2
Auxiliar de Escritório	137	5
Cabeleireiro	28	2
Manicure	31	2
Aperfeiçoamento para Atendente de Enfermagem	25	2
Introdução à Administração de Pessoal	44	2
<b>TOTAL</b>	<b>584</b>	<b>27</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1973).

Na Tabela 12 consta, pela primeira vez, os cursos da área da beleza, Cabeleireiro e Manicure, provavelmente esses cursos foram lançados neste ano em Maringá e já tiveram espaço para duas turmas. Verificamos que os cursos tidos como carros-chefes, Datilografia e Auxiliar de Escritório, continuam presentes e formando muitos alunos.

Do ano 1973 para 1974, houve um salto no número de cursos e de matrículas. Os números chegaram próximo de dobrar. Acreditamos que foi consequência das mudanças propostas pela LDB nº 5.692/71, que instituiu, no sistema de ensino brasileiro, cursos de primeiro, segundo grau e supletivo, com um enfoque bastante profissionalizante. Consta no livro *Senac 60 anos*:

Conforme instruí a lei, cursos de aprendizagem deveriam ser ministrados em uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de primeiro grau; no segundo grau, cursos intensivos de qualificação profissional. Além disso, tanto os cursos de aprendizagem como os de qualificação possibilitariam o prosseguimento dos estudos caso incluíssem disciplinas e outras atividades curriculares que os tornassem equivalentes ao ensino

regular. Para se adequar à nova lei, o Senac se empenhou em elaborar uma reformulação curricular, no intuito de possibilitar a habilitação regular e a qualificação intensiva de sua numerosa clientela de adolescentes e adultos. O Senac também passou a oferecer, em regime de complementaridade, formação profissional a alunos do sistema regular de ensino (SENAC/BR, 2006, p. 44).

Acreditamos que essa reformulação curricular realizada pelo Senac tenha surtido efeito, resultando no aumento de matrículas evidenciado na Tabela 13.

**Tabela 13:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1974

CURSO	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE TURMAS
Técnica de Vendas	54	2
Propaganda e Promoção de Vendas	40	2
Datilografia	323	10
Auxiliar de Escritório	277	10
Relações Humanas no Trabalho	110	3
Dinâmica de Grupo	46	2
Comunicação Oral e Escrita	94	2
Básico de Atendente de Enfermagem	32	2
Cabeleireiro	64	4
Manicure	49	4
<b>TOTAL</b>	1089	41

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1974).

Os dados encontrados em 1974 sustentam nossa afirmação a respeito do aumento de turmas e matrículas, que os cursos que continuavam sendo os mais procurados eram de Datilografia e Auxiliar de Escritório e que, de um ano para o outro, as matrículas da área da beleza dobraram, demonstrando que essa nova área vinha consolidando seu espaço dentro do portfólio do Senac em Maringá. Acreditamos que os cursos da área da beleza tiveram esse pico e seguiram crescendo alinhados com a inserção da mulher no mercado de trabalho, que começara a abrir espaço para este gênero e, sobretudo, neste tipo de ocupação. Segundo Camargo (2015), é recorrente a concentração de ocupações das mulheres no mercado de trabalho, sendo que 80% delas são cabeleireiras, manicures, professoras, trabalham em algum serviço na área da saúde ou são funcionárias públicas.

Com o aumento significativo de turmas, a partir do ano de 1975 utilizaremos como referência para a análise da nossa trajetória pedagógica, cursos com mais

de quatro vezes de reincidência no ano. A programação completa de cursos deste ano pode ser vista no Anexo A.

**Tabela 14:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1975

<b>CURSO</b>	<b>NÚMERO DE TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE MATRÍCULAS</b>
Relações Humanas no Trabalho	19	505
Dinâmica de Grupo	2	48
Comunicação Oral e Escrita	2	77
Chefia e Liderança	4	88
Técnicas de Vendas	3	70
Correspondente Comercial	3	95
Datilografia	13	289
Auxiliar de Escritório	6	193
Cabeleireiro	6	68
Manicure	2	
Garçom	4	64
Básico de Atendente de Enfermagem	2	68
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>1565</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1975).

No ano de 1975, damos destaque para o curso de Relações Humanas no Trabalho que foi ofertado em 19 turmas e formou 505 pessoas. O curso de Datilografia, apesar de ter lançado mais turmas do que em 1974, aumentou de 10 para 13, formou menos pessoas.

O ano de 1976, no geral, registrou uma queda no número de turmas e no número de matrículas, mas manteve o aumento da procura pelos cursos da área da beleza, já que foram ofertadas 8 turmas de manicure e 6 de cabeleireiro.

**Tabela 15:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1976

<b>CURSO</b>	<b>NÚMERO DE TURMAS</b>	<b>NÚMERO DE MATRÍCULAS</b>
Dinâmica de grupo	5	129
Datilografia	15	354
Auxiliar de Escritório	4	105
Relações Humanas no Trabalho	18	482
Cabeleireiro	6	90
Manicure	8	83
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>1243</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1976).

Na tabela referente ao ano de 1976, continuam em destaque os cursos de Datilografia e de Relações Humanas no Trabalho. A regularidade desses cursos vem ao encontro da mudança de perfil de profissional da época, o qual começou a ganhar espaço dentro dos escritórios. Sobre a criação do novo tipo de trabalho, Castanho(2008,p. 184) relata que:

[...] o trabalho nos escritórios é visto como um produto típico do capitalismo monopolista, não criou uma classe média de colarinhos brancos, mas um novo proletariado. Como nas fábricas, os escriturários proletariados executam o trabalho manual e funcionam nos limites de suas rotinas. Também em relação à prestação de serviços e ao pequeno comércio houve a proletarização do trabalhador.

O autor esclarece que tal trabalho é resultante da efetivação do capital monopolista e que este trabalhador, além da atuação estafante nos escritórios, atuava, proletariamente, no mercado de trabalho com as prestações de serviços e os pequenos comércios. O realinhamento do trabalho na sociedade se reflete nos cursos ofertados pelo Senac, os quais, conseqüentemente, estão em consonância com as novas demandas sociais. É visível na Tabela 15 o aumento de cursos na área Cabeleireiro, Datilografia e Relações Humanas no Trabalho.

No ano de 1977, houve uma queda na quantidade de turmas, matrículas e diversidade de títulos ofertados, acreditamos que essa diminuição seja reflexo da “[...] queda do café, a frustração da soja e do trigo e o sofrimento da pecuária que fizeram com que Maringá tivesse um grande inchaço, repercutindo no grande desemprego que assola a cidade” (SILVA;GOMES, 2016,p.206). Com o desemprego em alta, as condições para investir em cursos e capacitação diminuía e isso podemos observar na Tabela 16.

**Tabela 16:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1977

CURSO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Datilografia	15	328
Inicial em Serviços de Escritório	4	119
Relações Humanas no Trabalho	5	133
Cabeleireiro	4	54
Manicure	6	64
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>698</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1977).

Em consonância com a afirmativa de Silva e Gomes (2016), citada acima, a tabela mostra que os cursos mais procurados foram os que trariam uma formação para atuar dentro dos escritórios e os cursos de beleza que possibilitariam aos alunos abrirem seu próprio negócio, seu pequeno comércio ou trabalharem como prestadores de serviços. Procurava-se, assim, resolver o problema do desemprego existente na época.

Em 1978, os números voltaram a crescer e as áreas de destaque continuam as mesmas: Gestão, que são os cursos voltados para as rotinas de escritório, e os cursos na área de Beleza, com Manicure e Cabeleireiro.

**Tabela 17:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1978

CURSO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Chefia e Liderança	5	158
Auxiliar de Escritório	6	185
Datilografia	15	333
Introdução à Legislação Trabalhista	4	112
Correspondente Comercial	5	125
Relações Humanas no Trabalho	6	221
Cabeleireiro	6	105
Depilador	6	64
Manicure	10	108
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>1411</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1978).

Notamos que novos títulos começam a aparecer, tais como: Introdução à Legislação Trabalhista e Correspondente Comercial. Possivelmente, era uma demanda do mercado, porque tais cursos, no primeiro ano em que foram ofertados, já totalizaram mais de quatro turmas e formaram mais de 100 pessoas. Além disso, os novos cursos colaboravam com o momento de transformação da cidade de Maringá, que, conforme Silva e Gomes (2016, p. 208), “[...] estava deixando de ser uma cidade eminentemente agrícola para se transformar em uma cidade comercial e industrial”.

Para formar uma mentalidade empresarial nos cidadãos que detinham o poder econômico em Maringá, de modo a investirem na cidade com comércio e industrialização, era preciso que o poder público criasse incentivos reais, realistas, confiáveis, estáveis e imutáveis. Entendem Silva e Gomes (2016) que a

Industrialização é um processo longo e natural. Ele aflora, conforme vai se criando estrutura, a conscientização, aprimoramento da mão de obra, a perspectiva de mercado, o fortalecimento do poder aquisitivo do povo e outros fatores inerentes ao processo (SILVA; GOMES, 2016, p. 206).

O investimento feito pelo poder público na industrialização e no fomento ao comércio, que convergia para o aprimoramento de mão de obra, já é perceptível no Senac em 1979, visto que o número de turmas e de matrículas volta a crescer. O prefeito da época, João Paulino Vieira Filho, tinha a preocupação com o desenvolvimento econômico, industrial e do setor terciário e, para tanto somava forças com a Associação Comercial e Industrial de Maringá. Afirmam Silva e Gomes (2016, p.2014): “O prefeito João Paulino Vieira Filho incorporou essa nova visão econômica em seu plano de gestão, aproximando-se mais da ACIM que vinha defendendo a mesma bandeira há anos”.

**Tabela 18:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1979

CURSO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Chefia e Liderança	4	153
Auxiliar de Escritório	5	163
Datilografia	15	358
Bilheteiro (vendedor de passagem rodoviária)	5	96
Correspondente Comercial	4	142
Auxiliar de Cabeleireiro	8	85
Cabeleireiro	4	35
Manicure	8	118
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>1150</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1979).

No ano de 1979, Datilografia representava aproximadamente 8% do total de turmas ofertados pelo Senac Maringá e a área da beleza, composta pelos cursos Auxiliar de Cabeleireiro, Cabeleireiro e Manicure, ocupava 10% do portfólio.

O país, no início dos anos 1980, passava por uma crise econômica. Segundo Silva e Gomes (2016), o povo brasileiro estava prestes a ter certeza sobre o fim do chamado “milagre econômico” e tinha clareza de que haviam equívocos cometidos no gerenciamento da economia, que resultara na diminuição do volume de

produção da indústria, aumento da taxa de juros e da inadimplência e queda nas vendas do comércio em geral. Apesar do cenário desolador, o volume de produção do Senac em Maringá foi relativamente pouco afetado, havendo diminuição mínima na procura. Como podemos constatar na Tabela 19.

**Tabela 19:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1980

CURSO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Auxiliar de Pessoal	4	92
Auxiliar de Escritório	6	209
Datilografia	15	379
Escrituração Fiscal	6	189
Auxiliar de Cabeleireiro	4	51
Cabeleireiro	8	84
Manicure	7	82
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>1086</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1980).

Na virada de década, o Senac Maringá continuou formando nas principais áreas: Gestão e Beleza.

Em 1981, o número de turmas e matrículas voltaram a subir. Foram lançadas 10 turmas do curso de Redação Comercial e 10 para o Básico de Escritório, 12 turmas para Datilografia, 9 para Escrituração Fiscal e 5 para Auxiliar de Escritório, totalizando 1367 matrículas.

**Tabela 20:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1981

CURSO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Redação Comercial	10	280
Básico para Escritório	10	317
Auxiliar de Escritório	5	169
Datilografia	12	360
Escrituração Fiscal	9	241
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>1367</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1981).

Apesar de aumentarem as matrículas em 1981, nesse ano, notamos uma queda na área da beleza, que não apresentou nenhuma turma recorrente, por isso não apareceu na tabela anterior.

Maringá encontrava-se em acelerado desenvolvimento social e econômico. Registrar Silva e Gomes (2016, p. 236) que, a partir de 1982, “houve crescimento considerável da população, crescimento do comércio, da agroindústria, elevação de número de cursos superiores oferecidos pela UEM” e o Senac acompanhou este momento. Nesse ano, a instituição inaugurou sua unidade, com sede própria, localizada na Av. Colombo, possibilitando ampliar seu portfólio, bem como aumentar o número de turmas e matrículas. Observemos a Tabela 21.

**Tabela 21:** Cursos oferecidos pelo Senac Maringá em 1982

CURSO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE MATRÍCULAS
Básico para Escritório	8	118
Escrituração Fiscal	4	87
Serviços de Contabilidade	4	90
Iniciação aos Serviços Administrativos	4	101
Iniciação aos Serviços Financeiros	4	88
Datilografia	25	648
Básico para Cabeleireiro	8	82
Auxiliar de Cabeleireiro	6	61
Serviços de Cabeleireiro	4	33
Básico para Manicure	10	94
Serviços de Manicure	8	76
Serviços de Depilação	6	50
<b>TOTAL</b>	91	1528

**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1982).

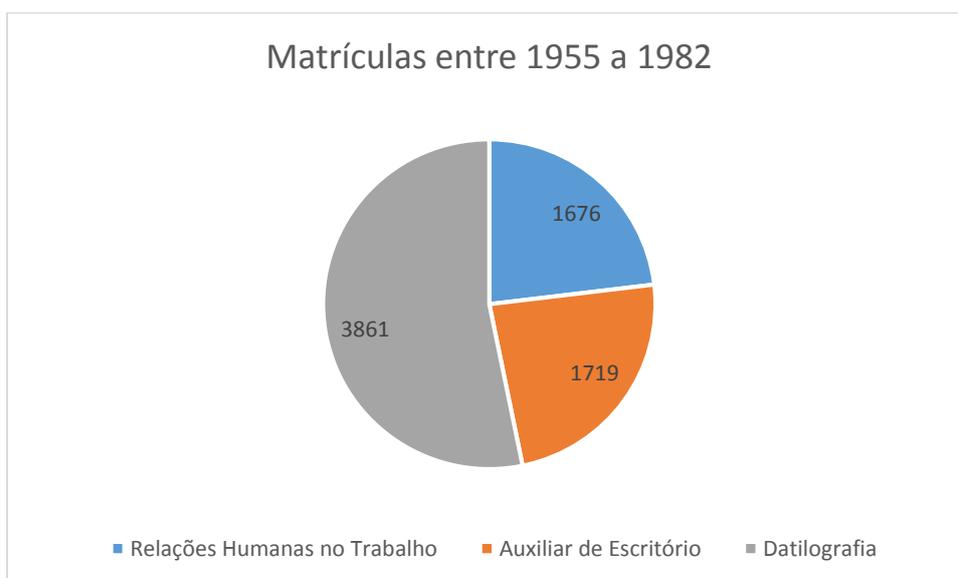
O curso de Datilografia teve número recorde de turmas, totalizando 25 e 648 matrículas. Notamos que ganharam espaço cursos na área contábil e fiscal e que cursos na área da beleza voltaram a ter grande procura.

#### 4.4 ANÁLISES DAS EMENTAS CURRICULAR DOS CURSOS DESTAQUES

Considerando a constante frequência com que alguns cursos foram ofertados e o alto número de alunos presentes no período histórico estudado, conforme evidenciado no item anterior, neste item, analisamos o conteúdo ofertado na ementa desses cursos.

Ao pesquisarmos os relatórios anuais de Gestão do Senac Paraná entre os anos de 1955 a 1982 conseguimos levantar o número de matrículas que ocorreram no período em Maringá, e com isso fizemos um gráfico comparativo para demonstrar visualmente as ementas que foram escolhidas para serem analisadas devido à recorrência de tais cursos ao longo dos anos.

**Gráfico 3:** Número de matrículas entre 1955 a 1982



**Fonte:** Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1955 à 1982).

Conforme o gráfico acima, estudaremos os currículos dos cursos Datilografia, Relações Humanas no Trabalho e Auxiliar de Escritório, uma vez que, durante o período estudado, demonstram representatividade, destacando-se entre os demais cursos devido à procura que tiveram. Para tal estudo, é preciso considerar que, na análise de um currículo escolar, podem ser identificadas influências de cunho econômico, político, cultural e social, visto que um sistema social atua e se desenvolve segundo leis específicas, “tendo como base um modelo de produção que compreende um processo histórico de um tipo de sociedade historicamente construída” (BITTAR; FERREIRA JR, 2009 apud ANDRADE, 2016, p. 132).

Segundo Vinão (2008), a construção de um currículo é uma prática construída por meio de conflitos, negociações, imposições, interesses e lutas pelo

poder de diversas tradições, subculturas e grupos de professores. Assevera este autor que o estudo do currículo escolar deve “[...] combinar sob um mesmo olhar, os níveis preativos e interativos: a teoria – que é também, em sua elaboração, uma prática – e a ação” (p. 184), ou seja, ao estudar o currículo escolar é preciso considerar a relação direta do conteúdo com o processo de profissionalização do docente: [...] “o quê e como ensinam, o quê e como investigam, com quem e como se relacionam profissionalmente em seu campo disciplinar ou fora do mesmo”(VINÃO, 2008, p.205).Em suma, conforme Cassab (2010 p.229), estudar os currículos escolares, significa estudar especificamente as questões que envolvem a seleção e a organização do conhecimento escolar que “[...] são produtos de uma construção social, condicionada e relativa”.

O elemento-chave que configura, organiza e ordena uma disciplina é o código disciplinar, que, para Vinão (2008, p.206), vem a ser “[...] um corpo de conteúdos concretos dispostos em uma ordem, um método e uma extensão determinada em forma de temas, questões, unidades didáticas ou outros agrupamentos semelhantes”.

Considerando como elementos-chave, ao estudarmos as ementas dos cursos,observamos a ordem que as disciplinas eram apresentadas, os temas e conteúdos que eram selecionados para construção desses currículos, bem como inferimos o que se buscava com tal formação e apresentação.

O curso de Datilografia do Senac, segundo o Relatório de Gestão de 1964, era formado por cinco disciplinas, cada uma contendo seu código disciplinar e uma ordem de conteúdos a serem ensinados. Conforme o quadro 6:

**Quadro 6:** Ementa do curso de Datilografia em 1964

Ordem	Disciplina	Conteúdo
1	A datilografia e a sua importância como profissão	Inserção do papel.Colocação dos dedos sobre o teclado, nomenclatura, marginação, pautação, reversão do carro.Dedilhação: teclado guia.Posição do corpo e das mãos.
2	Estudo do 3 teclado	Instruções sobre a distribuição e articulados dos dedos no 3 teclado.Estudo ritmado do 2 e 3 teclado, com palavras formadas por letras das duas linhas. Instruções sobre a distribuição e articulação dos dedos e das mãos.

3	Estudo do 1 teclado	Instruções sobre a distribuição e articulação dos dedos nos teclados ora conhecidos. Considerações sobre as mesas e cadeiras adequadas ao trabalho datilográfico. Estudo ritmado do 1, 2 e 3 teclado, com exercícios intercalados em que se aplique a sequência das letras e sinais, a formação de palavras e do alfabeto.
4	Estudo ritmado do 1 teclado em conjunto com o 2 e 3. Estudo ritmado do 4 teclado	Instruções sobre a distribuição e articulação dos dedos no 4 teclado. Instruções sobre o equipamento auxiliar e manutenção da máquina. Exercícios com as teclas maiúsculas, de acentuação e sinais convencionais. Exercícios observando o toque da campainha e utilizando o traço de união. Treinamento em geral, utilizando as peças de emergência: retrocesso e libertador de margens. Funcionamento das peças do tabuleiro. Parágrafos, mecanismo da fita e modo de colocá-la.
5	Exercício de agilidade	Ofícios, requerimentos, recibos, correspondência. Uso do papel carbono, uso da borracha, quadros e tabelas.

Fonte: SENAC/PR (Administração Regional, 1964).

O curso de Datilografia, como já citamos anteriormente, durante o período estudado, foi um dos mais procurados, acreditamos que esse fato se deu por haver demanda de mercado e porque o curso, com sua ementa, atingia o esperado de um currículo que, segundo Andrade(2016, p.132), pode ser entendido como a vivência de experiências sistematicamente organizadas e planejadas com o objetivo de atingir o ensino e a aprendizagem de elementos culturais, selecionados e institucionalmente considerados relevantes” para que os alunos atinjam o nível de formação previsto.

Outro curso que destacaremos é o de Relações Humanas no Trabalho. Corroborando Andrade (2016, p.132), que “um currículo não se restringe apenas às questões internas das instituições educativas, mas sua configuração recebe influência do contexto geral”, inferimos que a procura por esse curso no período ocorria porque a população intencionava um desenvolvimento profissional de modo a se especializar para o mercado de trabalho.

Segundo o Relatório de Gestão de 1964, este curso, além de cinco disciplinas, tinha a duração de 5 horas-aulas, carga horária que nos faz inferir que

tratava-se de um curso “rápido”. Sendo assim, podemos considerar que, segundo a Lei nº 5.692/1971, era da modalidade de aperfeiçoamento e especialização, sendo classificado como curso de atualização, oferecido pelo ensino não formal.

**Quadro 7:** Ementa do curso de Relações Humanas no Trabalho em 1964

Ordem	Disciplina	Conteúdo
1	A problemática do relacionamento humano e a maior eficiência na produtividade no trabalho	Análise psicológica dos princípios do relacionamento.
2	Tipos de personalidade que mais facilmente se ajustam ou desajustam ao meio profissional	Análise temperamental e caracterológica da pessoa humana.
3	Fatores inconscientes que dificultam o ajustamento familiar, social e profissional	Interpretação psico-analítica do inconsciente.
4	A competição neurótica como fator de impedimento ao êxito do andamento familiar, social e profissional	Estudo das frustrações, complexos e neuroses.
5	Como dirigir os homens que trabalham sob minha direção	Psicologia da Liderança

Fonte: SENAC/PR (Administração Regional, 1964).

As disciplinas e os conteúdos apresentados pelo curso Relações Humanas no Trabalho reforçam os interesses que se tinham em capacitar o homem para o trabalho, atendendo as demandas da sociedade. Diante desta análise, concordamos com Andrade (2016, p.133) quando defende que o currículo

[...] é muito mais que um rol de disciplinas e conteúdos, é uma questão político-cultural pelo fato de carregar intenções e ideologias que conduzem atitudes frente às relações sociais. Todo currículo reflete os valores que uma determinada sociedade deseja inculcar no homem que ela pretende formar.

Quando analisamos o currículo escolar, precisamos compreender o contexto no qual ele foi criado e quais interesses ele se propõe a atender.

Na sequência, analisaremos o curso Auxiliar de Escritório que possui três disciplinas e uma sequência de estudos a serem realizadas.

**Quadro 8:** Ementa do curso de Auxiliar de Escritório em 1964

Ordem	Disciplina	Conteúdo
1	Correspondência Comercial	Clareza da correspondência, estética, formas de linguagem.
2	Técnica de Arquivo	Armazenagem, organização e guarda de documentos.
3	Cálculo Comercial	Noções Básicas, Cálculos de Juros, depreciação, porções. Exercícios.

Fonte: SENAC/PR (Administração Regional, 1964).

A ementa do curso Auxiliar de Escritório traz como disciplinas: Correspondência Comercial, Técnicas de Arquivo e Cálculo Comercial. Percebe-se que o curso tem uma formação específica, inferimos que o ensino objetivava ensinar ao aluno rotinas diárias do trabalho em um escritório. Acreditamos que a procura por esta área vem ao encontro das necessidades do mercado, visto que, conforme o Senac/BR (2006), o crescimento da participação do setor terciário nos índices de emprego resultou para o Senac na oferta de cursos de qualificação profissional com grande concentração de interesse nas áreas de escritório, datilografia e vendas.

Apesar de o curso Administração de Empresas não estar entre os mais procurados ao longo do período estudado, por isto não foi citado nas análises da última subseção, encontramos sua ementa no Relatório de Gestão de 1964 e consideramos importante apresentá-la neste momento por considerarmos a possibilidade de ser um curso de habilitação técnica, portanto, inferimos ser o início dos cursos técnicos do Senac em Maringá.

O curso apresenta a seguinte ementa:

**Quadro 9:** Ementa do curso Programa de Administração de Empresa

Ordem	Disciplina	Conteúdo
1	Relações Públicas	Histórico, objeto, definição; Pessoal e Relações Públicas; Práticas negativas de Relações Públicas. Aspectos mais comuns.
2	Relações Humanas	Conceito de autoridade na empresa privada; liderança: o que é e como deve ser usada; Delegação dever do administrador para evolução dos negócios.
3	Custos de Produção	Fatores de produção e conceito de custos de produção; Conceito de lucro: livre

		concorrência e monopólio; Teoria econômica sobre salários; Formas de salários.
4	Organização e Método	Importância, significado, organização na administração; Sistema: Taylorismo, Fordismo, Concepção dos psicólogos, Concepção dos sociólogos; Análise em organização e métodos, fases, objetivos e sua importância; Pesquisa e suas técnicas aplicadas a análise organizacional; Análises utilizadas num programa de simplificação do trabalho.
5	Planejamento e Controle	Situação do Planejamento no conjunto administrativo, fases, Princípios; Planejamento como método para crescimento do lucro, ciclo do planejamento; Sumário do Planejamento e Controle no processo de Produção.

**Fonte:** SENAC/PR (Administração Regional, 1964).

A ementa possui cinco disciplinas, divididas em: Relações Públicas, Relações Humanas, Custos de Produção, Organização e Método, Planejamento e Controle. Demonstra ser um curso para formar um profissional nas diversas áreas da administração de empresas, o que nos leva a depreender que era um curso de “longa duração”. Como não temos o número de aulas, nem a quantidade de horas do curso, não podemos classificá-lo dentro das modalidades previstas pela Lei nº 5.692/71, mas supomos pelo currículo proposto que era um curso de habilitação profissional, que, como já citamos anteriormente, qualifica para o exercício de uma profissão cujo desempenho exija escolaridade completa em nível de 2 grau ou ensino superior.

#### 4.5 CURSOS DE DATILOGRAFIA, RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO E AUXILIAR DE ESCRITÓRIO: AVANÇOS ENTRE OS ANOS DE 1964 PARA 1982

Como apresentamos as ementas dos cursos destaques na década de 1960, desenvolvemos uma análise a respeito de como foi o desenvolvimento deles no município maringaense no decorrer do tempo. Com o critério utilizado no item 4.3, demonstrar graficamente cursos reincidentes que apareceram nos Relatórios de

Gestão Anual mais de uma vez até 1974 e, a partir de 1975, os que foram lançados mais de quatro vezes no ano, elaboramos uma tabela que nos informou que os cursos analisados na seção anterior, Datilografia, Relações Humanas e Auxiliar de Escritório, continuam sendo os mais procurados. Podemos verificar essa informação na Tabela 22:

**Tabela 22:** Matrículas no Senac Maringá entre 1971 a 1982

<b>Cursos</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1975</b>	<b>1975</b>	<b>1979</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>TOTAL</b>
Datilografia	161	80	175	323	289	325	328	333	358	379	360	648	<b>3788</b>
Inicial em Serviços de escritório							119						<b>119</b>
Auxiliar de Escritório	148	70	137	277	193	105		185	163	209	169		<b>1656</b>
Relações Humanas no Trabalho	53			110	505	482	133	221					<b>1504</b>
Relações Humanas aplicadas ao trabalho de chefia	38												<b>38</b>
Relações Públicas	60												<b>60</b>
Técnicas de Vendas	94	75	91	54	70								<b>384</b>
Correspondente Comercial			53		95			125	142				<b>416</b>
Cabeleireiro			28	64	68	90	54	105	35	84			<b>528</b>
Manicure			31	49		83	64	108	118	82			<b>536</b>
Aperfeiçoamento para atendente de enfermagem			25										<b>25</b>
Introdução a Administração de Pessoal			44										<b>44</b>
Propaganda e Promoção de Venda				40									<b>40</b>
Dinâmica de Grupo				46	48	129							<b>223</b>
Básico de atendente de enfermagem				32	68								<b>100</b>
Chefia e Liderança					88			158	153				<b>399</b>
Garçom					64								<b>64</b>
Introdução a Legislação no Trabalho								112					<b>112</b>
Depilador								64					<b>64</b>
Bilheteiro (vendedor de passagem rodoviária)									96				<b>96</b>
Auxiliar de Cabeleireiro									85	51		61	<b>197</b>
Auxiliar Pessoal									35	92			<b>127</b>
Escrituração Fiscal										189	241	87	<b>517</b>
Comunicação Oral e Escrita				94	77								<b>171</b>
Básico para escritório											317	118	<b>435</b>
Redação Comercial											280		<b>280</b>
Serviços de Contabilidade												90	<b>90</b>
Iniciação aos Serviços Administrativos												101	<b>101</b>
Iniciação aos Serviços Financeiros												88	<b>88</b>

<b>Cursos</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1975</b>	<b>1975</b>	<b>1979</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>TOTAL</b>
Básico para cabeleireiro												82	<b>82</b>
Serviço de cabeleireiro												33	<b>33</b>
Básico para Manicure												94	<b>94</b>
Serviços de Manicure												76	<b>76</b>
Serviços de Depilação												50	<b>50</b>
<b>TOTAL</b>													<b>12535</b>

**Fonte:**Relatório de Gestão - adaptado pela autora (SENAC/PR, 1971 a 1982).

A tabela reforça a relevância de estudos sobre os três cursos que analisamos, por revelar que, dentro da década, o curso de Datilografia representou 30% do número de matrículas e Relações Humanas no Trabalho e Auxiliar de Escritório tiveram, respectivamente, 11,99% e 7,4%, dados significativos, que chamam a atenção para o estudo.

Para conseguirmos analisar as diferenças e variações que a grade curricular possa ter apresentado, foi necessário encontrar novas fontes, as ementas do período entre 1970 a 1982. Para isto, entramos em contato com a bibliotecária da unidade de Educação Profissional de Curitiba/ PR, com o intuito de verificar o que havia de registro e documentação na unidade mais antiga do estado, e também contatamos o Departamento Nacional do Senac na cidade do Rio de Janeiro, ambos contribuíram para que encontrássemos o material desejado para darmos sequência à pesquisa.

A ementa do curso de Datilografia sofreu alterações conforme podemos visualizar na figura abaixo.

**Figura 8:** Ementa curso de Datilografia em 1979

CURSO: DATILOGRAFIA EM MÁQUINA ELÉTRICA /E.17		
NATUREZA: Aperfeiçoamento CERTIFICADO: Aproveitamento		
REQUISITOS: 16 anos - 1GC/E		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CÓDIGO DO SUBSÍDIO
Datilografia.....	45	107
<p><u>Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções de estética: Centralização de títulos, separação de sílabas, parágrafos, pauta, marginação, tabulação, quadros</li> <li>- Datilografar em cópias carbonadas</li> <li>- Exercícios de rapidez e precisão</li> <li>- Utilização de matrizes para duplicadores</li> <li>- Execução de textos em tempo cronometrado</li> <li>- Atingimento de velocidade superior a 180 toques por minuto.</li> </ul>		
<p><u>Seleção:</u></p> <p>Teste de verificação de velocidade - 100 toques líquidos por minuto.</p>		
<p><u>Curso Destinado a:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Egressos do Curso de Datilógrafo (Q)</li> <li>- Datilógrafos</li> <li>- Secretárias</li> <li>- Correspondentes Comerciais.</li> </ul>		

Fonte: SENAC/PR (Administração Regional, 1979).

A ementa do curso de datilografia nos anos de 1960 era mais técnica e, na década de 1970, percebemos uma generalização nos conteúdos. Outro fator que chamou atenção é que, nesse segundo momento, havia um teste de seleção para o ingresso no curso.

A ementa do curso de Relações Humanas no Trabalho datada do ano de 1972 foi modificada e atualizada.

**Figura 9:** Ementa do Curso de Relações Humanas no Trabalho em 1972

PROGRAMA	
Disciplina:	RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO
	Carga Horária: 15 horas
1.	A COMUNICAÇÃO HUMANA
1.1	Conceituação e processos
1.2	A Linguagem na Comunicação Humana
1.3	Barreiras à Comunicação
1.4	Recursos que facilitam a Comunicação
1.5	As Relações Humanas e a Comunicação
2.	RELAÇÕES HUMANAS
2.1	Conceituação
2.2	Relações Humanas no trabalho
	- relacionamento com a empresa
	- relacionamento com os colegas
	- relacionamento com os clientes
3.	A PERSONALIDADE
3.1	Conceitos básicos
3.2	Classificações de tipos
3.3	Diferenças psicológicas entre os indivíduos
3.4	Comportamento humano, ajustamento e desajustamento
4.	O GRUPO
4.1	Conceito
4.2	Dinâmica
4.3	Liderança e Chefia
4.4	Moral do Grupo

Fonte: SENAC/BR (Departamento Nacional, 1972).

Notamos mudanças na ementa do curso de Relações Humanas no Trabalho, já que as disciplinas estão mais divididas e melhor estruturadas ainda que o

conteúdo aborde algumas questões similares, como relacionamento e aspectos da personalidade do indivíduo.

Outra ementa que nos propusemos a analisar é do curso Auxiliar de Escritório, que, no período, teve destaque pelo número de matrículas. Relacionamos a ementa do ano de 1964 com a ementa encontrada do ano de 1979 para a devida análise.

**Figura 10:** Ementa do curso de Auxiliar de Escritório em 1979

CURSO: AUXILIAR DE ESCRITÓRIO/E.04		
NATUREZA: Qualificação      CERTIFICADO: Aproveitamento		
REQUISITOS: 16 anos - 1GC/E <i>SOM. 15a 7-19</i>		
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CÓDIGO DO SUBSÍDIO
<del>Correspondência Comercial.....</del>	<del>2015</del>	<del>014-007</del>
Cálculo Comercial.....	2015	082
Organização e Técnica Comercial..	60	022-025
<del>Introdução à Contabilidade Fiscal</del>	<del>60</del>	<del>017</del>
	<u>1130</u>	
<p><b>Programa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções de cálculos comerciais</li> <li>- Noções de organização e estrutura organizacional</li> <li>- Noções de correspondência comercial e técnica de redação</li> <li>- Execução dos serviços do setor de pessoal, compras, estoque, faturamento, caixa, cobrança e pagamentos.</li> <li>- Noções de contabilidade fiscal, escrituração e lançamentos</li> <li>- Preenchimento de guia de informação e apuração de ICM.</li> </ul>		
<p>OBS.: para obtenção de certificado, o aluno deverá comprovar prática em datilografia.</p>		

Fonte: SENAC/PR (Administração Regional, 1979).

A ementa acima apresenta uma estrutura mais complexa, demonstrando que o curso foi ampliado e se propunha formar um profissional mais completo. Outro fator que observamos é que estabelecia um requisito para que o aluno obtivesse o

certificado de conclusão do curso: a comprovação da prática em datilografia. Tal informação reforça como a datilografia era importante para a mão de obra qualificada exigida pelo mercado de trabalho na época e explicação porquê de tantas matrículas no período estudado, o qual obteve a maior procura.

Analisando as atualizações das três ementas, concluímos que as modificações pelas quais passaram estão relacionadas com os avanços da instituição Senac e a preocupação de sua formação estar alinhada com as demandas do mercado de trabalho que se apresentava cada vez mais exigente e crescente. As mudanças foram necessárias para que a instituição conseguisse manter a sua missão de “Educar para o Trabalho”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo investigar e analisar as relações do trabalho com a educação profissionalizante do Senac Maringá, bem como compreendê-lo inserido em seu contexto histórico no período de 1955 a 1982. Para tal, foi feita uma reconstrução histórica do período de criação, institucionalização e consolidação da instituição no município de Maringá.

É importante salientar que a reconstrução ocorreu por meio de fontes e investigações que permitiram a interpretação do passado dessa instituição pelas lentes do pesquisador. Um olhar que não teve a intenção e nem possibilidade de esgotar o assunto, deixando várias aberturas para novas pesquisas, bem como para críticas e questionamentos.

Quando estudamos a história das instituições escolares, acabamos por considerar um contexto maior em que a mesma está inserida. Por isso julgou-se relevante conhecer o processo de desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil e no Paraná para articular com o momento em que este tipo de educação é introduzida em Maringá pela via da Instituição Senac. E, conseqüentemente, foi necessário revelar que cidade era esta no ano de 1955, quando uma instituição de porte nacional resolveu nela se fazer presente.

Mediante a pesquisa desenvolvida, foi possível responder o questionamento que se intentava saber: Quais as motivações para a criação, institucionalização e consolidação do Senac na cidade de Maringá, Paraná?

A hipótese que se levantou foi de que as motivações para todo o desenvolvimento do Senac em Maringá foram fomentadas pelo fortalecimento, crescimento e rumos tomados pelo comércio maringaense que demandava mão de obra qualificada e especializada para suprir suas demandas.

Para consolidar a veracidade da hipótese e torná-la conclusão deste estudo, no decorrer do trabalho, enfrentaram-se vários obstáculos, sendo que o maior deles, foi a localização das fontes necessárias para a investigação que havia sido proposta. Como a pesquisa tem caráter documental e bibliográfico, muito tempo e dispêndio de esforço foram necessários para que pudéssemos dispor de fotos, jornais, leis, ementas e relatórios de gestão para compor o material a ser analisado.

Estas fontes, inicialmente, foram encontradas no Senac de Maringá e na Administração Regional do Senac Paraná, localizada em Curitiba. Porém, ao longo do período da escrita, mais precisamente na terceira seção, lacunas foram encontradas que não permitiam chegar a uma análise final e, diante do imprevisto, foi preciso acionar a bibliotecária da unidade do Senac Curitiba, primeira unidade do estado, e o Departamento Nacional do Senac, localizado na cidade do Rio de Janeiro, os quais contribuíram com informações e documentos para a conclusão do nosso estudo. Constatamos que não há na instituição uma cultura sistematizada de preservação de fontes, ficando evidente a necessidade de criação de locais que garantam uma melhor organização e conservação dos documentos para que a história da instituição não seja dispersada, deteriorada e perdida ao longo dos anos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram analisadas as transformações dos processos educativos e de qualificação profissional entre o período de 1955 a 1982, por meio da trajetória da educação técnica profissional no país e no estado do Paraná. Uma educação desenvolvida para atender ao proletariado, estimulada como forma de inserção no mercado de trabalho diante do cenário de expansão e desenvolvimento encontrado no estado e no país no período.

Com a pesquisa, procurou-se compreender historicamente as implicações do Senac na sociedade maringaense e, para tal delineamento, tratamos da inserção desse objeto no tempo e no espaço e suas relações com os contextos estadual e nacional. O processo inicial da instituição na cidade foi trazido pelo despontamento econômico e social apresentado por Maringá à época, continuado em uma progressão aritmética justificando a presença do Senac e fomentando a consolidação da instituição, a qual justificamos pelo aumento do número de matrículas e turmas. Consolidação esta, que foi alinhada com o crescimento do comércio no município.

A pesquisa permitiu que se analisassem as transformações do processo educativo e de qualificação profissional dentro do período no qual foi proposto o estudo. Foram analisados modalidades, tipos de ensino, principais cursos que eram oferecidos pelo Senac Maringá. Com uma representatividade significativa, os cursos mais procurados, no período estudado, foram o de Datilografia, Auxiliar de Escritório e Relações Humanas no Trabalho, dos quais, com um montante de 7256 matrículas, o primeiro representava 53% delas, totalizando 3861; o segundo

garantia 24%, com 1719 matrículas; e o terceiro 23% da procura; que totalizavam 1676 matrículas. Esses números nos levaram a investigar a evolução das ementas e das estruturas curriculares desses cursos e também a concluir que eles estavam em perfeita sintonia com os anseios do setor produtivo maringaense.

Outro aspecto que se destacou neste estudo foi que o ensino ofertado pelo Senac acompanhou as mudanças propostas pelas LDBs, por isto, ao analisar suas modalidades, verificamos que eram tomados os decretos – Leis nº 4.024/1961 e nº 5.692/1971 – como marco e, à medida que se propunham mudanças para a educação profissional nacional, o impacto era/é direto na forma do Senac fazer educação. Tanto que, atualmente, as modalidades de ensino realizadas pela educação Senac seguem as determinações da última Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/1996. Desta forma, identificou-se que o Senac é uma instituição que atua pedagogicamente no mercado, seguindo o que é proposto pela legislação nacional.

Por fim, historiar o Senac de Maringá foi uma experiência muito rica, cheia de desafios, porque, como já mencionamos, em nossa busca e levantamentos do estado da arte, encontramos registrado apenas um trabalho no país sobre o tema. Espera-se que esta pesquisa contribua com a educação de modo geral, sobretudo para a educação profissional maringaense, paranaense e brasileira. Além disso, que as considerações realizadas nesta dissertação sirvam de estímulo para novas pesquisas sobre esta instituição.

Temos clareza que este trabalho não esgotou o assunto, há muito a se pesquisar, a se estudar e a se investigar sobre a história desta instituição educativa que se faz presente no Brasil há mais de 70 anos. Concluimos que há um terreno fértil a ser explorado e que o estudo realizado poderá suscitar novas investigações, dentre elas destacamos: História do Senac Maringá após 1982, práticas escolares desenvolvidas durante, e posteriormente, o período estudado, arquitetura escolar, explorar o currículo escolar em aspectos que não foram abordados neste trabalho. Estas e outras informações, somadas à pesquisa realizada, poderão agregar conhecimento na trajetória da instituição, assim como para a história da educação no município de Maringá.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arthur. **Maringá: ontem, hoje e amanhã**. Maringá, PR:Rumo Gráfica, 1979.

ANDRADE, Francielle. Aparecida. Garuti de. **O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962 – 1989)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – 386f. 2016. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2016.

AROCA, Antonio Carlos. **Competências docentes na educação profissional: a percepção de docentes do SENAC – PR**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações) – Centro Universitário UNICESUMAR, Maringá, PR, 2015.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BACICHETI, Marta. **Abordagem sobre a contribuição do Senac na Formação de Obra de Maringá 1979-1980**. 100f. 1982 (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 1982.

BARROS, Rosanna. **Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida**. Genealogia dos conceitos em educação de adultos: um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional. Lisboa: Chiado, 2011.

BERLOFFA, Viviane de Oliveira. **Colégio Estadual DR. Gastão Vidigal (1953-1975): Uma História no Ensino Paranaense**. 145f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

BOLETIM. **Fecomércio**, junho de 2015. Disponível em: <[http://www.fecomercio.pr.com.br/publication/boletim-especial-senac-68-anos/wppa\\_open/](http://www.fecomercio.pr.com.br/publication/boletim-especial-senac-68-anos/wppa_open/)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BORGES, Vera Lucia Abrão. Formação técnica e moralização: História do SENAI em Uberlândia. 1979 a 1985. In: III CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 3. 2006, São João Del Rei. **Anais...** São João Del Rei: Editora da UFSJ, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 4.048**, de 22 de janeiro de 1942. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro:

Governo Federal, 1942a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 4.073**, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1942b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 4.127**, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília, DF: Governo Federal, 1942c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, RJ: Governo Federal, 1942d. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ: Governo Federal, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em: 4 de agosto. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 6.141**, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, RJ: Governo Federal, 1943b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 20.068**, de 30 de novembro de 1945. Reconhece a Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, RJ: Câmara Legislativa, 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-20068-30-novembro-1945-480483-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.529**, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, RJ: Governo Federal, 1946e. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, RJ: Câmara Legislativa, 1946a. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 8.621**, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Governo Federal, 1946b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 8.622**, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Governo Federal, 12 jan. 1946c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial [da] União Executivo, Rio de Janeiro, RJ: Câmara Legislativa, 1946d. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Governo Federal, 14 de dezembro de 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 61.843**, de 05 de dezembro de 1967. Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dá outras providências. Brasília, DF: Governo Federal, 05 dez. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D61843.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D61843.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Governo Federal, 1971a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 6545**, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF: Governo Federal, 1978. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm)> Acesso em: 4 de agosto. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 5.728**, de 16 de março de 2006. Aprova alterações no Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, de que trata o Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967. Brasília, DF: Governo Federal, 2006a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5728.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5728.htm) >. Acesso em: 04 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 853/71**, 12 de dezembro de 1971, CFE. Núcleo Comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei 5.692. **Documenta**, n. 132, Rio de Janeiro, 1971b.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº45/72**, 12 de janeiro de 1972, CFE. A qualificação para o trabalho no ensino de 2.º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Brasília, DF, 1972.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 7044/82**, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Governo Federal, 1982. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm)>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Governo Federal, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html)>. Acesso em: 4 ago. 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: 2009. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)> Acesso em: 09 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre as tendências mundiais de emprego para 2009**. Brasília, DF: OIT Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/relat%C3%B3rio-da-oit-sobre-tend%C3%A2ncias-mundiais-de-emprego-para-2009>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de educação**. 2017. Disponível em: <[www.deolhonosplanos.org.br](http://www.deolhonosplanos.org.br)>. Acesso em: 4 jan. 2017.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel. Moura et al. (Orgs.).

**Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2002. p. 151- 163.

CAMARGO, Orson. A mulher e o mercado de trabalho. **Brasil Escola.** 2015. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CAMPONES, Kelly Cristina. **História, trabalho e educação: ensino profissionalizante do Senai.** Dissertação(Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR: 2012.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional.** Universidade Federal do Pará, 2009. Disponível em: <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEduacional/CANALI.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CARAÇATO, Viviane de Oliveira Berloff. **Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1975): uma história no ensino maringaense.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central na dialética marxista.** Outubro, n.15, 1.set. 2007.

CASTANHO, Maria Eugênia. **Trabalho, educação e sociedade: práticas pedagógicas e formação do educador.** Linhas Críticas, Brasília, v. 14, n. 27, p. 177-190, jul /dez. 2008.

CASSAB, Mariana. **A produção em história das disciplinas escolares pela escrita de pesquisadores brasileiros.** Revista brasileira de História da Educação, n. 23, p.225- 251, maio/ago. 2010

CHAIN. **Dicionário histórico-biográfico do Paraná.** Curitiba: Banco do Estado do Paraná, 1991.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. **Ensino profissional feminino em Curitiba: A Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955).** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná. **Estudo para a formação de técnicos de nível médio no Estado do Paraná**, v. 1, an. 1966.

CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues da. **Política Educacional no Brasil: a profissionalização do Ensino Médio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

\_\_\_\_\_. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

\_\_\_\_\_. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912-933 out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00912.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DIAS, Reginaldo Benedito; TONELLA, Celene. **A experiência do legislativo municipal em Maringá – 1947/1998**. Maringá, PR: Câmara Municipal, 1999.

DOMINSCHEK, Desirê Luciane. **O escudo: a alma do SENAI-PR 1949-1962**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ENGENHEIROS DO HAWAII. **Nós somos quem queremos ser**. Brasília: 1988. BMG. Disco Ouça o que eu digo: Não ouça ninguém.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9. **Anais Eletrônicos**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio.(Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FURINI, Isabel. **Desafios e triunfos**: Senac Paraná 60 anos. Curitiba: SENAC PR, 2007.

GALHINDO, José. Formação para o trabalho e profissionalização no Brasil – da assistência à educação formal. In: MÜLLER, Meire Terezinha; BATISTA, Eraldo Leme (Orgs.). **A educação profissional no Brasil**: Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 39-57.

GOMES, Helica Silva Carlos. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil – Uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: MULLER, Meire Terezinha; BATISTA, Eraldo Leme (Orgs.). **A educação profissional no Brasil**: Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 59-81.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **História da formação de professores em Maringá**: a escola normal secundária entre as décadas de 1950 e 1970. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

HERVATINI, Luciana. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas**: dois relatos de um mesmo cenário no interior do Paraná. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

IVASHITA, Simone Burioli. **Produção discente do Mestrado em Educação da UEM (1993-1999)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.

JORNAL. **O diário de Maringá**, de 29 de abril de 1982 Maringá, PR, 1982.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Aldivina Américo de. **Ginásio Maringá (1952-1963)**: história da implantação de uma instituição escolar. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2011.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá, PR: Edição da Prefeitura do Município de Maringá, 1997.

MACHADO, Lucíliade Souza. **Educação e divisão social do trabalho:** contribuição do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Cortez, 1982.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARINGÁ. **Histórico.** Disponível em: <[www.maringa.com](http://www.maringa.com)>. Acesso em: 10 jan. 2017

MARTINS, Simone Maria. **O ensino superior a distância na perspectiva da qualidade:** o curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá– PARANÁ. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl **O capital:** crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. v. 1, livro 1.

MILAN, Pollianna. **Um salto para a modernidade** – primeiros espigões de Curitiba guardam segredos de uma sociedade que começava a se desenvolver. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-salto-para-a-modernidade-bc7mm2hhpc4qi92n95fsdrln2>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “Popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos:** tópicos em história da educação. São Paulo: Edusp, 2001. P 169- 247.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Formação de Professores: perspectivas para a pesquisa em educação. In: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (Org.). **Educação em Debate:** perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

NASCIMENTO, Manoel Nelito. História, trabalho e educação no Brasil: os primórdios da educação profissional. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Londrina, PR, v. 3, n. 2, p. 15-25, dez. 2011.

NASCIMENTO, Vanessa. Melo. **Ensino técnico-profissionalizante no Paraná: análise de sua trajetória**. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final do século: um balanço. In: FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NUNES, Antonietta d' Aguiar. Fontes para a História da Educação. **Práxis educacional**, v. 2, p. 187-206, 2006.

OLIVEIRA, Adriano Santos Osmar de. **O campus-sede da Universidade Estadual de Maringá – UEM: um estudo do ambiente construído**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2006.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OTRANTO, Celia Regina. **Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: Dicotomia na educação e na sociedade brasileira**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1948 pelo Sr. Moysés Lupion**. Curitiba: Governo do Paraná, 1948.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa ordinária de 1948 pelo Sr. Moysés Lupion**. Curitiba: Governo do Paraná, 1957.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de atividades referente ao ano de 1962**. Curitiba: SEC, 1962.

\_\_\_\_\_. **Plano de Educação**. Trabalho realizado pelo grupo de estudos de educação do instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba – IPPUC. Concluído em fevereiro de 1968. Governador: Paulo Cruz Pimentel; Prefeito: Osmar Sabbag; Secretário de educação: Carlos Alberto Moro, Curitiba, 1968.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A ação político-educativa da Igreja Católica no jornal de Maringá**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.

PERES, Eliane. Discursos pedagógicos e práticas escolares: a trajetória de uma pesquisa histórica sobre a escola pública primária gaúcha. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORREA, Rosa Lydia Teixeira (Orgs.). **A educação escolar em perspectiva histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 103-142.

PINTO, Geraldo. Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIOLA, Geslaine Cristina Tamião. **A cultura escolar: colégio paroquial Santo Inácio, suas festas e comemorações (1957-1965)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2013.

PREVITALI, Fabiane Santana. Estudos setoriais. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso, et al. **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. Curitiba: CRV Editora, 2013.

REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, Edição Comemorativa do Jubileu de Prata, 1972.

ROBLES, Orivaldo. **A Igreja que brotou da mata: 50 anos da Diocese de Maringá**. Maringá, PR: Dental Press, 2007.

RODRÍGUES, Margarida. Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira de; FABIANO, Luiz. Hermenegildo (Orgs) **Fontes e métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p. 61-86, jan./jun. 2005.

RODRIGUES, Silva Adalgisa; ROSSI, Ednéia Regina. Educação de Jovens e Adultos: memórias do grupo escolar noturno Visconde de Nácar em Maringá (1947-1958). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 35, p. 29-47, set. 2009.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SABBI, Volmir. **Políticas Educacionais no Brasil a dualidade educacional nas trajetórias de escolarização e profissionalização**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

SANCHES, Antenor. **Maringá: sua história e sua gente**. Maringá: Massoni, 2002.

SANTANA, Graciane. Gomes. **A reconstrução histórica do Senac de Uberlândia – MG (1954 – 1974)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, et al (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.p. 205- 224.

SAVIANI, DEMERVAL. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias, In: FERRETTI, Celso João et al. (Orgs) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SAVIANI, DEMERVAL. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: INICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

SAVIANI, DEMERVAL. **A nova Lei da Educação: LDB – Trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores associados Ltda, 2006.

SAVIANI, DEMERVAL. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCALETISKY, Eduardo Carlos. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo como modelos de racionalidade. **Revista Rural**, Série Ciências Humanas, v. 19/21, n. 1-2, p. 133-142, jun. 1999.

SCHAFFRATT, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal em Maringá: o ensino público como projeto político**. 2011. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Marlete\\_Schaffrath\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marlete_Schaffrath_artigo.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2016.

SENAC/BR. **Missão do Senac**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2017. Disponível em: <[www.senac.com.br](http://www.senac.com.br)>. Acesso em: 7. Fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Senac 60 anos**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_. **Senac 70 anos**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2016. Disponível em: <<http://www.senac.br/70anos>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ementa: Relações Humanas no Trabalho**. Ano de 1972. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 1972

SENAC/PR. **Relatório de Gestão referente ao ano de 1947**. Curitiba: Administração Regional, 1947.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão referente ao ano de 1950**. Curitiba: Administração Regional, 1950.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão referente ao ano de 1951**. Curitiba: Administração Regional, 1951.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão. Período 1955 à 1982**. Curitiba: Administração Regional, 1955 a 1982.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico do Senac Paraná**. Curitiba: Administração Regional, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ementa: Datilografia**. Ano de 1964. Curitiba: Administração Regional, 1964.

\_\_\_\_\_. **Ementa: Relações Humanas no Trabalho**. Ano de 1964. Curitiba: Administração Regional, 1964.

\_\_\_\_\_. **Ementa: Auxiliar de Escritório**. Ano de 1964. Curitiba: Administração Regional, 1964

\_\_\_\_\_. **Ementa: Programa de Administração de Empresas**. Ano de 1964. Curitiba: Administração Regional, 1964.

\_\_\_\_\_. **Ementa: Datilografia**. Ano de 1979. Curitiba: Administração Regional, 1979.

\_\_\_\_\_. **Ementa: Auxiliar de Escritório**. Ano de 1979. Curitiba: Administração Regional, 1979.

SENAC/MARINGÁ. **Inauguração do Minicentro do Senac em Maringá em 1973**. Maringá: Arquivo de Fotos, 1973.

\_\_\_\_\_. **Fachada da nova instalação do Senac em Maringá em 1982**. Maringá: Arquivo de Fotos, 1982.

SESC/BR. **Origem dos recursos do SESC e SENAC**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2016. Disponível em: <[www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br)>. Acesso em: 26.jan. 2017.

SESTITO, Eloiza Amália Bergo. **Trajetórias partilhadas: as transformações dos conceitos de arte e cultura que norteiam a prática pedagógica dos professores de arte do ensino médio da rede estadual de Maringá**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.

SILVA, Gescielly Barbosa da. **A disciplina de Psicologia da Educação na escola normal secundária de Maringá no período de 1950 a 1970**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2008.

SILVA, Miguel. Fernando. Peres.; GOMES, Dirceu. Herrero. **A solidez de um legado**. Maringá: Sinergia, 2016.

SILVA, Mariana Favareto; QUINTELLA, Siumara Siveira Melo. A categoria da totalidade concreta: o epistemológico e o ontológico na definição de um objeto de investigação científica. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, SP, v. 1, n. 1, p. 245-256, 2014.

SOUZA, Viviane de. **A institucionalização da educação pré-escolar municipal de Maringá: do parquinho infantil à Unidade Polo de ação da pré-escola – UPAPE (1969-1974)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

TORREZAN, Carmen. **Categorização da produção discente do programa de pós-graduação em educação da UEM (PPE/UEM) no período de consolidação (1990-1999)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, SP, 2009.

TREVIZAN, Antonio Theolindo. **Qualificação profissional dirigida a populações urbanas de baixa renda**. Curitiba, PR: AR/SENAC, 1982.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VERCEZI, Jaqueline Telma. **Gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2001.

VINÃO, Antonio. **A história das disciplinas escolares**. *Revista brasileira de História da Educação*, n.18, p. 173-215, set/dez. 2008.

WEISTEIN, Barbara. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: Histórico. **E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem. 2008.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

**Quadro 1:** Pesquisas encontradas totalizam 22, sendo 3 Teses e 19 Dissertações. Apenas uma dissertação com o tema na área de História da Educação.

Título	Autor	Área do conhecimento	Linha de Pesquisa	Orientador	Universidade	Tipo de pesquisa	Ano	Palavras chaves
A reconstrução Histórica do Senac de Uberlândia - MG (1954-1974).	Graciane Gomes Santana	Educação	História da Educação	Vera Lucia Abrão Borges	Universidade Federal de Uberlândia	Mestrado	2007	Instituições Educativas, Ensino Profissionalizante, História, Educação.
O Senac São Paulo e a educação: o ponto de vista dos dirigentes	Claudia Galante	Educação	Formação de Educadores	Zeila de Brito Fabri Demartini	Universidade Metodista de São Paulo	Mestrado	2011	Cursos e programas; formação de docentes; aprendizagem comercial.
Educação on-line: uma investigação acerca do uso da metodologia moodle no curso de especialização em educação a distância do Senac Maranhão.	Roure Santos Ribeiro	Educação	Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas	Antonio Paulino de Sousa	Universidade Federal do Maranhão	Mestrado	2011	Educação online; moodle; mediação pedagógica.
Práticas formativas nas unidades móveis do Senac: Repercussões à educação profissional na Amazônia Paraense	Erbio dos Santos Silva	Educação	Políticas Públicas Educacionais	Gilmar Pereira da Silva	Universidade Federal do Pará	Mestrado	2011	Unidade móvel; parcerias; unilateral; mudança; educação.
As relações entre o ensino médio e a educação profissional: o caso de um curso técnico de contabilidade do Senac DF	Martha Ludovico Cassimiro	Educação	Política, Gestão e Economia da Educação	Candido Alberto da Costa Gomes	Universidade Católica de Brasília	Mestrado	2011	Ensino Médio; curso técnico de contabilidade; Educação profissionalizante.
A educação profissional e a reestruturação produtiva no mundo do	Thais Cristina	Educação	Políticas e gestão em educação	Robson Luiz de Franca	Universidade Federal de Uberlândia	Mestrado	2011	Reestruturação produtiva; educação profissional; trabalho

Título	Autor	Área do conhecimento	Linha de Pesquisa	Orientador	Universidade	Tipo de pesquisa	Ano	Palavras chaves
trabalho: os impactos na formação da força de trabalho do Senac (Sistema Nacional De Aprendizagem Comercial) da cidade de Montes Claros/ MG	Figueiredo Rego							
A emocionalidade na educação superior	Iselda Pereira	Educação	Processos Educativos	Roque Strieder	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Mestrado	2011	Paradigma newtoniano/cartesiano; emocionalidade; complexidade
Aprendizagem por projetos para o desenvolvimento de competências: uma proposta para a educação profissional.	Estevão de Jesus Bento	Educação	Práticas pedagógicas e formação do educador	Vera Lucia de Carvalho Machado	PUC CAMPINAS	Mestrado	2011	Ensino Profissionalizante, Professores, Formação, Prática Profissional.
Educação profissional: a avaliação da aprendizagem e a lógica das competências	Rosângela de Oliveira Pinto	Educação	Práticas pedagógicas e formação do educador	Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha	PUC CAMPINAS	Mestrado	2011	Ensino Profissional, Aprendizagem, Avaliação.
Formação pedagógica dos professores do ensino técnico: caminhos históricos para um paradigma da complexidade	Lucymara Carpim	Educação	Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores	Marilda Aparecida Behrens	PUC PR	Mestrado	2011	Educação continuada, Formação de professores, Educação Profissional.
Itinerários: olhares sobre as trajetórias dos profissionais surdos (as)	Juliana Fátima da Silva Chaves	Educação	Formação de Professores, Teorias e Práticas Educativas	Ana Maria Colling	Centro Universitário La Salle	Mestrado	2011	Educação profissional; currículo; acessibilidade.
Gestão do desenvolvimento de curso a distância: investigação sobre a própria prática.	Ligia Cristina Bada Rubim	Educação	Novas tecnologias em educação	Maria Elizabeth Bianconcini Trindade	PUC SÃO PAULO	Doutorado	2011	Gestão; Desenvolvimento de cursos; Educação a distância.

Título	Autor	Área do conhecimento	Linha de Pesquisa	Orientador	Universidade	Tipo de pesquisa	Ano	Palavras chaves
				Morato Pinto de Almeida				
Desenvolvimento profissional de professores de cursos superiores de tecnologia	Roberta Rotta Messias de Andrade	Educação	Processos psicossociais na formação e no exercício profissional de educadores	Marli Eliza Dalmazo Afonso de Andre	PUC SÃO PAULO	Doutorado	2011	Formação de professores, desenvolvimento profissional docente.
O programa Senac de gratuidade e os desafios diante da promoção da cidadania.	Katia Christina Soares de Morais Correa	Educação	Política, Gestão e Economia da Educação	Ranilce Mascarenhas Guimaraes Losif	Universidade Católica de Brasília	Mestrado	2012	Educação profissional; cidadania; inclusão social.
A evasão escolar no programa Senac de gratuidade (PSG): um estudo de caso no distrito federal.	Ledir Junior de Almeida	Educação	Política, Gestão e Economia da Educação	Wellington Ferreira de Jesus	Universidade Católica de Brasília	Mestrado	2012	Evasão escolar; educação profissional; curso técnico de nível
Educação não formal: um olhar sobre uma experiência em Campinas - SP	Paula Renata Bassan Morais	Educação	Teorias e Educação	Maria da Gloria Marcondes Gohn	Universidade Nove de Julho	Mestrado	2012	Educação não normal, associativismo e projetos sociais.
Ensino médio para todos: gargalos a superar.	Leonardo Claver Amorim Lima	Educação	Política, Gestão e Economia da Educação	Candido Alberto da Costa Gomes	Universidade Católica de Brasília	Mestrado	2012	Ensino fundamental, ensino médio, democratização.
Formação para o trabalho: programas jovem aprendiz e educação para o trabalho	Patricia Paiva Gonçalves	Educação	Sujeitos, Formação e Aprendizagem	Potiguara Acacio Pereira	Universidade Cidade De São Paulo	Mestrado	2012	Formação; Trabalho; Educação; Aprendizagem; Jovem Aprendiz.
Negociação interdisciplinar: possibilidades para construção coletiva	Adalzira Regina de Andrade Silva	Educação	Interdisciplinaridade	Ivani Catarina Arantes Fazenda	PUC SÃO PAULO	Mestrado	2012	Interdisciplinariedade; Negociação; Reconhecimento.

Título	Autor	Área do conhecimento	Linha de Pesquisa	Orientador	Universidade	Tipo de pesquisa	Ano	Palavras chaves
Ensino médio para todos: gargalos a superar.	Leonardo Claver Amorim Lima	Educação	Política, Gestão e Economia da Educação	Candido Alberto da Costa Gomes	Universidade Católica de Brasília	Mestrado	2012	Ensino fundamental, ensino médio, democratização.
O Educador e sua contribuição para a (Trans) formação da vida de jovens no programa educação para o trabalho.	Fátima Regina Colevate	Educação	Práticas pedagógicas e formação do educador	Maria Auxiliadora Bueno Andrade Megid	PUC-CAMPINAS	Mestrado	2012	Transformação social e mundo do trabalho, Ed. Social
Educação profissional: metodologias inovadoras	Welington Bueno De Oliveira	Educação	Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores	Marilda Aparecida Behrens	PUC PR	Mestrado	2014	

Fonte: elaborada pela autora (2017).

## APÊNDICE B

**Quadro 2:** Pesquisas encontradas: 9 Artigos e/ou Trabalhos em Eventos

Título	Autor	Área do conhecimento	Linha de Pesquisa	Orientador	Universidade	Tipo de pesquisa	Ano	Palavras chaves
A ciência do trabalho europeia e a educação profissional no Brasil no início do séc XX	Gilson Leandro Queluz	Educação			CEFET PR	Artigo	SBHE	3º congresso
As teorias das crises em suas interfaces com a qualificação de trabalhadores através do ensino técnico de nível médio em Uberlândia - MG (1985-2004).	Jane Maria dos Santos	Educação	Políticas Educacionais e Movimentos Sociais	Carlos Alberto Lucena	Universidade Federal de Uberlândia	Artigo referente a dissertação de Mestrado	SBHE	4º congresso
História e trabalhadores no Brasil contemporâneo: Educação profissional e políticas neoliberais.	Patricia Vieira Trópia	Educação	Políticas Educacionais e Movimentos Sociais		PUC Campinas	Artigo	SBHE	4º congresso
A relação do trabalho e educação e o ensino profissional no Brasil: Retomado os elementos onto-históricos	Maurilene do Carmo, Jackline Rabelo, Maria das Dores Mendes Segundo	Educação				Artigo	SBHE	5º congresso
A educação profissional no Brasil: os meandros de sua formação com a atuação do estado.	Desiré Luciane Dominschek Lima	Educação			Universidade Estadual de Campinar	Artigo	SBHE	7º congresso

Título	Autor	Área do conhecimento	Linha de Pesquisa	Orientador	Universidade	Tipo de pesquisa	Ano	Palavras chaves
A experiência do Senai na formação de técnicos de nível secundário.	Wojcieh Andrzej Kulesza	Educação			Universidade Federal da Paraíba	Artigo	SBHE	7º congresso
História, Trabalho e Educação: Relações do Senai Ponta Grossa neste contexto.	Kelly Cristina Campones	Educação		Maria Isabel Nascimento	UFPD	Artigo referente a dissertação de Mestrado	Jornada HistedBR	X jornada
A educação profissional: discussões sobre a institucionalidade do Senac/PA na Amaxônica Paraense	Érbio dos Santos Silva	Educação	Políticas públicas em Educação		PPGED/UFPA	Artigo		Educação Profissional, Institucionalidade, Cidadania, SENAC/PA, Estratégia.
Paradigma da complexidade na prática pedagógica do professor de Educação profissional no séc XXI	Lucymara Carpim	Educação	Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores	Marilda Aparecida Behrens	PUC PR	Artigo	2014	Prática pedagógica, Paradigma da Complexidade.

Fonte: elaborada pela autora (2017)

**ANEXOS**

ANEXO A – Programação de cursos no Senac Paraná no ano de 1975.

ENSINO PRÓPRIO — 1.975

ÁREA E CURSO	NATUREZA	LOCALIDADE	MODALIDADE DE CREDITO				MÉTODOS E TÉCNICAS				Nº DE TURMAS	Nº DE HORAS AULA	DÁTAS		MATERIA - CULA		MATERIA - CULA		Nº DE APROVAÇÃO
			C. P. P.	MINI	CENTRO	UNINO	SA	TR	DR	DS			ES	OUTRO	INI - CTO	TÉR - MINO	EMISSÃO	EFETIVA	
Comércio Exterior Atividade em Venda Interferência de Venda	A	Maringá .....	X				X	X	X	X	01	20	21/07	27/07	25	08	17	17	
		Curitiba .....		X			X	X	X	X	03	60	20*	20*	100	01	99	99	
		Apucarana .....		X			X	X	X	X	01	20	05/02	21/02	32	07	25	25	
		Cianorte .....			X		X	X	X	X	01	20	30/04	14/05	36	04	32	32	
		Curitiba .....		X			X	X	X	X	07	140	20*	-	208	27	181	175	
		Maringá .....		X			X	X	X	X	01	20	13/03	26/03	25	03	22	22	
		Paranavaí .....		X			X	X	X	X	01	20	31/03	10/04	47	03	44	44	
		Ponta Grossa ..		X			X	X	X	X	01	20	14/07	25/07	20	02	18	18	
		Umuarama .....		X			X	X	X	X	01	20	15/04	29/04	35	09	26	26	
		Apucarana .....	A	Curitiba .....	X			X	X	X	04	80	20*	-	151	21	130	129	
Intr. Estudo de Marketing	A	Curitiba .....		X			X	X	X	01	20	23/09	03/10	31	06	25	24		
		Londrina .....		X			X	X	X	02	40	20*	-	61	03	58	58		
		Maringá .....		X			X	X	X	01	20	15/04	29/04	35	09	26	26		
		Umuarama .....		X			X	X	X	01	20	19/05	30/05	38	06	32	31		
		Curitiba .....		X			X	X	X	01	20	21/07	01/08	23	-	23	22		
		Umuarama .....	A	Curitiba .....	X			X	X	X	01	20	11/12	17/12	05	05	05	05	
		Curitiba .....		X			X	X	X	03	60	20*	-	87	10	77	77		
		Curitiba .....	A	Curitiba .....	X			X	X	X	03	60	07/10	17/10	93	07	86	86	
		Alvorada do Sul.	A	Curitiba .....	X			X	X	X	03	20	08/07	18/07	64	01	59	59	
		Psicologia de Venda Semin. Instrutores de Venda Supervisão de Venda Técnica de Venda	A	Andaraí .....		X			X	X	X	01	20	20*	-	71	16	55	55
Apucarana .....				X			X	X	X	02	40	02/04	15/04	56	04	52	52		
Bandeirantes ..				X			X	X	X	01	20	21/07	30/07	58	04	54	54		
Barracão .....				X			X	X	X	01	20	20/11	03/12	42	03	39	39		
E.V. Paraiso ..				X			X	X	X	01	20	24/12	07/03	27	06	21	21		
Califórnia .....				X			X	X	X	01	20	13/01	24/01	36	06	30	30		
Cambira .....				X			X	X	X	01	20	13/01	24/01	36	06	30	30		

NATUREZA	LOCALIDADE	POPULAÇÃO OPERATIVA		C.F.P.	E.S.A.	IP	DR	DPS	EC	EB	OUTROS	Nº DE TURMAS	HORAS AULA	CIO	TÉR- MINO	CUMA TOTAL	CUMA ENRQTS	CUMA ERETINA	CUMA MARCHA
		INICIAL	FINAL																
	Cascavel .....	X	X						X	X		01	20	24/11	05/12	38	09	29	29
	Cidade Gaúcha .	X	X						X	X		02	40	02/06	13/06	126	02	124	124
	Clevelândia ...	X	X						X	X		01	20	30/04	14/05	37	04	33	33
	Cornel.Procópio	X	X						X	X		01	20	26/02	07/03	64	-	64	64
	Cruz.Oeste ....	X	X						X	X		02	40	19/05	30/05	87	-	87	87
	Curitiba .....	X	X	X					X	X		05	100	20*	-	143	17	126	122
	Frcº.Beltrão ..	X	X						X	X		01	20	24/02	07/03	56	10	46	46
	Irati .....	X	X						X	X		01	20	13/03	6/03	32	01	31	31
	Jacarezinho ...	X	X						X	X		01	20	27/01	07/02	34	02	32	32
	Jandaia do Sul.	X	X						X	X		01	20	24/04	09/05	32	07	25	25
	Joaquim Távora.	X	X						X	X		01	20	05/11	18/11	27	01	26	26
	Londrina .....	X	X	X					X	X		04	80	20*	-	156	20	136	133
	Maringá .....	X	X						X	X		03	60	20*	-	85	15	70	70
	Nova Fátima ...	X	X						X	X		02	40	20/10	31/10	82	02	80	80
	Palmas .....	X	X						X	X		01	20	15/04	29/04	25	-	25	25
	Palmeira .....	X	X						X	X		02	40	20*	-	76	-	66	66
	Paranaguá .....	X	X						X	X		01	20	19/05	30/05	28	-	28	28
	Pato Branco ...	X	X						X	X		01	20	06/02	21/02	27	05	22	22
	Ponta Grossa ...	X	X						X	X		01	20	13/10	24/10	28	05	23	23
	Porcatu .....	X	X						X	X		01	20	08/12	19/12	52	01	51	51
	Ribeirão Claro.	X	X						X	X		01	20	21/07	01/08	25	02	23	23
	Salto do Lontra	X	X						X	X		01	20	06/08	16/08	45	02	43	43
	Stº. Antº. Sudoes.	X	X						X	X		01	20	18/08	29/08	37	-	37	37
	S. João do Ivaí.	X	X						X	X		02	40	06/08	19/08	90	08	82	82
	S. Mateus do Sul	X	X						X	X		01	20	27/03	10/04	34	01	33	33
	Siqueira Campos	X	X						X	X		01	20	22/05	05/06	41	02	39	39
	Umuarama	X	X						X	X		02	40	20*	-	66	09	57	57
	União da Vitória	X	X						X	X		01	20	12/11	25/11	29	03	26	26



ÁREA E CURSO	NATURZA	LOCALIDADE	OPERATIVAS, SERVIÇOS E TRANSAÇÕES										Nº DE TURMAS	HORAS/AULA	CICLO	DATA INÍCIO	DATA FIM	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
			CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE	CONTABILIDADE									
5. Corretor de Imóveis	I	Curitiba	X											01	20	17/11	26/11	46	03	63	83
		Londrina	X											03	60	20*	-	87	04	83	126
TOTAL DA ÁREA 5: ARMAZENAGEM, EMBALAGEM E EXPEDIÇÃO DE MERCADORIAS														05	100	-	-	149	13	136	75
6. Corretor de Imóveis	I	Curitiba	X											03	404	136*	-	96	20	76	19
		Londrina	X											02	280	140*	-	23	04	19	220
TOTAL DA ÁREA 6: CORRETAGEM														06	805	-	-	268	37	231	17
7. Adestamento Datilográfico. Aperf.P/Contabilistas Auxiliar de Escritório Aux. Escritório e Vendas ECTS Cadastrista Correspondência Comercial.	A	Cascavel	X											01	60	09/12	24/12	20	01	19	10
		Pato Branco	X											01	60	10/09	23/10	18	08	10	15
		Umuarama	X											01	60	15/05	30/06	20	05	24	24
		Umuarama	X											01	45	11/07	31/07	40	16	80	70
		Curitiba	X											04	1.632	408*	-	129	49	80	221
		Curitiba	X											09	4.140	460*	-	340	90	250	158
		Londrina	X											06	2.670	445*	-	211	30	181	40
		Apucarana	X											01	30	16/09	29/09	42	02	40	117
		Apucarana	X											01	180	45*	-	35	02	33	33
		Apucarana	X											01	45	03/02	24/02	25	-	25	27
		Califórnia	X											01	45	05/08	25/08	36	09	27	28
		Cambé	X											01	45	30/06	18/07	30	02	28	12
		Cambira	X											01	45	06/10	24/10	21	06	15	716
		Cascavel	X											01	45	22/09	10/10	921	79	742	36
		Castro	X											01	1.170	45*	-	40	04	60	60
		Curitiba	X											01	45	17/03	18/04	60	-	19	19
		Frcs. Beltrão	X											02	90	45*	-	23	04	19	53
Guarapuava	X											01	45	13/10	31/10	68	15	53	45		
Irati	X											02	90	45*	-	55	10	45	45		
Jandaia do Sul	X											02	90	45*	-	55	10	45	45		
Londrina	X											02	90	45*	-	55	10	45	45		



ÁREA E CURSO	NATUREZA	LOCALIDADE	OPERATIVAS MÉTODOS E TÉCNICAS										HORAS/ AULA	CIG	MÍNIO	TOTAL	COMPL. VINCULA.	COMPL. EFETIV.	MÉDIA		
			G.P. a.	OLINDA - INIAE	ONINDA	S. P. e	1B	DR	DPS	PC	GR	OUTROS									
Escrituração Agrícola	A	Telemaco Borba.	X												03	360	19/05	12/08	60	05	55
Estad. Aplic. Org. Comerciais	A	Umuarama	X	X											06	720	120 *	-	120	12	108
Faturista	I	Curitiba	X												01	20	25/08	05/09	46	03	43
Inic. à Prát. Contábil	I	Umuarama	X												02	40	20*	-	61	05	56
Metod. Ensino de Datalogr.	A	Apucarana	X												01	40	01/11	30/11	93	-	93
Metod. Ens. Prát. Escritório	A	Apucarana	X												01	30	25/11	09/12	29	05	24
Prática de Escritório .UM.	I	Cambé	X	X											01	75	15/01	13/02	27	01	26
		Curitiba	X												01	75	26/05	27/06	16	03	13
		Londrina	X												01	75	06/10	10/11	33	06	27
		Curitiba	X												01	24	03/02	05/02	21	-	21
		Curitiba	X												01	24	10/03	12/03	17	-	17
		Alto Paraná	X												01	30	09/06	20/06	30	-	30
		Alvorada do Sul	X	X											02	60	07/05	20/05	87	04	83
		Andirá	X	X											01	30	08/07	18/07	60	04	56
		Arapongas	X	X											02	60	21/08	03/09	107	107	100
		Arapoti	X	X											01	30	30/04	13/05	31	02	29
		Araruna	X	X											01	30	13/11	26/11	35	01	34
		Bandeirantes	X	X											01	30	02/04	15/04	47	03	44
		Barbosa Ferraz.	X	X											01	30	13/10	24/10	35	-	35
		B.V. Paraíso	X	X											01	30	20/11	03/12	49	03	46
		Borrazópolis	X	X											02	60	23/06	04/07	92	03	89
		Cambará	X	X											01	30	17/02	25/02	32	-	32
		Campina da Lagoa	X	X											01	30	02/07	11/07	40	-	40
		Campo Mourão	X	X											01	30	14/07	25/07	45	-	45
		Capanema	X	X											02	60	02/06	13/06	98	04	94
		Cascavel	X	X											01	30	19/05	30/05	58	03	55
		Céu Azul	X	X											01	30	31/07	09/08	41	03	38
		Chopinzinho	X	X											01	30	20/01	31/01	42	02	40



ÁREA E CURSO	MATERIA	LOCALIDADE	C.F.P.	MINI CENTRO	MINI	CEN	C.F.P.	IP	DR	DFS	BC	GB	OUTRO	TURMAS	HORAS/AULA	INT-TER- CIO	MIMO	TOTAL	C.A.N	ENUNCIOS	EVAL. EFETIVA	VAL. EFETIVA	NOTAS
Prática de Escritório	I	Rolândia .....			X							X	X	01	30	22/04	05/05	40	40	02	38	36	
		Rondon .....			X							X	X	01	30	21/08	30/08	38	38	-	38	38	
		S.Cruz M.Castelo			X							X	X	01	30	07/05	20/05	42	42	02	40	40	
		S.Ant. Platina.			X							X	X	02	60	23/09	03/10	113	113	05	108	108	
		S.Carlos do Ivaí			X							X	X	01	30	20/02	01/03	31	31	01	30	30	
		São João do Ivaí			X							X	X	01	30	06/08	19/08	54	54	01	53	53	
		S.Jorge do Ivaí			X							X	X	01	30	13/01	24/01	18	18	-	18	18	
		S.Mateus do Sul			X							X	X	02	60	02/07	15/07	66	66	01	65	65	
		Siqueira Campos			X							X	X	01	30	22/05	05/06	37	37	03	34	34	
		Tamboara.....			X							X	X	01	30	31/03	11/04	44	44	01	43	43	
		Terra Boa .....			X							X	X	01	30	27/08	05/09	41	41	01	40	40	
		Terra Rica ....			X							X	X	01	30	28/07	08/08	38	38	-	38	38	
		Umuarama .....			X							X	X	01	30	02/07	22/07	40	40	-	40	40	
		União da Vitória			X							X	X	03	90	18/06	01/07	88	88	-	85	85	
		Wenceslau Bráz.			X							X	X	03	90	13/01	24/01	121	121	08	113	113	
		Xamburé .....			X							X	X	03	30	12/08	20/08	154	154	-	154	154	
		Apucarana .....			X							X	X	07	420	60*	-	255	255	33	222	200	
		Califórnia ....			X							X	X	01	60	22/01	18/02	35	35	03	32	32	
		Cambé .....			X							X	X	02	120	60*	-	66	66	06	60	58	
		Castro .....			X							X	X	02	120	60*	-	62	62	07	55	52	
		Curitiba .....			X							X	X	58	3.480	60*	-	2.107	2.107	220	1.887	1.796	
		Dois Vizinhos .			X							X	X	01	60	06/10	31/10	33	33	03	30	24	
		Guarapuava .....			X							X	X	04	240	60*	-	116	116	01	115	113	
Icaraima .....			X							X	X	01	60	16/05	07/06	35	35	-	35	35			
Irati .....			X							X	X	01	60	12/08	18/09	30	30	02	28	25			
Jandaia do Sul.			X							X	X	02	120	60*	-	82	82	15	67	63			
Londrina .....			X							X	X	20	1.200	60*	-	657	657	143	514	474			
Mallet .....			X							X	X	01	60	08/09	03/10	35	35	01	34	29			



CURSO	LOCALIDADE	SITUAÇÃO DE MATRÍCULA										DE TURMAS	HORAS/AULA	IM - CIO	YEAR - MINO	CULA TOTAL	VALOR EFETIVO
		C.I.B.	CENTRO	MINIO	EMPRE	SA	IP	DR	DPS	EC	Q						
	Jacarezinho		X						X	X		01	20	30/06	05/07	38	-
	Jajuapitã		X						X	X		02	40	20*	-	95	08
	Japurã		X						X	X		01	20	17/11	28/11	48	03
	Laranjeiras/Sul		X						X	X		01	20	08/07	18/07	29	03
	Loanda		X						X	X		01	20	16/10	29/10	65	01
	Londrina	X							X	X		17	340	20*	-	434	24
	Mandaguçu		X						X	X		02	40	20*	-	70	11
	Mangueirinha		X						X	X		01	20	22/04	03/05	30	-
	Maringá	X							X	X		19	380	20*	-	628	123
	Marumbi		X						X	X		01	20	07/10	17/10	35	01
	Nova Esperança		X						X	X		01	20	01/09	12/09	27	08
	Pato Branco		X						X	X		03	60	20*	-	98	09
	Paranavaí		X						X	X		01	20	01/10	14/10	33	09
	Ponta Grossa		X						X	X		04	80	20*	-	128	13
	Porcatu		X						X	X		01	20	04/06	17/06	46	04
	Primeiro de Maio		X						X	X		01	20	08/09	19/09	34	01
	Prudentópolis		X						X	X		01	20	22/08	30/08	46	01
	Ribeirão Claro		X						X	X		01	20	04/10	25/10	27	-
	Salto do Lontra		X						X	X		01	20	20/10	31/10	37	01
	S. Ant. Platina		X						X	X		01	20	13/01	24/01	39	04
	S. José dos Pinh.		X						X	X		02	40	20*	-	50	01
	S. Pedro do Ivaí		X						X	X		01	20	20/05	30/05	46	03
	Sertãozinho		X						X	X		01	20	17/03	27/03	33	03
	Telêmaco Borba		X						X	X		01	20	24/02	07/03	46	03
	Terra Roxa		X						X	X		01	20	31/07	08/08	52	43
	Toledo		X						X	X		01	20	18/06	01/07	45	52
	Umuarama		X						X	X		04	80	20*	-	139	45
	Venceslau Braz		X						X	X		01	20	05/05	19/05	98	125
	DA ÁREA 14: COMUNICAÇÃO								286	5.596						865	8.872
GERAL									1.329	93.465						5.191	37.010
																42.201	36.1

\* Indica a carga horária de cada turma, onde foram realizadas mais de uma, em períodos diferentes.

ÁREA E CUSSC	LOCALIDADE	C.I.P.	MUNICÍPIO										TOTAL	VALOR	VALOR					
			MINHO	PR. SA	IP	DR	DPS	EC	GR	OUTROS	TURMAS	INDIC. FAM.				AVL	C/D	MINO	VALOR	VALOR
ÁREA E CUSSC	Londrina .....	X											03	60	20*	40	25	47	65	
	I Londrina .....	X											02	80	40*	30	07	18	18	
	A Curitiba .....	X											02	40	20*	05	25	25	23	
	Londrina .....	X											02	40	20*	27	02	25	106	
	Q Curitiba .....	X											10	2.875	285 *	160	49	111	86	
	Londrina .....	X											08	2.260	283 *	128	42	86	67	
	Maringá .....	X											06	1.460	280 *	109	41	68	28	
	A Curitiba .....	X											02	40	20*	29	01	12	12	
	A Curitiba .....	X											01	42	03/03	07/03	12	-	02	
	A Curitiba .....	X											01	30	03/03	07/03	02	-	02	
TOTAL DA ÁREA 10: HIGIENE E BELEZA .....													70	14.987	-	1.271	357	914	874	
ÁREA E CUSSC	1. Ap. Pess. Cop. Coz. Hospital .	A																		
	Ap. Pess. Enf. Centro Cirúrg.	A												01	40	05/03	21/03	27	02	24
	Ap. Pess. Lavanderia de Hosp.	A												01	60	26/03	18/04	20	03	17
	Ap. Pess. Limpeza de Hosp.	A												01	50	26/12	10/01	21	01	20
	Atend. Enf. Berçário .....	A												01	40	25/02	11/04	15	-	15
	Atend. Enf. Cirúrgica .....	A												01	60	15/09	06/10	16	03	13
	Atend. Enf. Ginecol. Urologia ..	A												01	60	09/06	27/06	20	05	15
	Atend. Enf. Médica .....	A												01	60	27/08	17/09	19	03	16
														01	60	31/03	19/05	23	08	15
														01	60	60*	-	20	01	19
														01	60	20/01	05/02	18	-	18
														02	120	60*	-	33	02	31
														02	120	60*	-	40	01	39
													01	60	27/03	11/04	16	-	16	
													01	60	27/10	13/11	28	06	22	
													01	60	02/07	21/07	20	04	16	
													01	60	10/07	31/07	24	04	20	
													01	60	24/11	13/12	12	02	10	

ÁREA E CURSO	MATUREZA	LOCALIDADE	PRELIMINAR										TOTAL	EXERCÍCIO									
			C.F.P.	UNINO	EMPRESA	IP	DR	DPS	RC	GR	OUTROS	COPIAS											
			ÁREA	UNINO	EMPRESA	IP	DR	DPS	RC	GR	OUTROS	COPIAS	ÁREA	UNINO	EMPRESA	IP	DPS	RC	GR	OUTROS	COPIAS	TOTAL	EXERCÍCIO
Atend.Enf.Psiquiatria	A	Curitiba			X			X				01	60	31/03	15/04							15	15
Atend.Enf.Urgência	A	Londrina			X			X				01	50	25/08	23/09							15	11
Atend.Enf.Urgência	A	Curitiba			X			X				01	60	10/11	25/11							28	01
Aux.Enf.Unid.Tratam.Intens.	A	Pato Branco			X			X				01	60	15/09	14/10							18	07
Bás.Atend.Enf.	Q	Curitiba			X			X				01	60	03/03	21/03							13	13
Bás.Atend.Enf.	Q	Apucarana			X			X				03	620	220*	-							60	09
Bás.Atend.Enf.	Q	Capanema			X			X				01	220	13/10	28/11							18	01
Bás.Atend.Enf.	Q	Curitiba			X			X				03	600	220*	-							44	06
Bás.Atend.Enf.	Q	Guarapuava			X			X				01	200	01/04	12/06							27	05
Bás.Atend.Enf.	Q	Jacarezinho			X			X				01	220	10/06	06/09							22	02
Bás.Atend.Enf.	Q	Londrina			X			X				03	590	220*	-							64	12
Bás.Atend.Enf.	Q	Maringá			X			X				02	420	220*	-							68	17
Bás.Atend.Enf.	Q	Ponta Grossa			X			X				02	420	220*	-							43	01
Bás.Atend.Enf.	Q	Rio Negro			X			X				01	220	07/04	30/06							18	01
Bás.Atend.Enf.	Q	Curitiba			X			X				05	1.125	200*	-							97	16
Bás.Atend.Enf.	Q	Londrina			X			X				01	200	19/05	30/07							16	03
Instrumentador Cirúrgico	A	Curitiba			X			X				03	180	60*	-							57	07
Metod.Ens.Área de Saúde	A	Curitiba			X			X				01	24	09/04	11/04							15	-
Primeiros Socorros	A	Curitiba			X			X				01	14	14/04	30/04							19	-
Seminário Adm.Hospitalar	A	Curitiba			X			X				01	10	14/10	16/10							39	01
TOTAL DA ÁREA 11: SAÚDE												53	6.453	-	-	1.068	138	930	27			908	27
2. Prevenç.Incenc.Área Comerc.	A	Cascavel						X	X			01	20	06/10	17/10	35	08					27	27
3. Administração por Objetivos	A	Curitiba	X									03	60	20*	-	95	11	84				77	77
		Londrina	X									01	20	23/08	20/09	29	04	25				25	25
		Maringá	X									01	20	21/07	01/08	34	12	22				22	22
		Apucarana	X									01	20	21/07	29/07	25	05	20				20	20
Análise de Balanço	A	Apucarana	X									01	20	21/07	29/07	25	05	20				20	20







ÁREA E CURSO	NATUREZA	LOCALIDADE	OFFICINA				MATERIAIS				TUBOS	HOMES/AULA	IRI - MIMO		TOTAL	EVALUAC			
			1	2	3	4	1	2	3	4			CIO	MIMO		04	34		
Intr. às Relações Públicas.	A	Irati .....										01	20	06/02	21/02	38	04	34	
		Jacarezinho ....										01	20	14/07	21/07	49	-	49	
		Jagariaíva ....										01	20	15/04	29/04	26	01	25	
		Jandaia do Sul.										01	20	29/09	10/10	26	06	20	
		Laranjeiras/Sul										01	20	24/02	07/03	26	01	25	
		Londrina .....										01	20	09/06	20/06	26	06	20	
		Matelândia ....										01	20	21/10	04/11	66	04	62	
		Medianeira ....										01	20	05/11	18/11	48	02	46	
		Palmas .....										01	20	24/11	03/12	31	03	28	
		Palotina .....										01	20	24/11	03/12	39	02	37	
		Pato Branco ...										01	20	21/07	30/07	47	15	32	
		Rondon .....										01	40	20*	-	38	-	38	
		S. Mateus do Sul.										02	20	21/08	30/08	49	01	48	
		Umuarama .....										01	20	02/07	15/07	54	03	51	
		União da Vitória										01	40	20*	-	23	01	21	
		Xambrc .....										01	20	06/05	10/05	64	-	64	
		Organização e Métodos ....	A	Cascavel .....									01	20	12/08	20/08	72	-	64
				Curitiba .....									02	40	20*	-	111	08	98
				Londrina .....									05	100	20*	-	24	13	18
				Maringá .....									01	20	24/11	04/12	42	06	39
Curitiba .....											01	20	21/07	01/08	131	03	101		
Londrina .....											03	60	20*	-	82	29	68		
Londrina .....											02	40	20*	-	41	14	36		
Maringá .....											01	20	02/01	31/01	32	05	36		
Apucarana .....											01	20	01/12	15/12	38	11	21		
Maringá .....											01	20	08/09	19/09	23	07	31		
Pesquisa Mercadológica ...	A	Maringá .....								01	20	13/10	24/10	38	06	17			
			Pato Branco ...							01	20	27/01	07/02	38	06	32			
Previdência Social .....	A	Umuarama .....								01	20	17/02	28/02	32	01	31			
			União da Vitória							01	20	17/02	28/02	32	01	31			

ÁREA E CURSO	MATRIZ	LOCALIDADE	REQUISITOS										TURMAS	HORAS/AULA	DIA	TELA	VAL. MÍN	VAL. MÁX	TOTAL	EST. MÊS				
			C.P.	PLANO	CENTRO	UNINO	EMPRE	SA	IP	DR	DBS	BC									GB	OUTROS		
Recrut.e Seleção de Pessoal	A	Curitiba	X															40	20*	24/07	29/07	58	12	46
Seminário s/II PND	A	Curitiba	X															10	20*	24/07	29/07	47	10	37
<b>TOTAL DA ÁREA 13: ADMINISTRAÇÃO</b>																		<b>3.990</b>				<b>7.303</b>	<b>804</b>	<b>6.499</b>
Chefia e Liderança		Apucarana		X														40	20*			61	07	54
		Arapongas		X														40	20*			64	06	58
		Bandeirantes		X														20	21/08	29/08		51	06	45
		L.V.do Paraíso		X														20	22/09	03/10		44	01	43
		Bom Sucesso		X														20	17/02	28/02		29	-	29
		Califórnia		X														20	30/06	08/07		32	-	32
		Cambira		X														20	21/07	29/07		31	-	31
		Curitiba		X														160	20*			274	23	251
		Faxinal		X														20	07/07	18/07		62	07	55
		Grandes Rios		X														20	20/10	31/10		36	01	35
		Ibaiti		X														20	22/07	01/08		27	-	27
		Ivati		X														20	25/08	05/09		24	02	22
		Jandaia do Sul		X														20	07/04	18/04		28	02	26
		Laranjeiras/Sul		X														60	20*			130	11	119
		Londrina		X														60	20*			92	05	87
		Maringá		X														80	20*			106	18	88
		Marumbi		X														40	20*			102	21	81
		Palmeira		X														20	27/10	07/11		43	03	40
		Paranaguá		X														20	02/10	15/10		30	03	27
		Ponta Grossa		X														20	18/08	29/08		31	-	31
		Primeiro de Maio		X														20	08/09	19/09		39	02	37
		Rio Negro		X														20	13/10	24/10		24	-	24
		S.José dos Pinh.		X														20	01/07	14/07		40	03	37
		S.Mateus do Sul		X														20	01/12	10/12		44	14	30

ÁREA E CURSO	LOCALIDADE	MÉTODOS E TÉCNICAS										MATERIAIS		VALORES		CASA EFETIVA	VALORES			
		UNIMO	EMPENHO	SA	IP	DR	DPS	EC	GB	OUTROS	TURMAS	DE	W/L	HORAS/AULA	INI-CIO			TER-MINO	CULA TOTAL	ENIASKO
Comunicação no Plano Social e Escrita	Telemaco Borba.	X												01	20/03/02	18/02	33	-	33	33
	Tomazina .....	X												01	20/05/11	18/11	38	04	34	34
	Umuarama .....	X												01	20/07/07	18/07	34	13	21	21
	União da Vitória	X												01	20/12/11	25/11	29	07	22	22
	Curitiba .....	X												02	20*	-	44	01	43	43
	Alto Piquiri ..	X												02	20/21/07	30/07	139	10	129	129
	Andirá .....	X												01	20/16/04	30/04	40	05	35	35
	Apucarana .....	X												05	100 20*	-	177	13	164	164
	Erração .....	X												01	20/21/07	30/07	45	02	43	43
	B.V.do Paraíso.	X												01	20/22/09	03/10	33	01	32	31
	Cambará .....	X												01	20/02/04	15/04	29	-	29	29
	Cambé .....	X												02	40 20*	-	69	01	68	68
	Cambira .....	X												01	20/29/01	10/02	35	01	34	34
	Campo Mourão ..	X												01	20/04/12	17/12	30	06	24	24
	Cascavel .....	X												02	40 20*	-	65	06	59	59
	Centenário/Sul.	X												01	20/08/12	19/12	44	09	35	35
	Cidade Gaúcha ..	X												01	20/02/06	13/06	59	-	59	59
	Cianorte .....	X												02	40 20*	-	68	10	58	58
	Clevelândia ...	X												01	20/30/04	14/05	26	04	22	22
	Corbélia .....	X												01	20/02/07	15/07	51	-	51	51
	Cruzeiro/Ceste.	X												01	20/19/05	30/05	35	-	35	35
	Curitiba .....	X												15	300 20*	-	419	23	396	393
	Frcs. Beltrão ..	X												01	20/24/02	07/03	51	05	46	46
Ibiporã .....	X												01	20/10/03	19/03	41	01	40	35	
Imbituva .....	X												01	20/13/08	22/08	37	04	33	33	
Irati .....	X												01	20/13/03	26/03	19	01	18	18	
Jaguapitã .....	X												01	20/06/08	19/08	45	02	43	43	
Japurá .....	X												01	20/17/11	28/11	48	03	45	45	



ÁREA E CURSO	NATUREZA	LOCALIDADE	C. F. F.	CENTRO	UNIVERSIDADE	IP	DR	DPS	ES	OUTROS	TURMAS	ALUNO/AULA	INT. - CIO	TER. - MINO	CULA TOTAL	VALORES	CUSTA ELETRICA	VALORES
Ciência de Reuniões .....	A	Curitiba .....	X						X		02	40	20*	-	37	30	07	30
		Umuarama .....		X			X		X		02	40	20*	-	55	48	07	47
Ciências Humanas no Trabalho	A	Alto Paraná .....						X	X		02	40	20*	-	71	71	-	71
		Alto Piquiri .....			X				X		02	20	21/07	30/07	141	134	07	134
		Andaraé .....			X				X		01	20	16/04	30/04	40	35	05	35
		Apucarana .....		X					X		03	60	20*	-	100	81	19	81
		Araçatuba .....				X			X		01	20	20/11	03/12	33	29	04	29
		Araçatuba .....				X			X		01	20	05/03	18/03	28	23	05	23
		Araçatuba .....				X			X		01	20	21/08	29/08	25	20	05	20
		Araçatuba .....				X			X		01	20	22/09	03/10	46	43	03	43
		Bandeirantes .....				X			X		01	20	22/08	03/09	28	28	-	28
		B.V. Paraíso .....				X			X		01	20	02/04	15/04	30	30	01	29
		Bituruna .....				X			X		01	20	05/08	18/08	25	25	-	25
		Cambará .....				X			X		01	20	04/12	17/12	30	30	04	26
		Cambé .....				X			X		01	20	04/12	17/12	62	62	06	56
		Campo Mourão .....				X			X		02	40	20*	-	39	39	-	39
		Cascavel .....			X				X		01	20	19/05	27/05	43	35	08	35
		Castro .....			X				X		01	20	08/12	15/12	47	46	01	46
Centenário/Sul .....				X			X		01	20	03/11	14/11	36	35	01	35		
Cianorte .....				X			X		01	20	02/07	15/07	44	41	03	41		
Corbélia .....				X			X		02	40	20*	-	1.103	1.019	84	1.019		
Coronel Procopio .....			X				X		35	680	20*	-	65	65	-	65		
Curitiba .....				X			X		02	20	07/07	18/07	75	75	19	56		
Dois Vizinhos .....				X			X		02	40	20*	-	62	62	07	55		
Eng. Beltrão .....				X			X		01	20	07/07	18/07	43	43	07	43		
Itaipava .....				X			X		01	20	20/10	31/10	111	111	04	107		
Grandes Rios .....				X			X		04	80	20*	-	28	28	-	28		
Guarapuava .....				X			X		01	20	22/07	01/08	40	40	06	34		
Ibaiti .....				X			X		01	20	13/03	22/08	40	40	-	34		
Imbituva .....				X			X		01	20	13/03	22/08	40	40	-	34		